



# PESQUISANDO A HEGEMONIA ESTADUNIDENSE NA AMÉRICA LATINA

Patricio Altamirano Arancibia |  
Rafael Mandagaran Gallo | Guillermo Alfredo Johnson |  
Jaime Preciado Coronado | Ary Cesar Minella (Org.)



# PESQUISANDO A HEGEMONIA ESTADUNIDENSE NA AMÉRICA LATINA

Patricio Altamirano Arancibia

Rafael Mandagaran Gallo

Guillermo Alfredo Johnson

Jaime Preciado Coronado

Ary Cesar Minella

(Organizadores)



UFSC  
Florianópolis  
2016

Copyright © 2016 Patricio Altamirano Arancibia, Rafael Mandagaran Gallo,  
Guillermo Alfredo Johnson, Jaime Preciado Coronado, Ary Cesar Minella

**Coordenação de edição**

Carmen Garcez

**Projeto gráfico e editoração eletrônica**

5050com

**Capa**

5050com

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da Universidade Federal de Santa Catarina

P474

Pesquisando a Hegemonia Estadunidense na América  
Latina / Organização, Patricio Altamirano  
Arancibia... [et al.]. – Florianópolis :  
Em Debate / UFSC, 2016.  
210 p. : tabs.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-64093-29-4

1. Geopolítica. I. Arancibia, Patricio  
Altamirano.

CDU: 327

Todos os direitos reservados a

Editoria Em Debate  
Campus Universitário da UFSC – Trindade  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Bloco anexo, sala 301 – Telefone: (48) 3721-4046  
Florianópolis – SC

[www.editoriaemdebate.ufsc.br](http://www.editoriaemdebate.ufsc.br) / [www.lastro.ufsc.br](http://www.lastro.ufsc.br)

*O projeto de extensão Editoria Em Debate conta com o apoio de recursos  
do acordo entre Middlebury College (Vermont – USA) e UFSC.*

## NOTA EDITORIAL

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, tanto nas editoras comerciais como nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não acompanha a demanda existente, em contradição, portanto, com essa demanda e a produção acadêmica exigida. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, frente à tendência de se valorizar a produção intelectual conforme as publicações, em uma difícil relação entre quantidade e qualidade.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Documentos, periódicos e livros continuam sendo produzidos e impressos, e continuarão em vigência, conforme opinam estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas podem contribuir de forma complementar e oferecer maior facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e estudantes na produção de conhecimento, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação também como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulgação aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características,

sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica, conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação –, e por iniciativa e empenho do prof. Fernando Ponte de Sousa, a Editoria Em Debate (ED) completa cinco anos de realizações, sempre com o apoio do Middlebury College/Vermont, que acreditou no projeto. Criada com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e grupos de pesquisa da UFSC e outras instituições, conveniadas ou não, sob orientação e acompanhamento de uma Comissão Editorial, a ED publicou 39 livros desde 2011. Com os lançamentos de 2016, acreditamos consolidar essa proposta e inauguramos um novo projeto gráfico, com um design mais leve e moderno para o formato digital, mantendo sua funcionalidade para o impresso.

*Os editores*

### *Coordenador*

Ricardo Gaspar Müller

### *Conselho editorial*

Adir Valdemar Garcia

Ary César Minella

Fernando Ponte de Sousa

Iraldo Alberto Alves Matias

Jacques Mick

Janice Tirelli Ponte de Sousa

José Carlos Mendonça

Laura Senna Ferreira

Maria Soledad Etcheverry Orchard

Michel Goulart da Silva

Paulo Sergio Tumolo

Valcionir Corrêa

## SUMÁRIO

|                   |   |
|-------------------|---|
| Apresentação..... | 9 |
|-------------------|---|

### PARTE I – OS CONCEITOS

|  |    |
|--|----|
| (Im)precisões sobre a categoria<br>superexploração da força de trabalho..... | 15 |
|--|----|

*Marcelo Dias Carcanholo*

|   |    |
|---|----|
| O papel civilizador dos Estados Unidos e<br>as ciências sociais no pós-guerra ..... | 31 |
|---|----|

*Luiza Carnicero de Castro*

|  |    |
|--|----|
| <i>Think tanks</i> conservadores e a reconstrução<br>da hegemonia estadunidense..... | 47 |
|--|----|

*José Victor Regadas Luiz*

### PARTE II – A HEGEMONIA ECONÔMICA

|  |    |
|--|----|
| La hegemonía de la familia Rockefeller en<br>la burguesía norteamericana ..... | 67 |
|--|----|

*Patricio Altamirano Arancibia*

|   |    |
|---|----|
| A crise estrutural do capital: o que fazer com<br>os que ficam fora dos circuitos de troca capitalista? ..... | 87 |
|---|----|

*Magda Núcia Albuquerque Dias*

|  |     |
|--|-----|
| Crise capitalista mundial: a crise de hegemonia<br>norte-americana é uma crise de dominação?<br>Elementos para sua análise ..... | 103 |
|--|-----|

*Gonzalo Adrián Rojas*

**Crise e reconfiguração do capitalismo global:  
retrocesso estrutural das economias latino-americanas  
e ascensão do Leste Asiático em um contexto de crise de  
hegemonia dos EUA.....** 119

*Francisco Luiz Corsi*

**A promoção da democracia no norte da África e  
Oriente Médio pela União Europeia e pelos Estados Unidos  
da América: da parceria euromediterrânea (1995)  
às revoltas populares (2011).....** 135

*Rafael Mandagaran Gallo*

### **PARTE III – AMÉRICA LATINA**

**Estado actual del imperialismo de Estados Unidos  
sobre América Latina.....** 153

*Diana Villegas Loeza*

**Balanço da literatura sobre o governo Lula (2003-2010):  
os elementos de continuidade entre os governos  
de Cardoso e Lula.....** 171

*Julia Gomes e Souza*

**As propostas da Unasul para a criação de um  
centro de solução de controvérsias relativas  
a investimentos estrangeiros.....** 195

*Érika Capella Fernandes.*



## APRESENTAÇÃO

**D**urante o desenvolvimento do Grupo de Trabalho n° 14 do Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), no Chile em 2013, criou-se um ambiente de grata cordialidade investigativa, e alguns dos que apresentaram trabalhos e os coordenadores nos propusemos a organizar um livro que divulgasse as investigações.

Continuamos a manter contatos desde 2013 até o ano de 2015, do México ao Chile, o que permitiu paulatinamente fortalecer os laços investigativos entre aqueles que analisamos a hegemonia da burguesia mundial. E nos preparamos para assistir ao Grupo de Trabalho n° 13 “Geopolítica, Hegemonías y Políticas Públicas” no Congresso da ALAS de 2015, coordenado por Marcos Gandásogui Jr, conjuntamente com Jaime Preciado Coronado, Carlos Murillo y Felipe Alpizar.

*Pesquisando a hegemonia estadunidense em América Latina* surge dos esforços de Patricio Altamirano Arancibia, Rafael Mandagaran Gallo, Jaime Preciado Coronado, Ary Cesar Minella e Guillermo Johnson. Rafael Mandagaran Gallo elaborou uma organização dos trabalhos apresentados da metade das mesas que compuseram o Grupo de Trabalho n° 14 do Congresso da ALAS Chile, de 2013, deixando os trabalhos finalizados. A ordem de apresentação ficou a cargo de Patricio Altamirano Arancibia. No decorrer do segundo semestre de 2015, preparamos a publicação da segunda parte dos trabalhos apresentados no Congresso da ALAS Chile de 2013, e convidamos outros(as) pesquisadores(as) a somar-se a essa iniciativa.

Apresentamos os trabalhos da seguinte maneira: iniciamos com o texto apresentado sobre os conceitos, cujo objeto de estudo são as ideias que servem como referências para realizar as análises – nos referimos ao trabalho de Marcelo Dias Carcanholo, que nos traz as “(Im) precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho”, uma categoria da nossa América Latina. Hoje o capitalismo do século XXI se difunde sobre a base da superexploração em nível planetário, e esse pesquisador retoma as elaborações que atualiza uma categoria que nos acompanhará neste século. Nessa mesma lógica também foi selecionado o texto de Luiza Carnicero de Castro, que convida a verificar “O papel civilizador dos Estados Unidos e as ciências sociais no pós-guerra”, no qual nos apresenta como as ideias da burguesia dos Estados Unidos da América se tornam programa de investigação social. Para fechar esta rota conceitual, temos o texto de José Víctor Regadas Luiz, com o qual nos adentramos aos “*Think tanks* conservadores e a reconstrução da hegemonia estadunidense” – o autor prossegue com a temática das ideias, localizadas atualmente nos centros de pesquisa mais conservadores do planeta.

Na segunda parte da obra passamos a contemplar a hegemonia econômica, buscando precisar a hegemonia da burguesia nos EUA, para o que adentramos com a pesquisa de Patricio Altamirano, quem em seu texto “La hegemonia de la familia Rockefeller en la burguesía de EUA” expõe como essa família está presente em todo o século XX, e nos acompanha no século XXI, apontando que a burguesia norte-americana restringe-se a um punhado de seres. Seguem os artigos que nos mostram as crises do capitalismo dos séculos XX e XXI, entre os quais Magda Núcia Albuquerque Dias nos cativa com seu texto “A crise estrutural do capital: o que fazer com os que ficam fora dos circuitos de troca capitalista?”, onde nos desvela os circuitos do capital. Esse tema é de tal relevância que podemos também considerar a análise de Gonzalo Adrián Rojas, que em “Crisis capitalista mundial: la crisis de hegemonia norte-americana es una crisis de dominación?”, nos pergunta se estamos no fim da dominação dos EUA; sendo que uma resposta a esse

questionamento podemos observar no artigo de Francisco Luiz Corsi, que nos apresenta a “Reconfiguração do capitalismo global”. Esta é uma crise global do capitalismo; para perceber a plenitude dessa ideia, Rafael Mandagaran Gallo nos leva a outro continente, em “A promoção da democracia no norte da África e Oriente Médio pela União Europeia e pelos Estados Unidos da América: da parceria euromediterrânea (1995) às revoltas populares (2011)”, para captar a globalidade do poder da burguesia dos EUA e as resistências que as mesmas geram.

Muito interessante destacar é que a temática da América Latina é vista por três mulheres. Diana Villegas Loeza nos descreve o “Estado actual del imperialismo de Estados Unidos sobre América Latina”, que nos leva a percorrer nosso continente; Julia Gomes e Souza revisa “Brasil e neoliberalismo: entre a ortodoxia e o neodesenvolvimentismo”; e Érika Capella Fernandes analisa “As propostas da Unasul para a criação de um centro de solução de controvérsias relativas a investimentos estrangeiros”. Nessa seção é possível verificar como atua a burguesia dos EUA, como reagem os países e como se apresentam soluções.

Aqui estão pinceladas das elaborações apresentadas para que os leitores possam indagar os artigos completos. Esperamos contribuir para criar uma rede de pesquisadores da burguesia mundial, para criar iniciativas como este livro, que surge da vontade de um punhado de seres que no ano de 2013, numa sala de aulas na cidade de Santiago, disseram “Façamos um livro”.

Desfrutem dos textos.

*Os organizadores*



# PARTE I

## OS CONCEITOS



# (IM)PRECISÕES SOBRE A CATEGORIA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Marcelo Dias Carcanholo<sup>1</sup>

## Dialética da mercadoria força de trabalho: superexploração como conceito ou categoria?

Dada a importância que a superexploração tem na teoria marxista da dependência, é fundamental e obrigatório precisar exatamente o seu significado e status teórico dentro da teoria marxista que procura dar conta das especificidades das sociedades dependentes.

A primeira precisão que necessita ser feita é se a superexploração diz respeito ao trabalho, ou à força de trabalho. Essa precisão se relaciona com (i) o que, de fato, significa o termo exploração na teoria de Marx; (ii) qual é a diferença entre a força de trabalho e o trabalho; e, (iii) em função do anterior, superexploração pode ou não ser entendida meramente com uma maior exploração. Começaremos com essa última questão.

---

<sup>1</sup> Presidente da SEPLA (Sociedade Latino-Americana de Economia Política e Pensamento Crítico). Professor associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-UFF) e professor colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF-MST). E-mail: mdcarc@uol.com.br.

Se o referencial teórico principal é a concepção de Marx sobre o modo de produção capitalista, recorramos a esse autor para ver como ele trata o tema. Em primeiro lugar, deve-se assinalar, desde já, que Marx (1983, vol. I, p. 177) usa o termo exploração da força de trabalho, ainda que em alguns poucos momentos de *O Capital* ele possa utilizar o termo exploração do trabalho. Em segundo lugar, percebe-se claramente que o autor entende a taxa de mais-valia, isto é, a proporção entre a mais-valia produzida e o elemento do capital produtivo realmente responsável pela produção de valor, a força de trabalho que, em termos de valor, é o capital variável, como sendo a “expressão exata” do grau de exploração da força de trabalho. Embora Marx não use o termo superexploração da força de trabalho, daqui, poder-se-ia interpretar – como de fato fazem alguns – que a superexploração em Marx corresponderia, simplesmente, a uma maior exploração, ou seja, a uma elevação da taxa de mais-valia. Entretanto, não é nesse sentido que a categoria foi utilizada por Marini (2005a; 2005b), por exemplo, ainda que alguns autores da tradição da teoria marxista da dependência não tratem claramente da diferença entre a categoria e as distintas formas de obter a elevação da taxa de mais valia, como veremos adiante.

Antes disso, deve-se esclarecer o significado em Marx do termo “exploração”. Este não pode ser entendido a partir de uma concepção moralista, maniqueísta, como se a exploração pelo capital significasse um uso indevido, injustificado, um verdadeiro ato de crueldade do capital contra o elemento subjetivo do processo de produção, a força de trabalho (o trabalhador)<sup>2</sup>, com o único intuito de se apropriar de uma parcela do resultado do trabalho deste, na forma da mais-valia. Esta interpretação moralista tende a identificar a mais-valia como o resultado de um roubo por parte do capital. Ainda que realmente o intuito do capital seja a apropriação da mais-valia, com base no trabalho que a força de trabalho realiza no processo produtivo, para além daquele trabalho que é necessário para recompor suas condições de existência,

---

<sup>2</sup> E isso por mais cruéis, lúgubres e desumanas que possam ser efetivamente as condições de trabalho no processo produtivo, dentro da lógica capitalista.



não há nada mais distante de Marx do que interpretar isso com esse viés moralista.

O termo exploração em Marx tem um sentido mais amplo. Significa usar, utilizar, consumir, explorar a capacidade que a mercadoria em questão possui de satisfazer a necessidade de quem a utiliza. Para sermos mais rigorosos, e já utilizando a teoria do valor de Marx, exploração significa consumir/realizar o valor de uso (a capacidade que uma mercadoria possui de, através de suas propriedades materiais/objetivas, satisfazer as necessidades humanas, nesse caso, as necessidades de valorização do capital) próprio da mercadoria em questão. Como os critérios de justiça e moralidade são também construídos historicamente e, na sociedade capitalista, eles estão subsumidos à lógica do valor mercantil, considera-se justo (i) que as mercadorias sejam compradas e vendidas pelos seus valores, isto é, que a troca de equivalentes seja a norma das relações mercantis, e (ii) quem compra uma mercadoria adquire o direito de utilizar como bem entender essa mercadoria, ou seja, de se apropriar do resultado do consumo do valor de uso da mercadoria. Marx é o único autor que consegue explicar a mais-valia mesmo assumindo a troca de equivalentes como norma das relações mercantis. Isto significa que o capital, mesmo pagando um salário equivalente ao valor da força de trabalho, consegue se apropriar de um valor excedente, a mais-valia. Esta última se explica, portanto, pela dialética da mercadoria força de trabalho.

Como toda e qualquer mercadoria, a força de trabalho é uma unidade dialética entre seu valor de uso e seu valor. Este último equivale ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzir e reproduzir a capacidade de trabalho, de acordo com determinações sociais e históricas. Assumir a troca de equivalentes significa assumir que os salários pagos correspondem a esse valor da força de trabalho. O valor de uso desta, por outro lado, é dado pela sua serventia, por aquilo que a força de trabalho é capaz de fazer, o exercício efetivo de sua capacidade de trabalho. Assim, o resultado da realização da capacidade de trabalho

é o trabalho propriamente dito, junto com os meios de produção, o processo produtivo. Como o trabalho é a substância/fundamento do valor, o resultado do consumo do valor de uso da força de trabalho implica criação de valor e, como este resultado é de propriedade de quem comprou essa capacidade de trabalho, o valor novo gerado no processo produtivo é, e deve ser, apropriado pelo capital. Evidentemente que o capital procurará determinar uma jornada de trabalho por encima daquele tempo de trabalho que produzirá um valor equivalente ao valor da força de trabalho. Essa diferença é justamente a mais-valia.

Entendido o significado de exploração em Marx, duas conclusões são importantes. Em primeiro lugar, se superexploração significar apenas “mais exploração”, a primeira não teria maior significado teórico, para além de meras formas concretas de elevação do grau de exploração, de aumentar a taxa de mais-valia. Em segundo lugar, fica clara a diferença entre *superexploração do trabalho* e *superexploração da força de trabalho*, e não se trata de uma questão de preciosismo terminológico. Tratar os dois como sinônimos equivale a tratar a força de trabalho (mercadoria) como sinônimo de trabalho (o valor de uso da mercadoria) e, portanto, a perder de vista a dialética da mercadoria força de trabalho.

## (Super)exploração da força de trabalho a partir de Marx

Se a categoria em Marx é apenas a exploração da força de trabalho, por ser ela expressa exatamente pela taxa de mais-valia, categoria central na teoria deste autor, a superexploração não seria propriamente uma categoria. Se restritos apenas à teoria de Marx em *O Capital*, teríamos que distinguir claramente aquilo que é categoria (taxa de mais-valia, ou grau de exploração da força de trabalho) das formas ou mecanismos concretos que permitem a elevação dessa taxa.

A teoria marxista da dependência entende a superexploração, no sentido de formas/mecanismos de elevação da taxa de mais-valia, como

sendo o conjunto de todas aquelas situações que permitem a elevação do grau de exploração da força de trabalho a partir da redução dos salários para um patamar inferior ao valor da força de trabalho. Essa possibilidade foi analisada *ad nauseam* por Marx em *O capital*, mas nunca como sendo a única forma de obter uma elevação da taxa de mais-valia, nem tampouco como constituindo elemento central das leis gerais do modo de produção capitalista, o que exigiria um tratamento categorial específico para essas formas, inclusive com outra nomenclatura<sup>3</sup>.

É preciso ressaltar que, no nível de abstração do livro I de *O capital*, onde a questão é mais tratada, não fazia sentido analisar o aumento da taxa de mais-valia em razão da redução do salário, ainda que a possibilidade real de que isso aconteça tenha sido inúmeras vezes remarcada. Isso porque ali se tratava de entender o processo de produção do capital, abstraindo da análise todas as reais dificuldades que ele tem para circular e realizar o valor-produtivo, temáticas dos outros livros. Marx queria justamente mostrar que o fundamento da mais-valia prescinde dos problemas próprios da circulação/realização, onde o que ocorre são variações da apropriação dos valores produzidos, e que a temática de como a mais-valia é produzida diz respeito à forma como se dá o processo de produção no capitalismo, pressupondo as variações específicas e próprias do processo de circulação das mercadorias.

Portanto, no sentido de formas/mecanismos de elevação da taxa de mais-valia, especificamente por intermédio de uma redução dos salários abaixo do valor da força de trabalho, superexploração da força de trabalho, a partir de Marx, significaria apenas isso, um conjunto de formas específicas de elevação da taxa de mais-valia, e nunca uma categoria específica do capitalismo. Esta questão é muito importante porque uma interpretação de Marx mais “quadrada” tenderia a rejeitar a superexploração como uma categoria, simplesmente pelo fato de que

---

<sup>3</sup> Talvez isso explique por que Marx não se refere ao termo superexploração da força de trabalho; justamente porque para ele não se trata de outra categoria, mas de formas específicas que permitem a modificação quantitativa de uma categoria específica, o grau de exploração da força de trabalho, ou taxa de mais-valia.

ela, no nível de abstração em que se encontrava o autor, não o era, e nem poderia ser.

Ora, a temática que dá sentido à teoria marxista da dependência são justamente as distintas formas de inserção dentro de um processo de acumulação capitalista em escala mundial. É porque existem distintas formas de inserção – países centrais, majoritariamente com comportamentos imperialistas, e que definem em maior ou menor grau a forma como a economia mundial se processa, e países dependentes, que são obrigados a inserir-se *em função* desses determinantes da economia mundial – que faz sentido pensar em uma teoria da dependência. Se não existisse essa especificidade, o nível de abstração em que se encontrava Marx em *O capital*, aquilo que é próprio de uma economia capitalista, seria suficiente para entender toda localidade, nação ou região que se caracterizasse por ser capitalista. A teoria marxista da dependência deve tomar como pressuposto as leis gerais do modo de produção capitalista, conforme aquilo que foi apontado por Marx em *O capital*, mas não pode se restringir a isso, tratando aquela obra como se fosse um simples manual aplicável a todo e qualquer caso concreto.

## O tratamento categorial em Marini

No trabalho que procura responder às primeiras críticas que *Dialética da dependência* sofreu, Marini deixa clara a centralidade e especificidade da categoria superexploração para a teoria marxista da dependência quando afirma que “elas [questões substantivas do *Dialética da dependência*] estão reafirmando a tese que se afirma ali, isto é, a de que o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho” (Marini, 2005b, p. 165). Fica claro aqui que a superexploração é uma categoria específica do capitalismo dependente<sup>4</sup>. Qual é a especificidade que define a condição dependente? Em função da inserção subor-

---

<sup>4</sup> “El gran aporte de Marini a la teoría de la dependencia fue haber demostrado cómo la superexplotación del trabajo configura una ley de movimiento propia del capitalismo dependiente” (Bambirra, 1978, p. 69-70).

dinada das economias dependentes na lógica mundial da acumulação capitalista, se definem mecanismos estruturais de transferência de valor que é produzido nessas economias, mas que, na verdade, é realizado e acumulado no ciclo do capital das economias centrais.

Marini (2005a) faz referência a dois mecanismos, mas, do nosso ponto de vista, ele estaria tratando de três. Ainda que relacionados, dizem respeito a níveis de abstração distintos no processo das trocas mercantis. Em um primeiro nível, considerando que distintos capitais podem produzir uma mesma mercadoria, com diferentes graus de produtividade, isso implica que cada um dos capitais possuiria valores individuais distintos, tanto menor quanto maior a produtividade do capital em questão. Como a mercadoria é vendida pelo valor de mercado, ou social, segundo o tempo de trabalho socialmente necessário, os capitais com produtividade acima da média venderiam suas mercadorias pelo valor de mercado<sup>5</sup>, apropriando-se, portanto, de uma mais-valia para além daquele que eles mesmos produziram, a mais-valia extraordinária. Assim, neste nível de abstração mais elevado, a lei do valor, no plano da economia mundial, implicaria que economias que possuem capitais com produtividade abaixo da média mundial tenderiam a produzir mais valor do que realmente conseguem se apropriar. Este desnível na produtividade de mercadorias que são produzidas tanto em uma (economia central) quanto em outra (economia dependente) permite um primeiro mecanismo de transferência de mais-valia produzida na última que é apropriada/acumulada na primeira.

Um segundo mecanismo de transferência se apresenta quando consideramos um nível de abstração menor nas trocas mercantis. Nos termos de Marx, quando saímos do plano da concorrência dentro de um mesmo setor, e consideramos a concorrência entre distintas esferas de produção, naquilo que este autor trabalhou como a formação dos preços de produção e da taxa média de lucro (Marx,

---

<sup>5</sup> Neste nível de abstração, considera-se apenas que a demanda é igual à oferta dessas mercadorias, de maneira que os preços efetivos de mercado correspondem aos preços de produção de mercado.

1983, livro III, cap. IX), temos o aparecimento de um lucro extraordinário para aqueles setores que produzem com maior produtividade em relação à média da economia. Ali é demonstrado que setores que produzem suas mercadorias específicas com composição orgânica do capital (produtividade) acima da média apresentarão um preço de produção de mercado acima dos valores de mercado e, portanto, venderão<sup>6</sup> suas mercadorias por um preço que lhes permitirão apropriar-se de mais valor do que produzirem. O contrário acontece para aqueles setores que produzem suas mercadorias - distintas das produzidas nos primeiros setores - com produtividades abaixo da média da economia como um todo. Aqui temos o segundo mecanismo de transferência de valor. Como os capitais nas economias dependentes tendem, em média, a possuir produtividades abaixo da média de todos os setores da economia mundial, ocorre a transferência de uma parte da mais-valia produzida nas economias dependentes, que será apropriada, na forma de um lucro médio superior à mais-valia produzida, pelos capitais operantes nas economias centrais. Marini (2005a) relaciona esse mecanismo com o monopólio de produção de mercadorias com maior composição orgânica do capital pelos capitais operantes nas economias centrais. Entretanto, o monopólio se relaciona também com o último nível de abstração das trocas mercantis, os preços efetivos de mercado, o que nos dá um terceiro mecanismo de transferência de valor.

Quando determinados capitais possuem um grau de monopólio razoável em seus mercados específicos, isso faz com que eles possam manter, por determinado tempo, preços de mercado por sobre os preços de produção de mercado, isto é, sustentar temporariamente volu-

---

<sup>6</sup> Trata-se de um nível de abstração elevado porque, como demonstra Marx (1983, livro III, caps. IX e X), isso pressupõe que os preços de mercado correspondem aos preços de produção de mercado que, por sua vez, correspondem aos valores de mercado. Ali, este autor observa que isso só é possível em setores de produção com composição orgânica do capital igual à média da economia (mundial, neste caso específico que estamos tratando) e, ademais, que apresentam uma demanda por sua mercadoria equivalente ao volume de produção.

mes de produção abaixo das demandas. Como os preços de mercado estariam, nessa situação, acima dos preços de produção, para além das oscilações conjunturais, esses capitais poderiam se apropriar de um lucro efetivo acima do médio, uma massa de valor apropriado além daquele que, de fato, foi produzido por esses capitais.

Esses três mecanismos – apenas no plano do comércio mundial, da troca desigual, nos termos de Marini – nos ajudam a entender um condicionante estrutural da dependência; o fato de que, apenas no plano da circulação de mercadorias, já é possível entender a forma heterogênea de inserção na economia mundial. Economias centrais, com tendência de possuir capitais com maior composição orgânica do capital em relação à média (do seu setor e entre outros setores de produção), tendem a se apropriar de um valor produzido por capitais operantes nas economias dependentes. Esta condição estrutural obriga os capitalismo dependentes, para que possam se desenvolver, acumular capital, compensar essa parcela da mais-valia que é transferida ou, como deixa claro Marini (2005a, p. 152), “frente a esses mecanismos de transferência de valor, baseados seja na produtividade, seja no monopólio da produção, podemos identificar – sempre no nível das relações internacionais de mercado – um mecanismo de compensação”.

Que mecanismo de compensação é esse? Justamente a superexploração da força de trabalho! Isto comprova que (i) trata-se de uma categoria, que não pode ser confundida com as distintas formas que existem no capitalismo para elevar a taxa de mais-valia (taxa de exploração), ainda que a primeira só possa se materializar pelas últimas; (II) é uma categoria específica da economia dependente - portanto em um menor nível de abstração do que as leis gerais do modo de produção capitalista – ainda que, evidentemente, enquanto formas de elevação da taxa de mais-valia, operam em qualquer economia capitalista, mesmo nas centrais.

Superexploração da força de trabalho, desta forma, é uma categoria específica das economias dependentes, ao mesmo tempo em que

se manifesta em formas/mecanismos específicos de obter a elevação da taxa de exploração. Em termos mais rigorosos, ainda que se utilize o mesmo termo para as duas coisas, a proposta teórica de Marini para entender a especificidade das economias dependentes faz muito mais sentido quando se entende que o mecanismo de compensação para elevar a taxa de acumulação do capitalismo dependente é uma necessidade deste, em função dos condicionantes estruturais de dependência (distintas maneiras de transferência do valor produzido nessas economias que vai parte do ciclo de acumulação das economias centrais), e que as distintas formas de obter esse mecanismo de compensação não podem ser confundidas com o mecanismo em si. Mesmo assim, outros esclarecimentos são necessários.

Além do esclarecimento metodológico, é preciso fazer outros. Não é incomum interpretar tanto os mecanismos de transferência de valor (a troca desigual) como a própria superexploração (salários abaixo do valor da força de trabalho) como se fossem um “truncamento” da lei do valor que opera na economia mercantil-capitalista. Isso porque tanto um quanto outro significam que os preços das mercadorias não corresponderiam aos seus valores. Entende-se aqui que a lei do valor operaria quando os preços correspondessem aos valores das mercadorias.

Se a pretensão dessa proposta teórica é partir das leis de funcionamento do modo de produção capitalista, conforme Marx, para, a partir daí, entender a especificidade da dependência, a lei do valor deve ser entendida com base nesse autor, e não com um entendimento que, em última instância, remete à interpretação mais rasteira de cunho ricardiano. A lei do valor, ao menos conforme a teoria de Marx, não pode ser entendida como uma correspondência quantitativa dos preços em relação ao valor, a partir da troca de equivalentes em um sentido pouco rigoroso. Existe aí, tanto por Marini, como por alguns de seus intérpretes, uma má compreensão da lei do valor.

Marx, especificamente no livro III de *O capital*, demonstra que as mercadorias não são vendidas por seus valores, nem poderiam, ainda



que sejam! Se em boa parte dos livros I e II o pressuposto era o de que o processo de realização ocorria sem percalços, na seção II do livro III isso é mais bem precisado. Ali, em uma primeira aproximação de volta ao concreto-real, o autor nota que capitais de igual montante e apenas com composições orgânicas distintas do capital, se vendessem as mercadorias por seus valores, obteriam taxas diferenciadas de lucro, o que negaria a própria tendência da concorrência entre capitais de distintos setores de procurarem maiores taxas de lucro. Essa tendência de formação de uma taxa média de lucro, quando esta é aplicada aos adiantamentos de capital, forma os famosos preços de produção, que garantem que capitais de igual montante se apropriam do mesmo lucro médio, independente de quanta mais-valia produziram no processo produtivo. Assim, salvo nos setores de composição orgânica do capital igual à média, os preços de produção *necessariamente* são distintos dos valores. Comprova-se com isso que as mercadorias não são e nem podem ser vendidas pelos seus valores. Ocorre que - na economia como um todo - os preços de produção (magnitude valor apropriada) equivalem aos valores (magnitude de valor produzida). Logo, nesta primeira aproximação ao concreto-real (aos preços), mercadorias não são, nem podem, ainda que sejam vendidas pelos seus valores!

Entretanto, os preços de produção, conforme o capítulo IX do livro III, ainda pressupõem que o volume de produção corresponderá à demanda dessas mercadorias, o que claramente é um mero acaso. No capítulo seguinte, conseqüentemente, Marx constata que os preços efetivos de mercado só corresponderiam aos preços de produção por uma casualidade, e não em razão de uma legalidade, o que nos traz o problema de volta! Qual é o real significado da lei do valor? As mercadorias são ou não são vendidas pelos seus valores? Vale ou não vale a troca de equivalentes? A resposta de Marx não poderia ser mais ininteligível para um economista político (neo)clássico: sim e não ao mesmo tempo! Quando a oferta é maior do que a demanda, os preços de mercado são inferiores aos preços de produção, e vice-versa, o que nos leva à conclusão de que as mercadorias, de fato, não são vendidas pelos seus

valores (intermediados pelos preços de produção). Entretanto, quando a primeira situação ocorre, a taxa efetiva de lucro é inferior à taxa média, que corresponde aos preços de produção. Capitais instalados nesses setores tendem a reduzir seus volumes de produção, ou simplesmente abandonar essas esferas de produção. O resultado é o mesmo. O volume de produção tende a cair, fazendo com que o preço de mercado descenda em direção ao preço de produção. O mesmo processo ocorre, com sentido inverso, quando os preços de mercado são superiores aos preços de produção. Logo, a aparente oscilação caótica dos preços de mercado, na verdade, tem uma determinação; essa oscilação se dá em torno dos preços de produção que, como vimos, é uma forma mais concreta dos valores.

Lei do valor em Marx, com base nisso, não significa que os preços de mercado irão corresponder quantitativamente aos valores das mercadorias, e nem poderia ser assim, como visto. Dizer que as mercadorias se vendem por seus valores, de acordo com a teoria de Marx, significa que o valor é o centro por onde gravitam os preços, explicando/determinando, portanto, essa gravitação. Só entende por determinação algo puramente quantitativo quem tem uma noção muito pobre de ciência, algo tipicamente (neo)ricardiano.

O último esclarecimento em relação ao tratamento categorial dado por Marini está relacionado com um dos elementos mais presente e intenso no debate sobre a teoria marxista da dependência. Trata-se da conhecida questão se a superexploração nas economias dependentes implica a elevação apenas da mais-valia absoluta, ou se também incorpora elementos da mais-valia relativa. Nosso interesse aqui, mais do que o debate em si, são os elementos teóricos necessários para entendê-lo que, em nossa opinião, são muitas vezes confundidos. O primeiro deles diz respeito à diferença que existe entre produtividade e intensidade do trabalho.

O significado da produtividade, a partir de Marx, é amplamente conhecido. Para esse autor, trata-se de, na mesma jornada de trabalho,

qual é o volume (unidades) de mercadorias que o processo produtivo consegue fabricar. Assim, como o tempo de trabalho total é dado, a magnitude de valor total também é a mesma. Entretanto, se ocorre um aumento de produtividade, uma maior quantidade de valores de uso produzidos, com um valor total constante, isso implica a redução do valor individual de cada um dos valores de uso produzidos. É por isso que, com o desenvolvimento das forças produtivas, o valor de uma mercadoria tende a cair.

A maior intensidade do trabalho, em uma dada jornada, significa que, no mesmo tempo de trabalho, ocorreu maior dispêndio de trabalho, o consumo do valor de uso da força de trabalho foi intensificado, o que leva, com igual número de horas de trabalho, a uma maior produção de valores de uso. Até aqui, parece que os efeitos são os mesmos, uma vez que tanto a maior produtividade quanto a elevação da intensidade provocam maior quantidade de valores de uso produzidos. Entretanto, no primeiro caso, o valor total da produção não se modifica, já que não implica maior dispêndio de trabalho total. No que se refere à intensidade do trabalho, este último dispêndio é alterado, modificando-se, portanto, a magnitude de valor total produzida nesse mesmo tempo de trabalho.

Em termos puramente teóricos, o aumento de produtividade leva à redução do valor individual das mercadorias porque maior quantidade de valores de uso foi produzida, em uma mesma jornada de trabalho, e com mesmo dispêndio de trabalho. A elevação da intensidade, mantida a jornada de trabalho, incrementa a produção de valores de uso, mas seus valores individuais não se reduzem (necessariamente) porque o valor total produzido também se eleva.

Por que esta diferenciação entre intensidade e produtividade do trabalho é importante para o debate sobre a teoria marxista da dependência? Basicamente, porque esta última, pretensamente apoiando-se em Marx, responde à crítica de que a superexploração nas economias dependentes necessariamente pressuporiam que, nessas economias, a

acumulação de capital só poderia acontecer por intermédio da mais-valia absoluta, sustentando que a maior intensidade do trabalho implica mais-valia relativa.

Infelizmente, na teoria de Marx, isso não é verdade. Este autor é claro nisso quando afirma que “para um número de horas constante, a jornada de trabalho mais intensiva se corporifica, pois em produto-valor mais alto, portanto, permanecendo constante o valor do dinheiro, em mais dinheiro” (Marx, 1983, vol. II, p. 117). Portanto, dada a produtividade nos setores que produzem as mercadorias que compõem o valor da força de trabalho e, por isso, com dado valor da força de trabalho, se aumenta a intensidade deste eleva-se o produto-valor; isso só pode significar crescimento da mais-valia, justamente a definição de mais-valia absoluta!

Se o aumento da intensidade do trabalho, a partir da abordagem de Marx, ao contrário do que entende boa parte da teoria marxista da dependência, não implica mais-valia relativa, mas mais-valia absoluta, isso confirmaria a crítica comum de que esta teoria só conseguiria entender a acumulação capitalista dependente com base na mais-valia absoluta? Superexploração significaria apenas mais-valia absoluta? Não, e basicamente por duas razões.

Em primeiro lugar, não estaria vedada à economia capitalista dependente o aumento da produtividade. O que ocorre, dentro das condições estruturais da dependência, é que, quando ela ocorre, tende a ocorrer em menor ritmo do que nas economias centrais, ampliando a diferença entre o valor produzido e aquele que é apropriado no capitalismo dependente.

Em segundo lugar, e relacionado diretamente com o anterior, a referida crítica desconsidera a diferença entre os distintos mecanismos de transferência de valor. É perfeitamente possível que aumente a produtividade nas economias dependentes, reduzindo o valor da força de trabalho, elevando a mais-valia relativa, como visto. Mas, se no comércio mundial, esses setores possuem menor composição orgânica do

capital em relação à média mundial de todos os setores, e os países centrais se especializam em setores com maior composição orgânica, ocorre transferência de valor (por intermédio do mecanismo dos preços de produção), mesmo a acumulação capitalista na dependência tendo alguma base de mais-valia relativa.

## REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, V. **Teoría de la dependencia**: una anticrítica. México: Era, 1978.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

\_\_\_\_\_. Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 5 v.



# O PAPEL CIVILIZADOR DOS ESTADOS UNIDOS E AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO PÓS-GUERRA

Luiza Carnicero de Castro<sup>1</sup>

## A política externa dos Estados Unidos

**T**erminada a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos emergiram para a posição de país mais importante do mundo, rompendo as barreiras talássicas que sempre os protegeram de conflitos com outras nações. Pois, a narrativa predominante sobre a política externa estadunidense costuma argumentar que o país tendeu a se manter isolado dos acontecimentos mundiais (Crockatt, 1995, p. 18). Afinal, uma nação continental, autossuficiente e constituída justamente por pessoas que haviam fugido do velho mundo aparentemente não teria motivo para se engajar em esforços internacionais, exceto os comerciais e humanitários.

Supõe-se, assim, que a supremacia estadunidense foi algo acidental, uma mera resposta a fatores externos. O país não teria obedecido a um prévio projeto de expansão imperial, mas reagido a contingências que transcorriam fora de suas fronteiras e que ameaçavam a paz e a democracia.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Relações Internacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: instituições internacionais, desenvolvimento econômico, neoliberalismo, globalização e história dos Estados Unidos.

Tal percepção de que os Estados Unidos sejam uma superpotência relutante tem sido, porém, questionada. Alguns autores sustentam que o discurso seja recorrente não por explicar o poder global do país, mas por evitar questionamentos a respeito do mesmo. Tais autores argumentam que ao contrário da narrativa dominante, são justamente os conflitos internos que impulsionam os Estados Unidos para o exterior. Mais especificamente, o país decidiu transpor as suas fronteiras, no intuito de garantir os interesses de suas classes proprietárias – as grandes corporações, as elites financeiras e rurais.

O historiador Charles Beard argumenta que o rápido desenvolvimento industrial no século XIX levou o país a produzir mais bens do que poderia consumir. A exportação do excedente se tornou, assim, uma das prioridades dos Estados Unidos. Beard relata que mesmo nos episódios mais violentos da Guerra Civil, a classe proprietária exerceu forte pressão na administração republicana para expandir o comércio (Beard, 1942, p. 344-345).

Ainda que se atribua o êxito do desenvolvimento industrial estadunidense ao seu vasto mercado doméstico (Murphy, 1994, p. 119) é possível dizer que este logo passou a ser visto pelas classes proprietárias como insuficiente. O historiador Walter Lafeber identifica o início desse processo na década de 1850, momento em que a diplomacia moderna de Washington começou a se afigurar. O país, que então já adquirira proporções continentais, veio a privilegiar a busca por mercados para os seus excedentes, ao invés da conquista de novas terras. Entre 1850 e 1873, as exportações alcançaram uma média de 274 milhões de dólares por ano, contra 116 milhões de dólares entre 1838 e 1849<sup>2</sup>.

William Appleman Williams igualmente observa que as crises de superprodução e os pânicos financeiros próprios do final do século XIX foram interpretados pelas classes dominantes como decorrentes da falta de mercados. A elaboração de uma política comercial expan-

---

<sup>2</sup> Bullock, C.J.; Tucker, R.S.; Williams, J.H. (1919) The Balance of Trade of the United States. *Review of Economics and Statistics I*, 215-266. In: Lafeber (1963, p. 1-2).



sionista foi, então, vista como a única solução viável. Dessa forma, foram promulgadas entre 1899 e 1900 as Notas de Porta Aberta por John Hay, Secretário de Estado da administração de William McKinley (1897-1901). A medida partia do pressuposto de que a força econômica dos Estados Unidos permitia ao país competir com as nações mais avançadas industrialmente do mundo, tanto em seus mercados domésticos, bem como em qualquer parte do planeta. Para tanto, os Estados Unidos deveriam ser confrontados a cada ano com excedentes crescentes de bens manufaturados para a venda em mercados estrangeiros. A expansão comercial se tornava, assim, um assunto de Estado (Williams, 1961, p. 22).

Dessa forma, é possível relativizar a narrativa de que os Estados Unidos procuraram manter-se isolados do mundo.<sup>3</sup> De acordo com Lafeber, é certo que o domínio da Inglaterra sobre os mares e o conflito de poder dentro da Europa possibilitaram que o país obtivesse o privilégio de não ter que se comprometer com os problemas europeus. Não obstante, os Estados Unidos sempre se envolveram em assuntos externos, como com o comércio internacional de escravos, as revoluções na América Latina e questões coloniais na África e Madagascar (Lafeber, 1963, p. 175).

## Convencendo o resto do mundo

O projeto de buscar novos mercados para a produção excedente dos Estados Unidos pressupunha que o país se tornasse uma liderança mundial. Imaginava-se que a Primeira Guerra Mundial fora causada justamente pela falta de disposição de Washington de assu-

---

<sup>3</sup> É difícil, aliás, defender a tendência ao isolamento dos Estados Unidos quando se tem em conta que em 1803, o país ampliou o seu território do rio Mississipi até as Montanhas Rochosas com a aquisição da Louisiana da França; em 1819, atingiu o Golfo do México com a conquista da Flórida da Espanha; em 1849, alcançou o Pacífico, apropriando-se do território de Oregon da Inglaterra e tomando a Califórnia e o Sudoeste do México na Guerra de 1846-1848. Houve ainda as anexações do Havaí em 1896, bem como das Filipinas, Porto Rico, Guam e outras ilhas do Pacífico, após a Guerra com a Espanha em 1898 (Crockatt, 1995, p. 18).

mir um papel de comando no cenário internacional, o que teria estimulado os governos estrangeiros a se valer de políticas imperialistas. Dessa forma, entendia-se que a prosperidade do país dependia igualmente da adoção de um papel central nas decisões acerca da economia internacional, garantindo que esta funcionasse na direção desejada. (Rupert, 1990, p. 434; Trubowitz, 1998, p. 107; Williams, 1961, p. 200). A intenção era edificar uma ordem monetária internacional, assentada no livre comércio de bens de consumo. Isso disponibilizaria às classes proprietárias dos Estados Unidos um amplo mercado para os seus excedentes.

Para tanto, foi necessário um conjunto de ideias que legitimasse o papel de liderança mundial que o país almejava desempenhar, instaurando um consenso em torno do livre comércio. A retórica acerca da ordem mundial multilateral assumiu tal incumbência. De acordo com Ruggie, ela compôs o vocabulário, a justificativa e o programa sem os quais a Casa Branca dificilmente teria obtido o consentimento doméstico e internacional para exercer sua liderança. Pois, a ordem mundial multilateral pressupõe uma universalidade, sendo, assim, compatível com o imaginário formador da coletividade política estadunidense: uma nação aberta para todos (Ruggie, 1996, p. 25).

Talvez ainda mais significativo, a retórica em torno da ordem multilateral possibilitou à Casa Branca basear sua política externa mais em critérios econômicos do que políticos (Gardner, 1956, p. 9). É importante observar que o poder executivo estadunidense rejeitou uma abordagem mais enfática de sua busca pela liderança mundial, pois temia que isso gerasse oposição. O historiador John Gaddis explica que não foi por acaso que o Plano Marshall se baseou num programa de assistência econômica. A ideia, segundo o autor, era criar alternativas ao comunismo sem, porém, opor-se diretamente ao mesmo. A estratégia de se valer de instrumentos econômicos para obter efeitos políticos evitaria acusações de que os Estados Unidos estavam interferindo nos assuntos internos de outros países (Gaddis, 1987, p. 26).

Nesse sentido, Gaddis considera expressivo que o Departamento do Estado tenha descartado a proposta do Conselho Nacional de Segurança do início de 1948 de elaborar uma contraofensiva mundial ao comunismo. De acordo com Willard Thorp, Assistente de Marshall, “Devemos evitar qualquer aparência de atuar como um Estado policial”<sup>4</sup>.

Os Estados Unidos tiveram, pois, o cuidado de apresentar o seu projeto de dominação mundial em termos estritamente econômicos e humanitários. Jacques Mauduy relata que desde a Proclamação da Independência, o país se preocupou em salientar a herança colonial e a condição de vítima do colonialismo europeu. Washington foi, portanto, suficientemente meticuloso ao afirmar-se como uma antítese do imperialismo (Mauduy, 2003, p. 11). Algo semelhante é observado por Williams. O autor comenta que o passado revolucionário, bem como a antipatia por posturas imperiais teriam levado os Estados Unidos a rechaçar atitudes agressivas, enquanto ascendia à liderança global. O desafio da diplomacia estadunidense foi, pois, obter os benefícios do império, sem, porém, arcar com os seus custos (Williams, 1961, p. 43).

## O interesse pelos países periféricos

Durante a Segunda Guerra, os Estados Unidos se empenharam em manter relações cordiais com a América Latina. Foram estabelecidos acordos comerciais com onze países e em fevereiro de 1942, dezoito nações latino-americanas declararam guerra ou tornaram severa a relação com os países do Eixo. Brasil e México enviaram inclusive tropas para a Itália e para as Ilhas do Pacífico respectivamente. Terminado o conflito, porém, os Estados Unidos emergiram como a nação mais poderosa do mundo e os interesses da América Latina passaram a lhes soar secundários (Rabe, 1988, p. 6-17).

---

<sup>4</sup> “We must avoid any appearance of behaving like a ‘police state’”. Thorp at Marshall, (1948, 7 de Abril), FR: I, p. 558-9. In: Gaddis (1987, p. 155).

A indiferença pelos países localizados no Sul não perdurou, porém, por muito tempo. Os meandros da Guerra Fria logo reavivaram o interesse dos Estados Unidos pelas nações periféricas, cujo primeiro suspiro talvez tenha sido o discurso de Harry Truman, em 1949 na inauguração do Ponto IV.<sup>5</sup> O presidente anunciava que a paz mundial nunca poderia ser alcançada enquanto não se aprimorasse o nível de vida das populações das áreas subdesenvolvidas.

Segundo David Baldwin, Truman se dava conta de que o comércio dos Estados Unidos com os países periféricos passava a ser vital para a prosperidade das classes proprietárias estadunidenses. Em 1954, os gastos militares atingiram 13,5% do PIB e os Estados Unidos necessitavam da matéria-prima disponível nas nações subdesenvolvidas para suprir sua indústria bélica. Dessa forma, a Comissão do Presidente para Política de Materiais chegou à conclusão de que se algo não fosse feito para melhorar a qualidade de vida do resto mundo, o futuro dos Estados Unidos (diga-se, de suas classes empresariais) estaria ameaçado.<sup>6</sup>

Na verdade, a busca por insumos na América Latina, Ásia e África sempre acompanhou a política de expansão comercial do país. Já na administração de Herbert Hoover (1929-1933), o presidente estabeleceu um programa que buscou controlar as principais fontes de matéria-prima ao redor do mundo, no intuito de proteger as operações dos Estados Unidos da concorrência internacional (Williams, 1961, p. 43).

Na década de 1950, a necessidade de atender às necessidades de insumos das classes proprietárias se combinou com a política de contenção ao comunismo. Com a morte de Stalin, a União Soviética passou a privilegiar a assistência financeira às economias periféricas como téc-

---

<sup>5</sup> O Ponto IV foi o primeiro programa de ajuda externa voltado para as economias periféricas, em tempos de paz. Foi extremamente modesto, quando comparado com o montante de recursos que os Estados Unidos iriam disponibilizar nos anos seguintes, correspondendo somente a 1% do que era gasto com ajuda externa na época (Kapur, Lewis & Webb, 1997, p. 150).

<sup>6</sup> President's Material Policy Commission, (1952) *Resources of Freedom*. 5 vols. Washington: U.S. Government Printing Office. 1952. p. 3. In: Baldwin, 1966, p. 75.

nica de política externa. Ex-colônias resplendeciam como nações autônomas e o comunismo lhes oferecia um modelo alternativo de organização política, econômica e social. No final de 1953, o bloco comunista estabeleceu 113 acordos comerciais; em 1957 esse número subiu para 200. Em 1957, realizou intercâmbio com 19 países subdesenvolvidos, enviando 2300 técnicos e recebendo 2000 estudantes (Baldwin, 1966, p. 135). Entre 1958 e 1962, tornou-se o maior parceiro comercial do Egito, da Guiné, de Mali e Cuba (Baldwin, 1966, p. 208).

A partir de então, a questão do desenvolvimento de países pobres passou a significar assunto de segurança nacional<sup>7</sup>. Centros de pesquisa e departamentos em universidades especializados no assunto foram criados e assim surgiram a teoria do desenvolvimento e a teoria da modernização – a vertente da primeira no âmbito das ciências sociais<sup>8</sup>.

Esses estudiosos concebiam um longo hiato entre os países subdesenvolvidos e a sequiosa modernidade. Não se tratava apenas de desbravar uma série de recursos produtivos, que levassem ao crescimento econômico, mas de transformar toda a sociedade, inclusive o seu modo de pensar, sentir e agir. O progresso era retido, pela perspectiva desses intelectuais, por concepções de mundo baseadas em religiões, lendas, tradições e superstições, avessas à lógica da acumulação. Somente com a superação dessas formas de compreender a realidade que o progresso poderia ocorrer.

---

<sup>7</sup> Em 1956, o Secretário do Estado John Foster Dulles declarou: “Estamos num contexto de desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos que é extremamente competitivo. Derrota nesse contexto pode ser tão desastroso quanto na corrida armamentista.” (“We are in a context in the Field of economic development of underdeveloped countries which is bitterly competitive. Defeat in this contest could be as disastrous as defeat in an armament race”). Dulles, J. F., (1956, 12 de Janeiro) *New York Times*. p. 19. In: Baldwin, 1966, p. 119.

<sup>8</sup> O que ficou conhecido como Teoria do Desenvolvimento teve, contudo, várias graduações. Na América Latina, o seu eco materializou-se na CEPAL, criada em 25 de fevereiro de 1948, a primeira corrente sobre o tema que emanou das nações subdesenvolvidas. Dez mais tarde, surgia a teoria da dependência que criticava o imperialismo e entendia a teoria do desenvolvimento produzida nos países ricos como uma expressão do mesmo (Bustelo, 1998).

Dessa forma, a teoria da modernização partia do pressuposto de que haveria apenas um caminho em direção ao desenvolvimento – o que fora percorrido pelas nações ocidentais. Nils Gilman relata que esses pensadores compreendiam a história como um processo inexorável rumo à modernidade. O presente da Ásia e África era, assim, comparado com o passado europeu. Qual a antropologia evolucionista, a teoria da modernização lidava com categorias temporais como se fossem categorias geográficas. Da mesma forma que a Idade Média ficou conhecida como a “Era das Trevas”, a abordagem convencionou tratar a periferia como o “Continente das Trevas” (Gilman, 2003, p. 27).

O período era de grande prosperidade para os países industrializados, que desfrutavam das altas taxas de crescimento dos 25 anos gloriosos. Era, pois, razoável impor às nações pobres severas sanções, quando se tinha tamanho fulgor para lhes oferecer em troca.

A produção de conhecimento em torno do que se convencionou chamar de “povos atrasados” foi, portanto, menos uma leitura das sociedades que esses pesquisadores tinham como objeto, do que da própria realidade que os circundava. Reginaldo Moraes observa que a imagem que se faz “deles” está embasada pelo que pensamos de “nós”. Uma consequência disso é que a teoria da modernização não leva em consideração os aspectos políticos que alicerçam as desigualdades entre as nações. (Moraes, 2006, p. 102). Os discursos decorrentes dessa produção científica reforçam, pois, construções ideológicas que remontam ao Iluminismo a respeito da superioridade racial e cultural ocidental. Gilman, inclusive, aponta a teoria da modernização como herdeira direta das cruzadas, ao pregar a razão, o empirismo, a ciência, o progresso, o individualismo, o secularismo e a uniformidade da natureza humana (Gilman, 2003, p. 28).

## A ligação entre a teoria da modernização e a política externa estadunidense

A necessidade da Casa Branca de obter informações sobre as áreas nas quais pretendia exercer influência chamou a atenção de vários cientistas sociais das instituições de pesquisa fixadas nos Estados Unidos. Nils Gilman relata que muitos estudiosos se deram conta das oportunidades de obter investimentos públicos ao perseguir projetos que “interessassem” os objetivos da política externa de Washington (Gilman, 2003, p. 45).

Não obstante, se as ciências naturais apresentavam uma utilidade óbvia para a indústria bélica estadunidense, não é possível dizer o mesmo em relação às ciências sociais. No intuito de convencer o Congresso a aprovar fundos, os estudiosos da teoria da modernização passaram a adotar métodos e linguagens próprios das ciências naturais, sob o argumento de que haveria apenas uma diferença de grau entre as duas abordagens (Feres Jr, 2000, p. 103). Walt Whitman Rostow, um dos principais nomes da teoria da modernização, supunha que ao elaborar políticas eficazes para os Estados Unidos atuarem nas nações subdesenvolvidas, os cientistas sociais adquiriam uma função tão importante quanto a dos físicos na corrida armamentista (Gilman, 2003, p. 159). É razoável, assim, dizer que os estudiosos ora em análise intentaram instrumentalizar a produção científica, transformando-a numa espécie de “engenharia política”. A teoria da modernização pode, portanto, ser considerada um projeto político, que ambicionava intervir no que ficou conhecido como Terceiro Mundo e, mais importante, reformá-lo (Moraes, 2006, p. 133).

Não causa, assim, surpresa que muitos críticos da abordagem enfatizem o seu caráter anticomunista. Gilman sustenta que a teoria da modernização dificilmente poderia ser compreendida fora do contexto da Guerra Fria. Segundo o autor, em nenhum lugar isso foi mais verdadeiro do que no Centro de Estudos Internacionais do MIT (Instituto Tecnológico de Massachusetts), que se tornou uma das principais referências no tema. O Centro se originou de uma proposta feita pelo

Departamento do Estado ao MIT de produzir um estudo para obter informações sobre a Rússia. Esta havia logrado intervir num dos principais canais internacionais dos Estados Unidos de propaganda política na primavera de 1950. Ao aceitar o convite, o MIT alocou um grupo interdisciplinar de estudiosos e criou o projeto secreto Troia, em alusão à clássica intervenção de tropas nas linhas inimigas da mitologia grega.

Em janeiro de 1952, o Centro foi criado e para dirigi-lo foi chamado Max Millikan, um dos principais participantes do projeto Troia e ex-diretor assistente da CIA. Foi Millikan quem recrutou três dos mais célebres estudiosos da teoria da modernização – Lucie Pye, Paul Rosenstein-Rodan e Walt Whitman Rostow. Millikan conheceu o último enquanto aluno de graduação de Yale, num seminário em 1934 sobre mercado negro, dirigido por Richard Bissel, que eventualmente se destacaria na operação Baía dos Porcos (Gilman, 2003, p. 156-160).

A primeira iniciativa do Centro ocorreu em maio de 1954 num encontro na Universidade de Princeton, em Nova Jersey, para o qual Millikan e Rostow foram convidados. Lá os dois pesquisadores foram requisitados para escrever um relatório sobre como promover o crescimento econômico e a estabilidade política de países subdesenvolvidos com programas de ajuda financeira. Um primeiro manuscrito circulou dois meses depois entre acadêmicos e políticos, inclusive congressistas. Em 1957, o texto faria parte das audições do Congresso, sob o título de “Objetivos dos Programas de Assistência Econômica dos Estados Unidos”<sup>9</sup>.

Gilman relata que no intuito de aplacar a resistência de congressistas conservadores (geralmente refratários à ideia de ajuda externa) Rostow e Millikan sustentaram que o crescimento econômico satisfaria desejos básicos dos povos de áreas subdesenvolvidas, diminuindo a tendência destes de aderir ao comunismo. O êxito em liquidar as ope-

---

<sup>9</sup> Centre for International Studies, [CIS] (1957, Janeiro) Objectives of United States Economic Assistance Programs, Um estudo para o Comitê Especial do Senado, preparado por: Blackmer, D., Cross, J. E., Ekhaus, R., Hagen, E. E., Kindleberger, C., Millikan, M., Pye, L. W., Rosenstein-Rodan, P. N. & Rostow, W. W. p. 5, In: Gilman (2003, p. 176).



rações de guerrilha e subversão, comentava Rostow, dependia diretamente da saúde econômica, política e social das economias ainda não industrializadas. De acordo com ele, os Estados Unidos e os seus aliados tinham o dever de eliminar e prevenir as circunstâncias sob as quais a subversão poderia ser desencadeada<sup>10</sup>.

Em 1957, o relatório foi publicado pelo Centro, sob o título de “Uma Proposta: A Chave para uma Política Externa Eficiente”. O livro, segundo Gilman, ainda não podia ser tido como a primeira obra eminentemente da teoria da modernização, embora revelasse o amadurecimento de ideias caras à abordagem. A concepção de que o desenvolvimento seria um processo unilinear aparece pela primeira vez num estudo do Centro. Dessa forma, os estudiosos sustentavam que o programa de ajuda externa transformaria as nações ainda não desenvolvidas em sociedades democráticas, estáveis, eficientes, repletas de fábricas e baseadas em relações não tradicionais<sup>11</sup>.

Gilman constata, assim, que seria somente em 1960 que a teoria da modernização, produzida pelo Centro de Estudos Internacionais, atingiria sua plena maturidade, em estudo realizado para o Senado – “Mudança Econômica, Social e Política nos Países Subdesenvolvidos”<sup>12</sup>. Neste, as categorias de sociedades tradicionais e modernas são abordadas explicitamente, sendo as primeiras definidas como organizações sociais com limitada capacidade tecnológica, preponderância de empregos na agricultura, ausência de classes médias que desafiem elites rurais, falta de adaptação da força de trabalho e sobrevalorização das relações pessoais. O estudo con-

---

<sup>10</sup> Hatch, R. & Rostow, W. W. (1955) *An American Policy in Asia*, New York: Technology Press of Massachusetts Institute of Technology & Wiley, p. 42, In: Gilman (2003, p. 177).

<sup>11</sup> Millikan, M. & Rostow, W. W. (1957) *A Proposal: Key to an Effective Foreign Policy*. New York: Harper and Brothers, in: Gilman (2003, p. 177).

<sup>12</sup> CIS (1960, Março de) *Economic, Social and Political Change in the Underdeveloped Countries and Its Implications for United States Policy*. Um estudo para o Comitê Especial do Senado em Relações Internacionais, preparado por Bator, F., Blackmer, D., Ekchhaus, R., Hagen, E. E., Lerner, D., Millikan, M., Pool, I. S., Pye, L. W., Rosenstein-Rodan, P. N. & Rostow, W. W. In: Gilman (2003, p.180).

cluía, assim, que a principal transformação necessária para as ditas sociedades atrasadas seria psicológica. Para esses pesquisadores, tornar-se moderno significava adotar uma ideia instrumental da natureza e entendê-la como uma reserva de recursos prontos a ser explorados. Supunham, portanto, que hábitos considerados tradicionais eram obstáculos ao desenvolvimento. (Gilman, 2003, p. 23).

É igualmente se pautando pelos fatores extra-econômicos do desenvolvimento que Rostow elaborou uma das obras mais célebres da teoria da modernização – “Os Estágios do Crescimento Econômico”. O pensador sistematizou cinco etapas até a plena consolidação da modernidade: 1. A sociedade tradicional; 2. As condições para a decolagem; 3. A decolagem; 4. A marcha para a maturidade; 5. A era do consumo de massa.

As sociedades tradicionais, segundo o pensador, teriam um limite no volume da produção per capita devido às potencialidades inerentes à ciência e tecnologia ainda estarem indisponíveis. Consequentemente, a atividade econômica dessas áreas estaria ancorada na agricultura, da qual emanaria uma estrutura social hierarquizada. O poder político se concentraria, pois, nas mãos dos que tinham posse ou controle da terra. Todo o mundo pré-Newtoniano, sustenta Rostow, poderia ser assim classificado: dinastias da China, civilizações do Oriente Médio e Mediterrâneo e Europa Medieval, bem como todas as sociedades que se mantiveram indiferentes à capacidade do ser humano de intervir na natureza para o proveito econômico.

As pré-condições para a decolagem ocorreriam a partir do momento em que as concepções da ciência moderna passassem a ser empregadas na produção, num ambiente dinamizado pela expansão dos mercados mundiais e a concorrência internacional. Na história moderna, esse estágio teria sido geralmente observado como consequência da intromissão externa por sociedades tidas como mais adiantadas. Tais invasões teriam abalado as sociedades tradicionais e acelerado o desmoronamento das mesmas.

A decolagem seria frequentemente produto da acumulação do capital fixo e de um surto de evolução tecnológica tanto na agricultura, quanto na indústria. Rostow igualmente considera salutar o acesso ao poder de um grupo político comprometido com o projeto de modernização, capaz de derrubar as antigas resistências ao desenvolvimento. A partir de então, as forças que atuam em nome do progresso econômico se dilatariam, logrando dominar a sociedade.

A marcha para a maturidade seria um intervalo de progresso continuado durante o qual a tecnologia se estenderia por toda a atividade econômica até atingir a era do consumo em massa. Rostow explica que isso ocorreria quando a renda real per capita alcançasse o ponto em que as pessoas, enquanto consumidoras, conseguissem ultrapassar as necessidades mínimas de alimentação, vestuário e habitação. Haveria, igualmente, aumento da produção da população urbana, de trabalhadores em escritórios e de operários especializados. Finalmente, a principal atividade econômica seria a produção de artigos de consumo duráveis e serviços em massa (Rostow, 1978, p. 17-24).

Como Gilman bem observa, as categorias de “tradição” e “modernidade” se tornaram os principais conceitos pelos quais as ciências sociais entenderam o processo de desenvolvimento (Gilman, 2003, p. 193). Reginaldo Moraes considera que os três estágios intermediários de Rostow formam uma transição entre dois extremos: a velha e a nova ordem. Conceitua-se, pois, um modelo de sociedade, a partir do qual são traçados os caminhos necessários para atingi-lo. As sociedades tradicionais são, assim, identificadas pelo que não têm, ao serem comparadas com as modernas. As consequências disso são que as assimetrias entre economias centrais e periféricas são tratadas como se fossem naturais (Moraes, 2006, p. 87-88).

Michael Latham astutamente comenta que a abordagem teórica teve, assim, êxito em articular um conjunto de conceitos e pressupostos sobre a natureza da sociedade estadunidense e a capacidade desta de transformar o globo (Latham, 2000, p. 5). Afinal, o país optara por não

manifestar de forma explícita o seu projeto de dominação mundial. Os dados articulados por esses centros de pesquisa ofereciam recursos que justificavam a interferência da Casa Branca nas economias periféricas, sem manifestar os interesses de política externa de Washington.

Os objetivos da teoria da modernização foram, portanto, muito mais ousados do que os de construir uma leitura sobre as sociedades além das fronteiras ocidentais. Assim como o imperialismo do século XIX foi justificado como uma maneira de exportar a civilização europeia, a abordagem articulou um discurso, com validade científica, que legitimava a dominação estadunidense. Os pesquisadores ora em análise perseguiram, pois, objetivos sócio-políticos bem específicos como se fossem verdades científicas. Gilman observa que ao se valerem de métodos próprios às ciências naturais, lidando com a pesquisa científica como se fosse isenta de valores, os teóricos da modernização conseguiram evitar as questões éticas envolvidas no trabalho que executaram (Gilman, 2003, p. 160).

Não causa, assim, surpresa que o livro publicado pelo Centro de Estudos Internacionais "A Proposta: A Chave para uma Política Externa Eficiente" tenha considerado importante que os países recipientes se engajassem na ampliação do comércio mundial e da divisão internacional do trabalho. (Gilman, 2003, p. 71). Tampouco é de se estranhar o fato de Rostow ter ocupado o cargo de consultor de segurança nacional na administração de Lyndon Johnson (1963-1969). Da mesma forma que a teoria da modernização foi mais uma abstração sobre o ocidente do que o Terceiro Mundo, as políticas de ajuda financeira foram um programa ocupado mais com os interesses de classes situadas nos Estados Unidos do que dos povos do além-mar. Como Moraes bem observa, a teoria da modernização foi uma missão do homem branco e ocidental (Moraes, 2006, p. 100).

## REFERÊNCIAS

- BACEVICH, A. J. **American Empire: The Realities and Consequences of U.S. Diplomacy.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2002.
- BALDWIN, D. **Economic Development and American Foreign Policy. 1943-1962.** Chicago & London: The University of Chicago Press, 1966.
- BEARD, C. A. **The Rise of American Civilization.** New York: MacMillan Company, 1942.
- BUSTELO, P. **Teorías Contemporáneas Del Desarrollo Económico.** Madrid: Síntesis, 1988.
- CROCKATT, R. **The 50 Years War: The United States and the Soviet Union in World Politics.** London & New York: Routledge, 1995.
- FERES Jr, J. Aprendendo com os Erros dos Outros: O que a História da Ciência Política Americana tem para nos Contar. **Revista de Sociologia e Política.** 15. 97-110, 2000.
- GADDIS, J.L. **The Long Peace: Inquiries into the History of the Cold War.** New York, Oxford: Oxford University Press, 1987.
- GARDNER, R.N. **Sterling-Dollar Diplomacy: Anglo-American Collaboration in the Reconstruction of Multilateral Trade.** Oxford: Clarendon Press, 1956.
- GILMAN, N. **Mandarins of the Future: Modernization Theory in Cold War America.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2003.
- KAPUR, D., LEWIS, J & WEBB, R. **The World Bank: Its First Half Century, Volume I.** Washington: The Brookings Institution, 1997.
- LAFEBER, W. **The New Empire: An Interpretation of American Expansion. 1860-1898.** Ithaca, New York: Cornell University Press, 1963.
- LATHAM, M. **Modernizing as Ideology: American Social Science and Nation Building in the Kennedy Era.** North Carolina Press, 2000.
- MAUDUY, J. **Économie et Société aux Etats-Unis depuis 1945.** 2. ed. Paris: Ellipses, 2003.

MORAES, R. C. C. **Estado, Desenvolvimento e Globalização**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MURPHY, C. **International Organization and Industrial Change: Global Governance since 1850**. Cambridge: Polity Press, 1994.

RABE, S.G. **Eisenhower and Latin America**. The Foreign Policy of Anticommunism. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 1988.

ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Um Manifesto Não Comunista. 6. ed. Tradução O. P. Velho & S. G. Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RUGGIE, J.G. **Winning the Peace: American and World Order in the New Era**. New York: Columbia University Press, 1996.

RUPERT, M. E. Producing Hegemony. State Society Relations and the Politics of Productivity in the United States. **International Studies Quarterly**, 34/ 4, 427-456, 1990.

TRUBOWITZ, P. **Defining the National Interest: Conflict and Change in American Foreign Policy**. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

WILLIAMS, W. A. **The Tragedy of American Diplomacy**. New York: Dell Publishing Co, 1961.

# THINK TANKS CONSERVADORES E A RECONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA ESTADUNIDENSE

José Victor Regadas Luiz<sup>1</sup>

**E**m 1950, Lionel Trilling, no prefácio a sua coletânea de ensaios sugestivamente intitulada *The liberal imagination*, sentenciava:

Nos Estados Unidos de hoje, o Liberalismo não é somente a tradição intelectual dominante, mas a única tradição intelectual. Pois é um fato evidente que, em nossos dias, não existem ideias conservadoras e reacionárias em circulação geral. O que, é claro, não significa dizer que não existam impulsos para o conservadorismo e para a reação. Tais impulsos certamente são muito fortes, talvez mais fortes do que a maioria de nós saiba. Mas o impulso conservador e reacionário, salvo algumas isoladas e eclesiásticas exceções, não se expressa em ideias, mas somente na ação, ou em gestos mentais irritantes que procuram se assemelhar a ideias (Trilling, 2008, p. xv).

A razão pela qual essa passagem tornou-se célebre deve-se não a sua atualidade, mas a seu notório anacronismo. As ideias conservadoras e reacionárias estão mais do que nunca em plena “circulação geral”. Embora já não se possa falar sem ressalvas em pensamento único e

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). É professor pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz e cursa o doutorado em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), no qual se dedica ao estudo do movimento conservador estadunidense. E-mail: zevito.regadas@gmail.com.

apesar de toda contraofensiva desencadeada neste início de século, inclusive nos EUA, sobretudo a partir da atual crise, que se arrasta sem solução, são estas “ideias conservadoras e reacionárias” que continuam a balizar os horizontes da ação política nestes dias de capitalismo global desenfreado. Basta perceber como o debate entre os candidatos à presidência dos EUA há cerca de um ano estiveram dominados de ponta a ponta pela agenda política da direita. Obama venceu a eleição, sem muita folga, mas teve que lutar na defensiva quase todo o tempo. O resultado do pleito, além dos rumos da própria administração democrata, demonstra firmemente como, apesar da derrota eleitoral do *Grand Old Party*, o “impulso para o conservadorismo e para a reação” permanece forte naquele país, “talvez mais forte do que a maioria de nós saiba”. Isto por que se até os anos 1950 o conservadorismo estadunidense não conseguia se expressar publicamente em ideias, exceto por “isoladas e eclesiásticas exceções”, quando muito reduzido a “gestos mentais irritantes”, nos anos seguintes, ele nutriu um vigoroso movimento político-ideológico em sua batalha contra o legado liberal progressista da época do *New Deal*.

Sinal dos tempos, após algumas décadas, no ano de 1985, um exultante republicano conservador que acabara de ser reeleito presidente dos EUA proferia o seguinte discurso por ocasião da *Conservative Political Action Conference*:

A verdade é que o pensamento conservador não está mais aqui apenas na direita; ele é o *mainstream* agora. E o curso da história irresistivelmente se move em nossa direção. Por quê? Porque o outro lado está virtualmente falido em ideias. Ele não tem mais o que dizer, nada para acrescentar ao debate. Ele desperdiçou todo seu capital intelectual [...]. Nós chegamos onde chegamos porque estamos vencendo a batalha de ideias. De fato, na última década, calma e misteriosamente, o Partido Republicano se tornou um partido de ideias (Reagan, 1985).

O valor das ideias na construção da hegemonia neoliberal não pode ser desprezado. Como observou certa vez Perry Anderson (2003, p.



37), o neoliberalismo é um “movimento ideológico em escala mundial como o capitalismo jamais havia produzido”, “um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo a sua imagem” e que, embora não tenha revitalizado economicamente o capitalismo, política e ideologicamente, ele “alcançou um êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas”. Este fenômeno, dizia ele, chama-se hegemonia. O objetivo deste trabalho é investigar como essa hegemonia foi construída nos EUA, como seus princípios se fixaram e se disseminaram tão intimamente naquele país para dali ganhar o mundo. Isto porque, apesar da primeira experiência neoliberal ter sido levada a cabo por uma violenta ditadura, instaurada no Chile há 40 anos, o neoliberalismo só pôde se apresentar em definitivo como uma solução global, a um mesmo tempo legítima e necessária, à crise do “modelo fordista-keynesiano de desenvolvimento” (Harvey, 1992), porque seu ideário alcançou significativo consenso na principal potência capitalista do planeta. E isto só foi possível graças à ascensão do movimento conservador que, muito habilmente, conseguiu minar o antigo consenso liberal progressista em vigor nos EUA desde o *New Deal*.

## “Guerra cultural” nos Estados Unidos

O sucesso do movimento conservador estadunidense nesta “batalha de ideias” tem motivado intenso debate nos EUA. Contribuição importante, neste sentido, foi dada pelo sociólogo James Hunter, que nos anos 1990 lançou a tese da emergência de uma “guerra cultural” nos EUA, que superaria o mero conflito político entre democratas progressistas e republicanos conservadores, por ser um “conflito político e social enraizado em diferentes sistemas de compreensão moral” ou em “diferentes visões de mundo” acerca das “ideias mais fundamentais sobre o que é ser americano” (Hunter, 1991, p. 42). Segundo a hipótese

da guerra cultural, “o colapso da coalizão do New Deal e a ascensão do conservadorismo religioso nos anos 1970 e 1980 levaram a uma mudança permanente na dinâmica do sistema político americano, substituindo divisões clássicas de economia e de classe por outras baseadas em desacordos culturais e morais” (Hunter; Wolfe, 2006, p. vii).

Todavia, se há relativo acordo quanto à primeira parte dessa suposição, o mesmo não se ocorre quanto à segunda. Em livro que reanimou o debate, Fiorina, Abrams e Pope (2005) rejeitam a percepção de que haveria uma “polarização cultural” nos EUA, traço que estaria muito mais presente nas elites do país do que no conjunto da população, cujo ponto de vista político mais moderado se guiaria predominantemente por motivações econômicas. Tais críticas foram endossadas em estudo de Bartels (2008) sobre a “desigual democracia” nos EUA, cujos “resultados não oferecem qualquer suporte à noção de que a atual política americana é primariamente orientada por questões culturais” (idem, p. 84), ao contrário, “continuam a sugerir que questões econômicas são consideravelmente mais consequentes do que questões culturais” (idem, p. 86). Embora admita que “os ‘valores morais’ são cada vez mais proeminentes na política contemporânea”, ele pondera que, “enquanto a atual política dos EUA é crescentemente mais relacionada a temas culturais, ela continua sendo primariamente concernente a questões econômicas” (idem), tendência presente nas camadas de renda superior daquele país, e não na camada inferior, para a qual “os temas econômicos continuam a ser de suprema importância” (idem, p. 95).

Embora tais críticas coloquem em xeque a hipótese da guerra cultural de Hunter, este as acolheria simpaticamente ao seu argumento. De um lado, a substituição de posições relativas a interesses econômicos por outras relativas a valores culturais e morais jamais teria sido vista por ele como um fato consumado na política estadunidense, e sim como uma tendência crescente desde a ascensão do movimento conservador (Hunter, 2006). De outro lado, a polarização do conflito não abrangeria toda a sociedade, uma vez que “a maioria dos americanos, na verda-

de, ocupa um vasto espaço mediano entre os impulsos polarizados da cultura americana”, sendo o antagonismo mais agudo observado entre “organizações e seus porta-vozes, que possuem interesses em promover uma posição particular sobre uma questão social” (Hunter, 1991, p. 43). Se é inegável o realinhamento na cultura política nos EUA, “este foi e tem sido institucionalizado, sobretudo, por meio de organizações e grupos especiais de interesses, denominações, partidos políticos, grupos concorrentes na mídia, fundações, associações profissionais, e elites, cujos ideais, ações e interesses conferem direção e liderança a tais organizações” (Hunter, 2006, p. 21). Neste sentido, sustentam Gross, Medvetz e Russell (2011, p. 343), “as pesquisas de opinião pública sobre guerra cultural que focam inteiramente nas mudanças de atitude ignoram o que talvez seja a mais importante consequência de todo esse trabalho cultural: o fato de que os americanos (pelo menos os que se interessam por política) cada vez mais se veem como parte de um campo político-cultural distinto, estejam ou não as opiniões mais polarizadas”. A questão central, portanto, é saber em que medida e com estas instituições estariam em condição de moldar o debate ideológico nos EUA. Afinal, embora dificilmente populações inteiras se dividam na mesma intensidade que ideólogos, é de se supor que a delimitação rígida do debate político por esses grupos acabe por forçar o público a escolhas limitadas. Como se indaga Hunter (2006, p. 32), “se a guerra cultural é um mito e a história real é sobre o consenso que existe na ‘metade’, então por que a metade é incapaz de propor, muito menos de eleger, um moderado que represente este consenso (...)? Se o centro é tão vital assim, por que as extremidades estão sobrerrepresentadas nas estruturas de poder – sobretudo as estruturas de poder político?”.

Curiosamente, uma das principais conclusões de Bartles (2008) tende a apoiar esse ponto central à hipótese da “guerra cultural”. Após constatar o quanto os políticos nos EUA são significativamente mais sensíveis aos interesses dos eleitores de maior renda, ignorando os mais pobres, o que refuta a noção comum (entre teóricos pluralistas da democracia) de que a ação dos políticos reflete a média das visões dos eleitores,

Bartels (idem, p. 257) sublinha “a imensa significância da ideologia da elite na criação da política pública nos EUA”. Haveria duas explicações para este fenômeno. “A correlação entre a opinião pública e a opinião da elite deve refletir os esforços conscientes das elites, dos grupos de interesse, ou dos realizadores de políticas públicas em moldar a opinião pública em apoio às suas visões, ou ela pode refletir padrões de recrutamento político que põe certo tipo de pessoas em vez de outros em posições influentes” (idem, p. 281). Com efeito, ambas as explicações são complementares, pois não só os políticos tendem a pertencer à mesma elite social e econômica que beneficiam, tornando seus interesses compartilhados, apesar de eventuais diferenças (que em certas circunstâncias podem se agravar), como também estas elites não mediriam esforços para moldar o debate público da forma mais favorável às suas posições.

Como alerta Domhoff (2006, p. 48), “há incerteza na relação entre comunidade corporativa e governo, porque não há garantias de que a população e os governos aceitação sempre a visão de proprietários corporativos sob quaisquer circunstâncias econômicas”. Para que o poder social das classes superiores seja preservado é preciso que o poder político seja atrelado constantemente ao poder econômico, não em benefício de uma ou outra fração de classe capitalista (às vezes até em prejuízo de algumas), mas em favor da manutenção da ordem capitalista em geral. Tal “tendência em direção a uma perspectiva geral de classe”, é reforçada por uma densa “rede de planejamento de políticas”, cujo objetivo é manter o consenso político em torno do poder social e econômico das classes superiores, evitando potenciais desacordos (Domhoff, p. 75). “Eis por que um conjunto de organizações sem fins lucrativos e não-partidárias constituem elemento necessário na paisagem corporativa. Essas organizações integram a base do processo de planejamento político por meio do qual a comunidade corporativa articula suas preferências políticas gerais e as transmite aos dois principais partidos políticos, à Casa Branca e ao Congresso” (idem, p. 77). Entre essas organizações, ocupando a linha de frente na “guerra cultural” contra o legado progressista, estão inúmeros institutos conhecidos como *think tanks*.

## Think tanks e o “movimento de ideias” conservador

O exame do papel dos *think tanks* na articulação do conservadorismo objetiva responder algumas perguntas fundamentais sobre o caráter geral desse movimento. No que, afinal, ele consiste? Como foi capaz de provocar tamanha inflexão no debate público dos EUA? Quais impulsos teriam impellido o conservadorismo “de uma fé dissidente incerta a uma força política dominante” (Buckley Jr. & Kesler, 1988)? Como o que ninguém jamais cogitou ir além de “gestos mentais irritantes” originou um movimento desta envergadura? O que fez com que desacreditados pastiches de ideias esboçados por “isoladas e eclesiásticas exceções” se transfigurassem numa respeitável e, para muitos, venerável tradição?

Uma possível resposta, sugerida pelo apologista da *Neue Rechte*, Pierre Krebs, é que o sucesso dos conservadores deve-se à adoção de estratégia próxima à da esquerda gramsciana, para a qual “o poder político, para existir, depende de um poder cultural difuso nas massas” (Krebs *apud* O’Sullivan, 2003, p. 155). Não se trata de buscar bons discípulos do comunista sardo entre os conservadores, mas de indicar uma mudança fundamental na organização de um movimento que tradicionalmente fora avesso à democracia de massa, negando-se a participar do jogo eleitoral que denunciavam em seus adversários liberais, sem com isso defenderem ações insurrecionais de vanguarda do tipo que desprezavam em seus inimigos comunistas.

Essa nova estratégia conservadora, semelhante à “guerra de posições” recomendada por Gramsci (2000), seria designada por muitos de seus ativistas como um “movimento de ideias”. Segundo Nash (2006, p. xvii), o conservadorismo do pós-guerra se constituiu como um “movimento de ideias, mas com aspirações políticas visivelmente não acadêmicas”, tendo deixado de ser uma “seita filosófica reclusa e esotérica” para se tornar “uma força ativista decisiva cujo impulso não raro foi para além da América de meados do século XX que rechaçavam. Um movimento intelectual em sentido estrito, mas cujo objetivo não foi somente compreender o mundo, mas mudá-lo, restaurá-lo,

preservá-lo". Essa interpretação seria reforçada por Edwards (2003, p. 1), para quem "pelo poder das ideias – sempre ligadas aos princípios inestimáveis da liberdade ordenada – e pela incessante disseminação e aplicação dessas ideias, foi que o movimento conservador tornou-se um dos maiores, e frequentemente o principal jogador na arena política e econômica da América". No centro deste movimento de ideias está o aparecimento de um fenômeno relativamente novo na política dos EUA: a atuação de institutos e centros de pesquisa voltados para a análise e promoção de políticas nas mais diversas áreas, e que desempenham um significativo papel de produção e difusão ideológica junto a partidos, governo e imprensa nos EUA – os *think tanks* – hoje "o principal instrumento de ligação entre a prática política e intelectual na vida americana" (Medvetz, 2012, p. 7).

Embora a criação de muitos dos institutos hoje reconhecidos como *think tanks* não seja algo novo, alguns datando do início do século XX (a *Brotkings Institute* origina-se em 1916), a forma como eles passaram a integrar e moldar a política nos EUA se modificou acentuadamente nos últimos anos, graças em grande medida ao movimento conservador. Essa mudança pode ser notada germinalmente a partir dos anos 1940, quando, à época da Guerra Fria, surgem alguns desses centros, uns mais, outros menos atrelados ao Estado (a RAND, criada em 1946, e a AIE, em 1943, respectivamente). Mas foi sobretudo a partir dos anos 1970 que adquire contornos mais nítidos a configuração de um "espaço dos *think tanks*" (Medvetz, 2012), com o aprofundamento de uma *politics of expertise* (Rich, 2004), marcada pelo advento de *advocay think tanks* (McGann, 2007), institutos com programas ideológicos bem definidos, em geral conservadores, que fazem uso abundante de táticas publicitárias para atingir formadores de opinião, políticos e público em geral (a Heritage Foundation, de 1973), com a produção de análises feitas sob encomenda para congressistas (Bertelli; Wenger, 2009) e para a mídia (Rich & Weaver, 2000). Assim, o que a princípio poderia ser visto por alguns como um "caso transitório" na relação entre Estado e academia durante o esforço militar na Segunda Guerra, acabou se in-

tensificando na Guerra Fria até atingir nos anos 1970 “uma identidade ideológica e programática” (Fonseca, 2004, p. 138), com a participação ativa desses intelectuais em *hearings* no Congresso – são mais de 50 por dia (Fonseca, 2004) –, produção de *fact sheets* para parlamentares, campanhas políticas, entrevistas na mídia – foram mais de 30 mil citações na imprensa dos EUA só em 2007 (Teixeira, 2007), visibilidade associada aos milionários orçamentos desses institutos (Rich; Weaver, 2000) –, redação de artigos e colunas em periódicos, promoção de simpósios, palestras, publicação de livros, revistas especializadas, etc.

Este arsenal à disposição de *think tanks* conservadores seria usado não só na disputa eleitoral, mas principalmente em sua “batalha de ideias” diária pela definição das políticas públicas, junto à opinião pública e parlamentares, onde essas ideias se sedimentariam mais profundamente, provocando mudanças graduais, porém duradouras. Conforme o relato de Edwin Feulner Jr., fundador da *Heritage Foundation*, o “nervo central da revolução de Reagan” nas palavras de Nash (2006, p. 563), estas “fábricas de ideias” teriam um papel fundamental no engendramento de mudanças na vida política e ideológica dos EUA, “não mudanças súbitas, e sim mudanças graduais nas discussões intelectuais, nos debates sobre políticas públicas, em poderosas estruturas e nos governos, em último caso, no modo como somos governados. É claro, todas essas mudanças dependem em última instância de ideias e no poder das ideias” (1985, p. 22).

É preciso ter em mente o papel central desempenhado pelos *think tanks* na estrutura de poder político nos EUA ao investigarmos o “movimento de ideias” conservador, a fim de evitarmos o erro metodológico denunciado por Gramsci (2006, p. 18), que “consiste em se ter buscado este critério de distinção [que define pessoas pela categoria de intelectual] no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais”. Tais intelectuais fazem parte de uma complexa

rede de interação entre comunidade corporativa, as classes superiores, organizações de formadores de opinião e instituições formuladoras de políticas públicas, fornecendo-lhes fator essencial à sua coesão interna – sua *expertise* (Domhoff, 2006). Para entendermos as formas como atuam esses “especialistas em legitimação” (Gramsci, 2006), isto é, o modo como buscam sedimentar as ideias que ajudam a manter coeso o bloco do poder, devemos entender a forma como eles se organizam, o que envolve traçar a gênese histórica da consolidação do “conjunto geral das relações sociais” dos *think tanks*.

O aparecimento e multiplicação dessas instituições fariam parte de uma tendência mais ampla de transformação da cultura cívica estadunidense nos últimos cinquenta anos. Se até os anos 1960 predominara nos EUA associações voluntárias nacionais, já nos anos 1970 houve uma profunda “reorganização da vida cívica nacional, em que as associações e instituições profissionalmente gerenciadas proliferaram” (Skocpol, 2003, p. 13). Se, por um lado, “os americanos lançaram mais entidades cívicas do que jamais fizeram antes”, por outro, “eles canalizaram muito menos energia para esforços de coparticipação”. Assim, nas últimas décadas do século XX, um vasto universo de organizações voluntárias e populares, distribuídas nacionalmente, cedeu lugar à proliferação de “grupos administrados profissionalmente, não raro sem membros, que defendem uma variedade sem precedentes de causas públicas” (Skocpol, 2007, p. 39). Essa proliferação dos *think tanks* pode ser medida em números: até 1950, instituições hoje assim classificadas eram apenas 66; em 1960, foram para 98; e, em 2006, contabilizavam 1.106 só nos EUA.

É verdade que a criação de tais organizações, financiadas por fundações privadas e conduzidas por pessoal especializado, resultou da iniciativa de grupos liberais progressistas diante da “oportunidade política única” surgida no contexto de “fortalecimento do ativismo governamental”, com a expansão da legislação reguladora e instauração de novas agências reformadoras (idem, p. 45). Entretanto, tais instituições foram rapidamente incrementadas e multiplicadas por grupos de



direita, fartamente amparados por grandes corporações, que ansiavam reverter os avanços dos movimentos trabalhistas e por direitos civis. Sem se descuidar de formas convencionais de mobilização de massa, a exemplo do que ocorrera aos grupos progressistas, os conservadores souberam aproveitar melhor a oportunidade para finalmente romper com o isolamento político a que estavam confinados por décadas.

O sucesso do movimento conservador, portanto, não se deve somente às vitórias eleitorais, mas, sobretudo, à sua “mobilização organizacional efetiva” (Teles, 2007, p. 160) contra o ativismo do Estado norte-americano dominado por um “liberalismo entrincheirado” em várias agências governamentais que se tornaram nos anos 1960 e 1970 particularmente ativas. Diante da larga vantagem organizativa dos liberais progressistas, “os conservadores tiveram que desenvolver sua própria rede de instituições e estratégias políticas de longo prazo a fim de potencializar o poder derivado das urnas eleitorais” (idem, p. 162). O relato de Feulner Jr (2007, p. 97), neste sentido, é ilustrativo: para ele “o fenômeno de fanáticos esquerdistas dominando a maior parte da academia impulsionou a necessidade de se criar *think tanks* alternativos de modo decisivo. Quando se trata de filosofia política, a moderna academia americana dispõe de um severo e uniforme front: uma ortodoxia quase religiosa da esquerda liberal hegemônica”. A fim de superar as desvantagens em “domínios políticos altamente entrincheirados” (idem, p. 163), os conservadores fundaram instituições similares à de seus adversários, com a diferença de que, em sua condução, em vez de acadêmicos ou pessoas com interesses empresariais, eles puseram ativistas ideologicamente motivados.

Os *think tanks*, contudo, não surgem como uma instituição pronta e acabada, que simplesmente foi acionada por intelectuais conservadores para desencadear uma ofensiva contra o “liberalismo entrincheirado” no Estado norte-americano. De fato, eles foram o resultado do embate entre aqueles e o *establishment* liberal. Segundo Medvetz (2012), o “espaço dos *think tanks*” surge do choque entre dois tipos de

organizações intelectuais nos EUA: um primeiro, formado por diversos centros de pesquisa fundados na primeira metade do século XX, e um segundo, criado por intelectuais, sobretudo conservadores, avessos à “razão tecnocrática” representada pela ordem progressista. “O principal resultado desse processo foi a formação de um novo subespaço de produção de conhecimento, com sua própria ortodoxia, convenções e normas internas” (idem, p. 17), localizado no cruzamento entre as esferas acadêmica, econômica, política e midiática, e que hoje cumpre o papel fundamental na coesão da elite no poder dos EUA, graças ao caráter relativamente autônomo desta “estrutura híbrida” responsável pela “identidade ocupacional mista” de seus intelectuais, composta pelos papéis de acadêmico pesquisador, propositor de políticas públicas, empreendedor e jornalista, que lhes confere o domínio de diversos “idiomas”, permitindo-lhes transitar em meio àqueles universos, atingindo distintos públicos com igual eficácia.

Dada as características sui generis deste “espaço dos *think tanks*”, o seu advento permitiu aos intelectuais ativistas conservadores provocar uma das mais drásticas inflexões no panorama ideológico estadunidense, a “mudança discursiva da problemática da privação – ou do debate público centrado na pobreza e nos seus fundamentos estruturais – para a problemática da dependência – que identifica na receita do *welfare state* uma forma de degeneração moral e a fonte dos males sociais” (idem, p. 20). Neste sentido, a formação destes “novos órgãos de produção intelectual” está diretamente vinculada à ascensão desses ideólogos do capitalismo de livre mercado (idem, p. 81). Com efeito, sua constituição foi decisiva na fusão das principais correntes conservadoras estadunidenses: os libertários e os tradicionalistas. Mas “enquanto o projeto fusionista exigia a articulação de princípios conservadores positivos sobre os quais pudesse erigir o consenso, seu maior sucesso seria a identificação de um inimigo comum, ou pano de fundo ideológico contra o qual os vários segmentos da direita pudessem se definir”, a saber, a identificação da “engenharia social do *New Deal*” à “antecâmara do totalitarismo” (idem, p. 98).

## O conceito de totalitarismo

A concordância entre conservadores de que suas conquistas se devem ao valor de suas ideias não assegura a concordância quanto a que ideias seriam estas. Ao contrário, para muitos, seu movimento jamais poderia se basear numa doutrina sistemática, homogênea e coerente, espelho de “ideais universais” inspiradores da moderna ideologia do planejamento social (Gottfried, 2007). Para nossos propósitos, todavia, importa menos discorrer sobre os diferentes matizes intelectuais do conservadorismo estadunidense do que traçar os aspectos que permitiram a sua confluência num movimento social e político com consequências históricas decisivas em todo mundo.

Nossa hipótese, neste sentido, é que, apesar das várias correntes conservadoras, um importante elemento nutriu sua união, qual seja, a identificação de um inimigo comum que os teria feito esquecer provisoriamente suas diferenças; um mal capaz de forçá-los a cerrar fileiras com vistas a um bem maior. Tratando-se de um movimento confessionalmente de direita, o inimigo se situaria à esquerda, dentro e fora de casa: o progressismo liberal e o comunismo soviético. Uma das formas de se entender a ascensão do conservadorismo nos EUA e, em parte, seus efeitos, antecipados conceitualmente como possibilidade histórica, é investigarmos como eles definiam seus opostos, como fabricavam a sua identidade a partir da contra-imagem deste inimigo, fundamental a sua existência como “unidade de ação política” (Koselleck, 2006a, p. 98). Um contraconceito em comum, que unificou a oposição em relação a um “outro”, vital à constituição da identidade conservadora estadunidense, foi o de “totalitarismo”.

É evidente que a compreensão deste inimigo varia muito em função das diferenças internas deste movimento. Tal como os “conceitos políticos básicos” (Koselleck, 2006b), contraconceitos como “totalitarismo” incorporam uma gama complexa de experiências e expectativas históricas evocadas em contextos específicos de conflito político. E, embora seu uso seja difuso na língua corrente, tornando seu sentido

sempre contestado (Gleason, 1995), é possível afirmar que ele foi mais fortemente moldado pela tradição conservadora. Um dos grandes êxitos do conservadorismo foi ter se apropriado com eficácia do conceito de totalitarismo, transformando-o numa das mais pujantes armas ideológicas já produzidas no século XX, ao mesmo tempo em que forjava a sua própria coesão.

Edwards (2003, p. 7), neste sentido, relata que “o movimento conservador floresceu de forma geral nos anos 1980, mas havia inevitáveis tensões que cresciam em tamanho e influência (...) a ameaça do comunismo e a presença tranquilizadora de Reagan persuadiram a maior parte dos conservadores a sublimarem suas diferenças em prol de um bem maior”. Segundo Kesler (1988, p. 6), o movimento conservador nos EUA, a despeito de suas divisões entre tradicionalistas clássicos, libertários e neoconservadores, disporia de um fator de unificação e mobilização poderoso: “o seu comprometimento com uma vigorosa política anticomunista, quer dizer, o reconhecimento de um inimigo comum”. Nash (2006, p. 44), ao se referir às divergências internas entre libertários “sobre qual seria a extensão em que a atividade do governo seria compatível com a liberdade individual e o sistema de mercado”, salientaria a sua “oposição comum ao socialismo, à economia keynesiana e ao *welfare state*” como forte fator de coesão. “O que estava em jogo era o verdadeiro sentido do totalitarismo” (Nash, p. 61).

Vemos o quanto a identidade do conservadorismo esteve intimamente dependente das formas como definia seu principal inimigo dentro e fora de casa, já que de modo geral, como resumiu Leonard Read (apud Nash, 2006, p. 29), socialismo, estatismo, comunismo, economia planificada, *welfare state* – “tudo isso é a mesma coisa”. E “tudo isso” estaria condensado no conceito de totalitarismo, cujo oposto seria o “livre mercado, a propriedade privada e a filosofia do governo limitado” (idem). É neste sentido que, conforme declara Gary Dorrien (2001, p. 63), o “totalitarismo é um artigo de fé para eles”, conservadores. Tendo se tornado essencial à sua constituição como unidade de ação política,

este conceito foi um poderoso veículo de transformações históricas, à medida que a identidade obtida pela sua inversão semântica, a de uma América livre, capitalista e democrática, galvanizou ideologicamente uma série de reformas de profundo alcance em todo o mundo. Resgatando este conceito para atacar seus adversários, os conservadores avançaram amplo programa, impulsionando a campanha de Reagan à presidência. No poder os conservadores utilizaram o conceito tanto contra o “império do mal”, abandonando a política da *détente*, quanto para desacreditar internamente o *welfare state*, promovendo a desregulamentação da economia, a redução de impostos sobre as corporações, privatização de serviços públicos, combate aos sindicatos, etc., tudo em nome dos sedutores ideais de “dignidade humana e da liberdade individual” (Harvey, 2005, p. 15). Como resumiria Edwards (2003, p. 3):

Em larga medida, o sucesso do movimento conservador americano recaí em seu papel em dois eventos épicos – um estrangeiro, outro doméstico – que modelaram bastante a moderna história americana. O primeiro foi o suporte à Guerra Fria e sua vitória. O segundo foi rejeição da opinião pública americana à ideia de que o governo federal deve ser a solução prioritária dos principais problemas econômicos e sociais. Os conservadores declararam que o comunismo era maléfico e tinha que ser derrotado, e não apenas contido. E eles disseram que o governo federal havia crescido perigosamente e que deveria ser empurrado para trás, e não só administrado de maneira mais eficiente. Porque os conservadores desempenharam um papel decisivo no término da Guerra Fria, e alertaram a nação para as ameaças de um estado Leviatã, eles obtiveram grandes recompensas políticas, como as arrasadoras vitórias presidenciais de Ronald Reagan em 1980 e 1984, a captura histórica do Congresso em 1994, e a tomada da Casa Branca por George Bush em 2000.

Ao indicar os efeitos práticos desencadeados pela crença bem difundida entre os conservadores de que as “ideias têm consequências”, não pretendo endossar o seu otimismo exagerado no “poder das ideias”. Contudo, é preciso reconhecer, como ensina Koselleck (2006a, p. 109-110), que “um conceito não é só indicador de conteúdos compre-

endidos por ele, é também seu fator. Um conceito abre determinados horizontes, ao mesmo tempo em que atua como limitador das experiências possíveis e das teorias”. Com efeito, não haveria história possível sem um conjunto de conceitos que delimite o campo de ação política dos sujeitos. Sem eles, “é impossível experimentar e interpretar a história” (Koselleck, 2002, p. 23). Assim, se por um lado não desejamos estabelecer qualquer relação causal direta entre o conceito de totalitarismo e a emergência da hegemonia neoliberal, por outro, estamos convencidos de seu uso teve um papel decisivo na invenção de uma atmosfera ideológica e de um horizonte de expectativas históricas que tornaram concebíveis e viáveis estas transformações. Sem a articulação do conceito de totalitarismo não teria sido possível ao conservadorismo norte-americano “fazer história”, ao menos não da maneira como foi feita.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Neoliberalismo: un balance provisorio. In: SADER, Emir; GENTILI (Org.). **La trama del neoliberalismo**. Mercado, crisis y exclusión social. Buenos Aires: Clacso, 2003.
- BARTELS, L. M. **Unequal democracy**: the political economy of the New Gilded Era. Princeton/ Oxford, Princeton University Foundation, 2008.
- BUCKLEY Jr., W.; KESLER, Ch. R. **Keeping the tablets**. Modern Conservative Thought. New York, Harper & How, 1988.
- DOMHOFF, G. W. **Who rules America?** Power, Politics and Social Change. St. Cruz, University of California Press, 5. ed, 2006.
- DORRIEN, G. Inventing an American conservatism: the neoconservative episode. In: ANSELL, A. E. (ed.). **Unraveling the Right**. The new conservatism in American thought and politics. Colorado, Westview Press, 2001.
- EDWARDS, L. The origins of the modern American conservative movement. **Heritage Lectures**, n. 811, nov. 2003. Disponível em:

<[www.heritage.org/research/lecture/the-origins-of-the-modern-american-conservative-movement](http://www.heritage.org/research/lecture/the-origins-of-the-modern-american-conservative-movement)>.

FEULNER Jr., E. The Heritage Foundation. In: McGANN, J. G. **Think Tanks and Policy Advice in America**. Academics, advisors and advocates. New York, Routledge, 2007.

\_\_\_\_\_. Ideas, think tanks and governments. Away from the power elite, back to the people". **Quadrant**, v. 29, n. 11, Sydney, Australia, p. 22-26, 1985.

FIORINA, M., ABRAMS, S. J., POPE, J. C. **Culture War?** The myth of a polarized America. New York, Pearson Longman, 2005.

FONSECA, C. da Os think tanks e a política externa americana. **Revista Política Externa**, v. 13, n. 1, p. 133-155, 2004.

GLEASON, A. **Totalitarianism**. The inner history of the Cold War. New York, Oxford University Press, 1995.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais, o princípio educativo, o jornalismo. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. V. 2.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. V. 3.

GROSS, N.; MEDVETZ, T.; RUSSELL, R. The contemporary American conservative movement. **Annual Review of Sociology**, n. 37, p. 325-354, 2011.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

HUNTER, J. D. **Cultural wars**: the struggle to define America. New York, Basic Books, 1991.

HUNTER, J. D.; WOLFE, A. **Is there a culture war?** A dialogue on values and American public life. Washington DC, Brookings Institution Press, 2006.

KOSELLECK, R. Social history and conceptual history. In: \_\_\_\_\_. **The practice of conceptual history**. Timing history, special concepts. Stanford, Stanford University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. História dos conceitos e história social. In: \_\_\_\_\_. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Contraponto, 2006a.

\_\_\_\_\_. A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos. In: \_\_\_\_\_. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Contraponto, 2006b.

McGANN, J. **Think Tanks and Policy Advice in America**. Academics, advisors and advocates. New York, Routledge, 2007.

MEDVETZ, T. **Think tanks in America**. Chicago, The University of Chicago Press, 2012.

NASH, G. **The conservative intellectual movement in America since 1945**. Wilmington, ISI Books, 2006.

O'SULLIVAN, N. Conservatism. In: BALL, T.; BELLAMY, R. (org.). **The Cambridge history of twentieth-century political thought**. Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

RICH, A. War of Ideas. Why mainstream and liberal foundations and think tanks they support are losing in the war of ideas in American politics. **Stanford Social Innovations Review**, Stanford, 2005.

\_\_\_\_\_. **Think tanks, public policy and the politics of expertise**. New York, Cambridge University Press, 2004.

RICH, A.; WEAVER, R. K. Think Tanks in U.S. Media. **Press/Politics**, 5 (4), 2000.

SKOCPOL, T. Government activism and the reorganization of American civic democracy. In: SKOCPOL, T. & PIERSON, P. (Ed.). **The transformation of American politics: activist government and the rise of conservatism**. Princeton/ Oxford, Princeton University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. **Diminished Democracy**. From membership to management in American civic life. Oklahoma, University of Oklahoma Press, 2003.

TEIXEIRA, T. **Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA**. A arte de pensar o impensável. Rio de Janeiro, Revan, 2007.

TRILLING, L. **The liberal imagination**. New York, New York Review of Books, 2008 [1950].



## **PARTE II**

### **A HEGEMONIA ECONÔMICA**



# LA HEGEMONÍA DE LA FAMILIA ROCKEFELLER EN LA BURGUESÍA NORTEAMERICANA

Patricio Altamirano Arancibia<sup>1</sup>

## Rockefellerismo

Este paper es el inicio de una investigación propia en curso, por ahora sin financiamiento. Su objetivo es proponer la categoría Rockefellerismo, para explicar la lógica del actuar del sector dominante de la burguesía norteamericana, puesto que, en la familia Rockefeller se puede apreciar la continuidad histórica de los empresarios de EEUU, quienes persisten hasta la actualidad.

La categoría Rockefellerismo se formula, por ahora, como una crítica a la categoría Fordismo, más que proponer un debate teórico al respecto, se muestra la importancia histórica de la familia Rockefeller.

Resulta muy interesante percibir cómo la sociología y las ciencias económicas a nivel mundial han creado categorías como Taylorismo, Fordismo, Post Fordismo, Toyotismo, inclusive hoy en día existe el Taylo-

---

<sup>1</sup> Sociólogo da Universidad ARCIS. Pesquisador da classe alta mundial, latino-americana e chilena, fundador do Centro de Estudios de la Clase Alta, com sede em Santiago do Chile. Trabalha no Departamento de Estudios, do Consejo Nacional de la Cultura y las Artes (Chile). E-mail: patricioaltamiranoarancibia@gmail.com.

rismo Digital<sup>2</sup>. Todas ellas han sido utilizadas para describir y explicar las formas productivas dominantes o más importantes.

Estas categorías se han utilizado para analizar aquellas empresas que han logrado ganar la hegemonía económica en sus respectivos sectores. Así, Frederick Winslow Taylor (1856-1915), un ingeniero mecánico centró su mirada en la industria del acero en EEUU. Simultáneamente, Henry Fayol (1814-1925)<sup>3</sup> se concentró en el estudio de la industria en Francia. Luego posteriormente, los investigadores se enfocaron en la industria automotriz de EEUU, específicamente, en la empresa Ford Motor Company, de propiedad de la familia Ford, gestando lo que se conoce como Fordismo.

El aspecto analítico es centrar la mirada en las empresas más importantes del mundo, para luego observar sus formas productivas, y cómo han alcanzado la hegemonía en sus respectivos mercados, países y en el mundo. Analizamos, entonces, un proceso en desarrollo, donde se expresan las fuerzas económicas, sociales y políticas de los diferentes países, que el Ranking Forbes de Empresas globales lo muestra muy nítidamente; por ejemplo, en la irrupción de las empresas chinas se evidencia con mucha fuerza en los indicadores del año 2013, y que presentaremos a continuación. Para esto, recurriremos al Ranking Forbes Global 2000, que incluye a 2.000 empresas globales. De estas consideraremos a las que han ocupado los 10 primeros lugares entre los años 2003 hasta el 2013.

Observemos dos periodos, el primero entre el año 2003 y 2009, y el segundo, entre el 2010 al 2013. El período 2009-2010, esta subsumida en las consecuencias de la caída del muro del Berlín, y del ex

---

<sup>2</sup> En el texto "The Global Auction: The Broken Promises of Education, Jobs, and Incomes (La subasta global: Las promesas incumplidas de la educación, el trabajo, y los ingresos)", se explicita la categoría de taylorismo digital para dar cuenta de los avances del conocimiento, y su integración al proceso productivo. Hay una clara relación con el Capitalismo Cognitivo.

<sup>3</sup> El Taylorismo es típicamente norteamericano, y es el triunfo sobre el Fayolismo. Este último representa el estilo francés de la industria que tuvo a Henry Fayol como su icono.

mundo socialista, que posibilita la expansión del capitalismo a zonas antes insospechadas, aunque lo más destacable es el fenómeno de la expansión de las empresas Chinas. Esto último se expresa en el texto "China" escrito por Henry Kissinger, donde muestra las diferentes cosmovisiones de EEUU y de China. Más importante aún, Kissinger explica como el ex Presidente Nixon, entre los años 1969 y 1974, ayudó a establecer una sana convivencia entre el socialismo chino y las empresas capitalistas.

Los esfuerzos de Kissinger y del ex presidente Nixon se manifestarían muchos años después, y así desde el año 2010 las empresas Chinas fueron incorporadas a la lista Forbes. De este modo, se puede apreciar una "posible" competencia entre las empresas de China con las de EEUU y del Reino Unido, haciéndose más notorio en los años posteriores al 2010, evidenciando el avance del poderío económico de China, de sus empresarios, y sus empresas estatales.

La posible confrontación entre las empresas Chinas y las Anglo-americanas, fueron mediatizada por la acción política de Kissinger y Nixon, expresado en la empresa "Industrial and Commercial Bank of China (ICBC)" creada en 1984. El año 2006 realiza una OPA (oferta pública de adquisiciones), es decir, la venta de acciones más importantes del mundo. Esto le permitió abrirse a los capitales angloamericanos, europeos y japoneses, sumándose a las empresas globalizadas, cuyos propietarios pertenecen a diferentes nacionalidades. Lo anterior facilitó el ingreso de inversionistas tales como Goldman Sachs de EEUU, Dresdner Bank de Alemania y American Express Company de EEUU. Como vemos, en la empresa China participa Goldman, una de las compañías inversionistas más importantes del mundo, de orientación norteamericana, y aunque en la actualidad Goldman ha vendido su participación en este banco chino, se advierte la sana convivencia entre empresarios chinos y norteamericanos.

Observemos cual fue la configuración de las empresas globales entre los años 2003 y 2009.

## Forbes Global 2000 Empresas (2003-2009)

| Origen               | Actividad | Empresa                       | Veces (1) | 2003 (2) | 2004 (2) | 2005 (2) | 2006 (2) | 2007 (2) | 2008 (2) | 2009 (2) |
|----------------------|-----------|-------------------------------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| EEUU                 | Petróleo  | ExxonMobil <sup>1</sup>       | 7         | 4        | 4        | 6        | 6        | 7        | 5        | 4        |
| EEUU                 | Múltiple  | General Electric <sup>2</sup> | 7         | 2        | 2        | 2        | 2        | 4        | 2        | 1        |
| Inglesa              | Banco     | HSBC Group <sup>3</sup>       | 7         | 9        | 7        | 5        | 5        | 3        | 1        | 6        |
| Inglesa<br>Holandesa | Petróleo  | Shell <sup>4</sup>            | 6         | 6        |          | 7        | 7        | 8        | 6        | 2        |
| Inglesa              | Petróleo  | BP                            | 6         | 7        | 5        | 8        | 8        |          | 7        | 5        |
| EEUU                 | Banco     | Bank Of América <sup>5</sup>  | 6         | 5        | 6        | 4        | 3        | 2        | 3        |          |
| EEUU                 | Banca     | Citigroup                     | 5         | 1        | 1        | 1        | 1        | 1        |          |          |
| Japón                | Autos     | Toyota Motor                  | 5         | 10       | 8        | 10       |          |          | 8        | 3        |
| EEUU                 | Seguros   | AIG <sup>6</sup>              | 5         | 3        | 3        | 3        | 4        | 6        |          |          |
| Holandesa            | Seguros   | ING Group                     | 3         |          |          | 9        |          | 10       | 9        |          |
| EEUU                 | Banco     | JPMorgan Chase                | 3         |          |          |          | 9        | 5        | 4        |          |
| EEUU                 | Retail    | Walmart                       | 2         |          | 10       |          |          |          |          | 8        |
| Suiza                | Banco     | UBS                           | 2         |          |          |          | 10       | 9        |          |          |
| EEUU                 | Banco     | Fannie Mae <sup>7</sup>       | 2         | 8        | 9        |          |          |          |          |          |
| EEUU                 | Petróleo  | Chevron                       | 1         |          |          |          |          |          |          | 9        |
| España               | Banco     | Santander Group               | 1         |          |          |          |          |          |          | 9        |
| EEUU                 | Teléfonos | AT&T                          | 1         |          |          |          |          |          |          | 7        |

Fuente: Forbes, cálculos propios. (1) Se contabilizan la cantidad de veces que ha estado dentro de los 10 primeros lugares, en los 7 años en estudio. (2) Se indica el puesto de la empresa dentro de las 2000 empresas, esto en el año respectivo.  
<sup>1</sup>. <http://www.exxonmobil.com/Corporate/> <sup>2</sup>. <http://www.ge.com/> <sup>3</sup>. <http://www.hsbc.com> <sup>4</sup>. <http://www.shell.com/> <sup>5</sup>. <https://www.bankofamerica.com/> <sup>6</sup>. <http://www.aig.com> <sup>7</sup>. <http://www.fanniemae.com/portal/index.html>

Antes del año 2010, sólo 17 empresas de las 2000 empresas del Ranking Forbes Global, han estado en los 10 primeros lugares, mostrando una concentración económica muy estable, y sin mayores sorpresas. Esta cúspide empresarial se compone de 10 empresas de EEUU, y 4 del Reino Unido y Holanda, totalizando 14 empresas de domino angloamericano, que tienen un poderío sin contrapeso. Este poderío es sin proporción, ya que encontramos 1 empresa de Japón, 1 empresa de Suiza y 1 empresa de España. La hegemonía mundial la tienen la petrolera Exxon Mobil de EEUU, la empresa General Electric de EEUU, y el banco Hong Kong and Shanghai Banking Corporation, del Reino Unido. Todo esto muestra una enorme centralización empresarial de carácter histórico que ha perdurado por años y claramente angloamericana.

Observemos como cambia la configuración de las empresas globales posterior a la caída del muro de Berlín.

### Forbes Global 2000 Empresas (2010-2013)

| Origen               | Actividad   | Empresa                       | Veces (1) | 2010 (2) | 2011 (2) | 2012 (2) | 2013 (2) |
|----------------------|-------------|-------------------------------|-----------|----------|----------|----------|----------|
| EEUU                 | Petróleo    | ExxonMobil <sup>1</sup>       | 4         | 4        | 4        | 1        | 5        |
| EEUU                 | Múltiple    | General Electric <sup>2</sup> | 4         | 2        | 3        | 3        | 4        |
| Inglesa              | Banco       | HSBC Group <sup>3</sup>       | 4         | 8        | 2        | 6        | 6        |
| Inglesa<br>Holandesa | Petróleo    | Shell <sup>4</sup>            | 4         | 8        | 5        | 4        | 7        |
| EEUU                 | Banco       | JPMorgan Chase                | 4         | 1        | 1        | 2        | 3        |
| China                | Banco       | ICBC <sup>5</sup>             | 4         | 5        | 7        | 5        | 1        |
| EEUU                 | Inversiones | Berkshire Hathaway            | 3         |          | 8        | 8        | 9        |
| China                | Petróleo    | PetroChina                    | 3         |          | 6        | 7        | 10       |

| Origen  | Actividad | Empresa                      | Veces (1) | 2010 (2) | 2011 (2) | 2012 (2) | 2013 (2) |
|---------|-----------|------------------------------|-----------|----------|----------|----------|----------|
| EEUU    | Banco     | Wells Fargo                  | 2         | 7        |          | 9        |          |
| Inglesa | Petróleo  | BP                           | 1         | 10       |          |          |          |
| EEUU    | Banco     | Bank of América <sup>6</sup> | 1         | 3        |          |          |          |
| EEUU    | Banca     | Citigroup                    | 1         |          | 10       |          |          |
| España  | Banco     | Santander Group              | 1         | 6        |          |          |          |
| Brasil  | Petróleo  | Petrobras                    | 1         |          | 8        |          |          |
| China   | Banco     | China Construction Bank      | 1         |          |          |          | 2        |
| China   | Banco     | Agricultural Bank of China   | 1         |          |          |          | 8        |

Fuente: Forbes, cálculos propios.

(1): Se contabilizan la cantidad de veces que ha estado dentro de los 10 primeros lugares, en los 7 años en estudio. (2) : Se indica el puesto de la empresa dentro de las 2000 empresas, esto en el año respectivo. <sup>1</sup>. <http://www.exxonmobil.com/Corporate/> <sup>2</sup>. <http://www.ge.com/> <sup>3</sup>. <http://www.hsbc.com> <sup>4</sup>. <http://www.shell.com/> <sup>5</sup>. <http://www.icbc.com.cn> <sup>6</sup>. <https://www.bankofamerica.com/>

Vemos que la centralización empresarial se acentúa, reduciéndose de 17 a 16 empresas; es decir, en pleno proceso de globalización, donde podrían haber surgido nuevos actores empresariales, la cúspide empresarial se restringe. En otras palabras, el capitalismo acentúa su tendencia centralizadora. La cima de la pirámide empresarial la controlan 7 empresas de EEUU y 3 empresas del Reino Unido y Holanda, sumando en total 10 empresa angloamericanas. La diferencia sustantiva con el período previo a la caída del muro de Berlín, es que se genera un contrapeso al dominio angloamericano, que lo asume China, aportando a esta cúspide 4 grandes empresas globales. También continúa destacándose una empresa española y otra brasileña, representado un poderío tardío de España y la emergencia del poder del gigante América Latina.



Sin embargo, la hegemonía mundial reside en las siguientes empresas, las petrolera ExxonMobil (EEUU), Shell (Reino Unido Holanda); la energética General Electric (EEUU); los bancos HSBC Group (Reino Unido), JPMorgan Chase (EEUU) y el banco chino ICBC.

Observemos ahora, como bajo el fetichismo de las empresas, de las naciones, existe una red empresarial importantísima que mantiene el control de la hegemonía económica mundial, por la Familia Rockefeller<sup>4</sup>.

Sin duda la empresa más destacada es la General Electric (EEUU) que desde el año 2003 al 2013, nunca ha bajado del puesto N° 4. La empresa inicial fue fundada por Thomas Alva Edison en 1890, bajo el nombre de Edison General Electric Company, quien no tuvo la capacidad de controlar la empresa, siendo desplazado por John Pierpont Morgan I (1837-1913), quien formó la actual General Electric Company. Continuó con la conducción John Pierpont "Jack" Morgan II (1867-1943), Henry Sturgis Morgan III (1900-1982), Junius Spencer Morgan III (1892-1960); prosiguen actualmente los Morgan IV. Esta familia además es accionista del influyente banco JPMorgan Chase, que aparece en el puesto número 3 en el índice Forbes Global 2000 Empresas del año 2013.

Como vemos las empresas controladas por clanes familiares Morgan, Rockefeller, entre otras poquísimas familias de EEUU, y el mismo caso para la familia Rothschild en el Reino Unido, han mantenido la hegemonía mundial, y están en la opacidad por el carácter fetichista<sup>5</sup> de las categorías Post Fordismo, Toyotismo, que esconde el poder de estas redes familiares de carácter empresarial.

---

<sup>4</sup> La primera generación se gesta con John Davison Rockefeller I. La segunda con John Davison Rockefeller II, quien fue el único heredero de su padre. La tercera generación la forman los seis hijos de John Rockefeller Jr., encabezada por John Davison Rockefeller III, Abby Rockefeller, Nelson Rockefeller, Winthrop Rockefeller, Laurance Rockefeller, David Rockefeller. De estos el único vivo en la actualidad es David Rockefeller.

<sup>5</sup> En la categoría Fordismo se aplica a cabalidad el fetichismo de la mercancía descrito por Karl Marx.

Desde este punto de vista, el llamado Fordismo o Toyotismo actúan como un fetiche<sup>6</sup>, que mantiene en la opacidad las redes empresariales que tiene el control de la economía norteamericana, y del mundo. Claramente perfilamos un problema teórico sobre el uso de categoría “fetiche” que opera como manto ideológico que impide ver los procesos sociales. Para esto hay que enfrentar la categoría fetichizada y cuestionarla<sup>7</sup>, y dejar emerger el proceso social real. Si utilizamos el mismo proceso con las empresas globales más importantes, y analizamos su propiedad, veremos que ellas están sustentadas en 9 familias que mantienen el control de ellas.

En efecto, existen 9 familias empresariales que constituyen una red que mantienen el control de las empresas globales más importantes del mundo. Ellas son las familias Goldman, Kuhn-Loeb, Lazard, Lehman Brothers, Morgan, Mosés Israel Seif, Rothschild, Rockefeller y Warburg<sup>8</sup>. Las empresas donde participan accionariamente estas familias son las empresas que comandan la actual fase de la globalización, y están dirigidas por gobiernos corporativos, formando una burguesía mundial sin precedentes que supera a los clásicos empresario individuales propios

---

<sup>6</sup> Claramente nos referimos al “Fetichismo de la Mercancía”, de nuestro querido Marx. Nos apoyamos en “El sublime objeto de la ideología”, de Slavoj Žižek; lo mismo podemos hacer con la “Crítica de la economía política del signo, de Jean Baudrillard, o seguir el texto “del fetichismo de la mercancía al fetichismo del capital”, de Osvaldo Fernández.

<sup>7</sup> La estrategia metodológica que usaremos la definen Júlia Varela y Fernando Álvarez en su libro “Sociología y Genealogía”, donde exponen el método genealógico, que reconstruye todo el contexto de los sucesos, donde emerge todas las aristas de los procesos, en nuestro caso la categoría Fordismo oculta el rol de Rockefeller, y este a su vez oculta las relaciones que gestan las 9 familias.

<sup>8</sup> Esteban Cabal en su texto “GOBIERNO MUNDIAL”, sostiene la tesis de las 9 familias dueñas del mundo. El Grupo Goldman Sachs fue fundado en 1869 por Marcus Goldman (1821-1904). El grupo Kuhn-Loeb fue fundado en 1867, uno de ellos fue Solomon Loeb (1828-1903). La casa Lazard es formado en 1848, con tres ramas independientes que se fusionan en 1977. Lehman Brothers se forma en 1850, hasta los años 1970 llegó a formar Lehman Brothers, Kuhn, Loeb Inc., en fusión con el grupo Kuhn-Loeb, su apogeo cesó. John Pierpont Morgan forma en 1891 la General Electric Company. También está SIEFF, ISRAEL MOSES, BARON (1889-1972). Mayer Amschel Rothschild (1744-1812) inicia la dinastía. Los hermanos Moisés Marcus Warburg (1763-1830) y Gerson Warburg (1765-1826) inician la dinastía Warburg.

del capitalismo del siglo XX, excediendo con creces el poder empresarial de Bill Gates y Carlos Slim, ya que ninguna de sus empresas ocupan puestos destacados en las 2000 empresas globales. Estamos, entonces, en presencia de una nueva configuración de la burguesía, propia de esta época, que dejamos por ahora solamente planteada.

De las 9 familias dominantes de la economía mundial se destaca, sin contrapeso alguno, la familia Rockefeller, debido a su capacidad de entablar una relación entre las actividades económicas y políticas, esta familia sintetiza los intereses de las 9 familias dominantes del planeta.

Proponemos que el diseñador del capitalismo actual es la familia Rockefeller, y lo es porque se halla engendrada en el espíritu del capitalismo, parafraseando a Weber. Representa al sector dominante del capitalismo norteamericano, que ha superado al capitalismo inglés. Hoy en día, tanto el Reino Unido y EEUU, son los países que rigen la política-económica mundial.

La sociedad norteamericana, en términos de hegemonía económica, ha sido impulsada por la familia Rockefeller, junto a los Morgan, y un puñado de familias, que han generado un icono a seguir, penetra como modelo de sociedad hasta las sociedades escandinavas, gestando estragos en Islandia. Esto en base a seguir los criterios de una política neoliberal.

Precisemos ahora, el tipo de hegemonía que impulsa la familia Rockefeller. La suya es una hegemonía económica y política de carácter monopólica, y tiene como norte la conquista del planeta; busca el desarrollo de un capitalismo monopólico y monopsónico.

La familia Rockefeller no es la burguesía revolucionaria que proyectaron Marx y Engels. No es la burguesía que nace de la destrucción creativa que explicara Werner Sombart<sup>9</sup> y que hiciera

---

<sup>9</sup> La categoría "destrucción creativa propia" de la teoría de Schumpeter, fue conceptualizada por el sociólogo Werner Sombart.

popularmente conocida Joseph Schumpeter<sup>10</sup>. Los Rockefeller son una burguesía monopólica y monopsónica, que destruyen la competencia capitalista; es el corazón y cerebro del carácter imperialista de los EEUU. En dicha sociedad, aún no se gesta una burguesía que reemplace el liderazgo de los Rockefeller.

A continuación, planteamos 4 momentos de la historia de la familia Rockefeller, de los EEUU y del mundo, que muestra como su hegemonía se inició en la ciudad de Cleveland, luego se expandió al resto del país y Europa, continuando hoy en día en Asia. En su lógica de proyectar su visión del mundo a los grupos empresariales mundiales han gestado 4 momentos:

- 1.1. El capitalismo monopólico de Rockefeller
- 2.2. "Council of Foreign Relations": Rockefeller conquista a los empresarios norteamericanos.
- 2.3. Grupo Bilderberg y el Plan Marshall: Rockefeller y la fusión norteamericana europea.
- 2.4. Comisión Trilateral: Rockefeller y la fusión norteamericana europea-asiática.

### *El capitalismo monopólico de Rockefeller*

Esta etapa se inicia con John D. Rockefeller, quien vivió entre los años 1839 y 1937, gestó una empresa petrolera en la ciudad de Cleveland del Estado de Ohio de los Estados Unidos, y ya en 1862 había adquirido empresas similares de esa ciudad. Al calor de la guerra de secesión norteamericana (1861-1865) y de la construcción de ferrocarriles, la empresa petrolera de Rockefeller creció y se expandió. De este modo le fue posible distribuir petróleo a través del ferrocarril.

---

<sup>10</sup> Sus textos más importantes son: *Teoría del desarrollo económico*, *Los ciclos económicos*; *Capitalismo, socialismo y democracia*; *La historia del análisis económico*.

La expansión petrolera llevó a Rockefeller a crear la firma Standard Oil, la cual existió entre los años 1870 hasta 1911, llegando a ser la empresa petrolera más grande del mundo, y superior a cualquiera que apareció después de ella. Con esto logró obtener el monopolio absoluto del mercado petrolero en EEUU y del Mundo. Fue la primera empresa monopólica de carácter mundial, y ya en 1911 se consideraba como una empresa global.

El poderío de la empresa Standard Oil se complementó en el plano ideológico con la creación de la Universidad de Chicago, en 1890 y en 1901 se funda la Universidad Rockefeller. Esta última centró su acción en la investigación médica, como resultado de la muerte de uno de sus nietos, John D. Rockefeller, por escarlatina. Esto impulsó a la familia a combatir las enfermedades mortales, convirtiendo a esta universidad en un líder en las investigaciones biomédicas.

La Universidad de Chicago se destaca por que ha incentivado las ideas político-económicas, cuya importancia se destacan con las influencias del Departamento de Economía, que cuenta con la participación de George Stigler y Milton Friedman, quienes organizaron una generación de economistas conocidos como los Chicago's Boys, cuya influencia se expandió por América Latina y el mundo, donde Chile pasó a ser el país paradigmático de esta ideología. Se suma, también, la importancia del Departamento de Sociología, con la producción de George Herbert Mead y Erving Goffman, quienes potenciaron el análisis de los micros procesos de interacción, dejando en una posición marginal los estudios de la estructura social. Desde el punto de vista de las ideas de la Rockefeller el individualismo que potencian las ideas de los Chicago's Boys, se complementan con el individualismo de las teorías de Mead y Goffman.

En 1911, la familia Rockefeller era dueña de las empresas petroleras más importantes del mundo. La empresa Standard Oil, y las Universidades de Chicago y Rockefeller han implicado un poderío impresionante para el capitalismo norteamericano y sus valores de libre competencia. Esto se expresa en las actuaciones de la periodista Ida Tarbell, quien

escribió el texto “La historia de la Standard Oil Company”, donde mostraba el carácter de la empresa, y contó con el apoyo de todos los competidores norteamericanos, que estaban en contra de Rockefeller. En 1890, esta situación fue confrontada con la Ley Sherman<sup>11</sup>, la cual apuntaba a dismantlar los Trust, o monopolios que impedían la libre competencia. El 1911 el tribunal Supremo de EEUU, aplicó la Ley Sherman Anti Trust, donde se enfrentaron el Gobierno de EEUU y la Familia Rockefeller. Como resultado, la empresa Standard Oil Company se dividió en 37 empresas, en donde la familia Rockefeller mantuvo inicialmente el 30% de cada una de ellas, que luego fue vendiendo para concentrarse sólo en una de ellas, la Exxon Mobil.

### *“Council on Foreign Relations”: Rockefeller conquista a los empresarios norteamericanos.*

John D. Rockefeller I, dejó toda su herencia a su único hijo John D. Rockefeller II (1874-1960), quien asumió la administración de los bienes de la familia. Estudió en la Universidad de Chicago, y en 1913 constituyó la Fundación Rockefeller<sup>12</sup>, encargada de organizar la difusión de los planteamientos de la familia.

John D. Rockefeller II dirigió los destinos de la empresa ExxonMobil, que sobrevivió la crisis de disolución de la Standard Oil. Además se creó un segmento más equiparado de petroleras norteamericanas que compartían los mercados, y que a la vez debían competir con otros países. En 1921, los Rockefeller impulsaron a la clase alta norteamericana a crear el “Council on Foreign Relations”<sup>13</sup> (CFR), una organización priva-

---

<sup>11</sup> En 1914 de cita la con la Ley Clayton.

<sup>12</sup> [http://en.wikipedia.org/wiki/Frederick\\_Taylor\\_Gates](http://en.wikipedia.org/wiki/Frederick_Taylor_Gates) / [http://www.nytimes.com/2005/12/11/weekinreview/11mcline.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2005/12/11/weekinreview/11mcline.html?_r=0)

<sup>13</sup> Grose, Peter. Continuing the Inquiry: The Council on Foreign Relations from 1921 to 1996. New York: Council on Foreign Relations: 1996. Perloff, James. The Shadows of Power: The Council on Foreign Relations and the American Decline. Appleton, WI: Western Islands, 1988. Schulzinger, Robert D. The Wise Men of Foreign Affairs. New York: Columbia University Press, 1984. Shoup, Laurence H., and William Minter. Im-

da compuesta por empresarios norteamericanos. Con esto, Rockefeller buscaba eludir las querellas en su país, para así organizar una política exterior común y plantearla como un solo frente al gobierno de los EEUU. De este modo, facilitaba la cohesión interna, lo que les permitía salir a competir como un solo grupo con los empresarios europeos. Con esto, el “Council on Foreign Relations” (CFR) pasaba a diseñar la política exterior al gobierno de EEUU.

### *Grupo Bilderberg y el Plan Marshall: Rockefeller y la fusión norteamericana-europea.*

Una vez consolidado el “Council on Foreign Relations”, los Rockefeller propusieron objetivos comunes a la clase alta de EEUU y de Europa, y en 1953 constituyeron el Grupo Bilderberg<sup>14</sup>. El objetivo de este grupo fue consolidar el Plan Marshall, que propuesto por el presidente Truman (1945-1953), con el fin de mitigar los conflictos de intereses entre la clase alta norteamericana y europea, y generar una frente común contra las posturas socialistas representadas por la URSS. El plan Marshall se proponía reconstruir Europa después de la Segunda Guerra Mundial, y evitar que la región fuera influenciada por las ideas socialistas.

Las propias alianzas al interior del Grupo Bilderberg, y el desarrollo capitalista mismo, impulsaron el desarrollo de empresas y tecnologías, procesos que originaron la creación y aplicación de una nueva conceptualización para designar y caracterizar dichos procesos.

---

perial Brain Trust: The Council on Foreign Relations and United States Foreign Policy. 1977; New York: Authors Choice Press, 2004.

<sup>14</sup> Publicaciones sobre Bilderberg: Hatch, Alden. “The Hôtel de Bilderberg”. H.R.H. Prince Bernhard of the Netherlands: An authorized biography, London: Harrap, 1962. Ronson, Jon, THEM: Adventures with Extremists, London: Picador. 2001. Martín Jiménez, Cristina. El Club Bilderberg: Los Amos del Mundo, Córdoba, Arcopress, 2005. Estulin, Daniel. La verdadera historia del Club Bilderberg, Barcelona, Planeta, 2005. Estulin, Daniel. Los Secretos del Club Bilderberg, Barcelona, Planeta, 2007. Martín Jiménez, Cristina. El Club Bilderberg: Los amos del mundo, Books4pocket, 2007.

Así surge la categoría “post industrial”, de Alain Touraine, en su libro “La société post-industrielle” (1969). En la misma sintonía el investigador Daniel Bell publica el texto “The Coming of Post-Industrial Society” (1973), los cuales expresan los impulsos tecnológicos de las empresas norteamericanas y europeas.

### *Comisión Trilateral: Rockefeller y la fusión norteamericana europea asiática.*

Con el fin de acorralar y poner un cerco a la influencia de la URSS, la familia Rockefeller propuso acercamientos entre la clase empresarial de EEUU, Europa y Asia Pacífico, y el año 1973 esto se concretiza con la formación de la “Comisión Trilateral”<sup>15</sup>.

Como resultado, el grupo pudo enfrentar la primera crisis petrolera mundial del año 1973 (OPEP) y la de 1979, ocasionada por la revolución iraní y la guerra del Golfo entre Irak e Irán. Los conflictos del Medio Oriente afectaron fuerte y directamente a las compañías petroleras Exxon, Mobil y Shell, de capitales angloamericanos, controladas por las 9 familias más ricas del mundo. De este modo, la “Comisión Trilateral” benefició directamente a los Rockefeller y a la red de las nueve familias.

El mundo capitalista, sin embargo, inició un dinámico proceso de transformaciones, que afectó, directamente a las empresas petroleras, posteriormente a las automotrices, y luego a todas las unidades productivas del mundo. La primera afectada fue la Exxon Mobil. La crisis petrolera aceleró la competencia interna en los países capitalistas, y aumentó el uso de tecnologías. Este proceso ya había sido visualizado por Alain Touraine, en 1969, y Daniel Bell en 1973, ambos intelectuales lo designaron como Sociedad Postindustrial, para dar cuenta de la acción del sector más tecnologizado de las empresas norteamericanas, europeas y asiáticas.

---

<sup>15</sup> Capilla, Luis. La comisión trilateral: el gobierno del mundo en la sombra, Acción Cultural Cristiana, 1997. Goodman, Robert. Claves Secretas de la Historia, Sociedades secretas de ayer y hoy que han influenciado el destino de la humanidad. Cien años de poder en la sombra.



Las empresas de automóviles: General Motors y Ford (EEUU) debieron enfrentar la fuerte competencia de la Toyota (Japón), ocasionando el fin de la llamada forma Fordista de producción, gestándose el conocido modo Post-Fordismo o Toyotismo, según Benjamín Coriat, y Muto Ichiyo. En el plano ideológico, estos cambios se expresan a través de las ideas Post Modernas de Jean-François Lyotard, quien el año 1979 sugiere el fin de la época moderna. La Exxon Mobil, de los Rockefeller, sobrevivió las crisis. Como empresa líder, podríamos decir que es parte de la era post industrial y post moderna, pero al mismo tiempo mantiene su estilo empresarial gestado en décadas anteriores.

Los esfuerzos de la Comisión Trilateral, junto Grupo Bilderberg y el "Council on Foreign Relations", lograron derechozizar el corazón del mundo occidente, al cambiar los estilos de gobierno del Reino Unido y de EEUU, con Margaret Thatcher (1979 – 1990), y Ronald Reagan (1981 y 1989). Simultáneamente, ambos gobiernos salieron a enfrentar la crisis petrolera y a restablecer la hegemonía angloamericana en el mundo del combustible a través de la Exxon Mobil y la Shell. Visualizado desde una perspectiva histórica, significa restablecer la hegemonía de la ex empresa de los Rockefeller, seccionada en 1911.

Los gobiernos de Thatcher y Reagan lograron terminar la coexistencia con el mundo de ideas socializantes o los estados benefactores. Se pregonó el fin de los gobiernos de izquierda y los países socialistas. Este impulso mundial de las burguesías capitalistas se consolida en 1989, con el término de los socialismos reales, y el triunfo de las posturas conservadoras de Reagan y Thatcher, de la Comisión Trilateral, del grupo Bilderberg, y del Council on Foreign Relations. Así, se concreta el fin de llamada época moderna e industrial, y de la sociedad socialista, y todo esto, liderado por las empresas Exxon Mobil y Shell.

Este proceso en el plano ideológico se consolida el llamado fin de la historia, que Fukuyama<sup>16</sup> lo escribe en 1992, o mejor dicho la perpe-

---

<sup>16</sup> Fukuyama publicó los siguientes textos: América en la encrucijada. Ediciones B, 2007; Trust: la confianza. Ediciones B, 1998; La construcción del Estado: hacia un

tuación de la historia capitalista, bajo la hegemonía de las ideas post modernas y post industriales. Esta eternización de la historia post capitalista puede encontrarse en la reflexiones de Zygmunt Bauman<sup>17</sup> y Ulrich Beck<sup>18</sup> a publicar sendos textos que indican que existe una discontinuidad histórica en las ciencias sociales, producto de la imposición de un mundo post capitalista, que desde su perspectiva renueva todo. Todo esto se basa en el impacto que producen las nuevas tecnologías de la información y la robótica, las empresas TIC (Tecnologías de la Información y la Comunicación) y de Robótica vuelven líquidas las relaciones sociales (Zygmunt Bauman), o las vuelven zombies a las categorías sociales modernas e industriales (Ulrich Beck), los empresarios símbolos de este cambio son Bill Gates (Microsoft) y Larry Ellison (Oracle), su expresión política fue Albert Gore Jr. (Apple), quien fue vicepresidente de EEUU, bajo el gobierno de Clinton. Sin embargo las empresas símbolos de la era postmoderna que son Microsoft, y Oracle, no logran ser las más importantes dentro de las 2000 empresas globales. En la actualidad las empresas más importantes del mundo representan el “viejo” capitalismo energético de “viejo cuño”, encabezado por General Electric, Exxon Mobil y Shell, estas empresas representan los intereses de la “antigua” Familia Rockefeller, esta conviven con los “nuevos” millonarios, como Bill Gates, Larry Ellison. En fin, los mayores consumidores e impulsores de los adelantos tecnológicos siguen siendo las empresas del capitalismo energético de “viejo cuño”.

---

nuevo orden mundial en el siglo XXI. Ediciones B, 2004; El fin de la historia y el último hombre. Editorial Planeta. 1992; El fin del hombre: consecuencias de la revolución biotecnológica. Zeta Bolsillo, 2008; La gran ruptura. Punto de Lectura, 2001.

<sup>17</sup> Zygmunt Bauman publica los siguientes textos: *La postmodernidad y sus descontentos*. Madrid. Akal. 2001; *Modernidad líquida*. Buenos Aires. Fondo de Cultura Económica. 1999; *Ética posmoderna: Sociología y política*. Madrid. Siglo XXI. 2004; *Vida líquida*. Barcelona. Paidós Ibérica. 2006; *Tiempos líquidos*. Barcelona. Tusquets. 2007.

<sup>18</sup> Beck publica los siguientes textos: *The Brave New World of Work*. Cambridge: Cambridge University Press; *The Risk Society and Beyond: Critical Issues for Social Theory*. London: Sage; *Individualization: Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences*. London: Sage; *Conversations with Ulrich Beck*. Cambridge: Polity Press; *Power in the Global Age*. Cambridge: Polity Press; *Cosmopolitan Vision*. Cambridge: Polity Press.

## A modo de conclusiones

En la actualidad, una de las iniciativas de la Familia Rockefeller, impulsada por Bill Gates y Warrent Buffet es "The Giving Pledge" (Promesa de donar). Esta campaña, iniciada en el 2010 busca que los multimillonarios del mundo donen el 50% de su fortuna. Con esto, The Giving Pledge se convierte en la institución benéfica más importante del mundo, y disputará las políticas sociales con los Estados. Lo anterior implica que "nuevos" y "viejos" empresarios conviven entre sí, en donde los "nuevos" millonarios siguen la senda de los "viejos". Sin ir más lejos Bill Gates ha continuado la senda de Rockefeller, y su empresa Microsoft también ha sido dividida por constituir un monopolio.

El mundo del capitalismo del año 2013, es un capitalismo muy concentrador de empresas, y de una enorme desigualdad en los ingresos; es un capitalismo muy monopólico. Por ahora domina una franja de empresarios que están muy alejados del capitalismo revolucionario que proyectará Marx y Engels. Actualmente se vive un capitalismo opuesto al cambio de la cúspide empresarial. Más bien se imponen las ideas del primer Rockefeller, quien tenía una concepción al estilo de un evolucionismo lakarmaniano<sup>19</sup>, donde sobreviven los más aptos; y estos aptos poseerían "tendencias hereditarias". Desde la lógica Rockefeller, desde un razonamiento lakarmaniano en el mundo empresarial sobreviven los "más aptos", estos serían las 9 familias, que han logran consolidar un capitalismo monopólico y hereditario.

Desde la lógica pura de la competencia capitalista, el capitalismo del 2013 es evidentemente monopólico; propio de un rockefellerismo aplastante. Hoy en día, al igual que en el año 1911, y ahora a escala mundial, para restablecer la competencia capitalista sería necesario di-

---

<sup>19</sup> La propuesta evolucionista de Jean-Baptiste Lamarck está muy alejado a las ideas evolucionistas de Darwin. Lamarck y Darwin coinciden en las ideas evolucionistas, el primero proponía la "herencia de los caracteres adquiridos" (Lamarck) y el segundo optaba por la selección natural. Las ideas Lamarck sostenían que existían los caracteres adquiridos que se heredaban, y los más fuertes los mantenían, esto último es la base del discurso de Rockefeller I.

solver el poderío de las 9 familias: Goldman, Kuhn-Loeb, Lazard, Lehman Brothers, Morgan, Mosés Israel Seif, Rothschild, Rockefeller y Warburg.

## REFERENCIAS

ADAM, B.; BECK, U.; VAN LOON, J. **The Risk Society and Beyond: Critical Issues for Social Theory**. London: Sage, 2002.

BAUDRILLARD, J. **Crítica de la economía política del signo**. Madrid: Siglo XXI, 1982.

BAUMAN, Z. **Ética posmoderna: Sociología y política**. Madrid: Siglo XXI, 2004.

\_\_\_\_\_. **La postmodernidad y sus descontentos**. Madrid: Akal, 2001.

\_\_\_\_\_. **Modernidad líquida**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999.

\_\_\_\_\_. **Tiempos líquidos**. Barcelona: Tusquets, 2007.

\_\_\_\_\_. **Vida líquida**. Barcelona: Paidós Ibérica, 2006.

BECK, U.; BECK-GERNSHEIM, E. **Individualization: Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences**. London: Sage, 2000.

BECK, U.; WILLMS, J. **Conversations with Ulrich Beck**. Cambridge: Polity Press, 2003.

BECK, U. **Power in the Global Age**. Cambridge: Polity Press, 2005.

\_\_\_\_\_. **Cosmopolitan Vision**. Cambridge: Polity Press, 2006.

\_\_\_\_\_. **The Brave New World of Work**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

BLONDEAU, O.; DYER N.; VERCELLONE, C.; KYROU, A.; CORSANI, A.; RULLANI E. et al. **Capitalismo cognitivo, propiedad intelectual y creación colectiva**. Madrid: Traficantes de sueños, 2004.

BROWN, P.; LAUDER, H.; ASHTON, D.. **The Global Auction: The Broken Promises of Education, Jobs, and Incomes**. Oxford University Press, 2011.

CABAL, E. **Gobierno Mundial**. Madrid: Ediciones Mandala, 2012.

CAPILLA, L. **La comisión trilateral: el gobierno del mundo en la sombra**. Acción Cultural Cristiana, 1997.

ESTULIN, D. **La verdadera historia del Club Bilderberg**. Barcelona: Planeta, 2005.

\_\_\_\_\_. **Los Secretos del Club Bilderberg**. Barcelona: Planeta, 2007.

FAYOL, M. H. **Bassins houillers de Commentry et de Decazeville**, excursion sous la conduite. Paris, 1899.

FERNÁNDEZ, O. **Del fetichismo de la mercancía al fetichismo del capital**. Literatura Americana Reunida, 1982.

FUKUYAMA, F. **La gran ruptura**. Punto de Lectura. 2001.

\_\_\_\_\_. **América en la encrucijada**. Ediciones B, 2007.

\_\_\_\_\_. **El fin de la historia y el último hombre**. Planeta, 1992.

\_\_\_\_\_. **El fin del hombre: consecuencias de la revolución biotecnológica**. Zeta Bolsillo, 2008.

\_\_\_\_\_. **La construcción del Estado: hacia un nuevo orden mundial en el siglo XXI**. Ediciones B. 2004.

\_\_\_\_\_. **Trust: la confianza**. Ediciones B. 1998.

GOODMAN, R. **Claves Secretas de la Historia**. Sociedades secretas de ayer y hoy que han influenciado el destino de la humanidad. Cien años de poder en la sombra.

GROSE, P. **Continuing the Inquiry: The Council on Foreign Relations from 1921 to 1996**. New York: Council on Foreign Relations, 1996.

HATCH, A. **The Hôtel de Bilderberg**. H.R.H. Prince Bernhard of the Netherlands: An authorized biography, London: Harrap, 1962.

KISSINGER, H. **China**. Debate, España, 2012.

MARTÍN JIMÉNEZ, C. **El Club Bilderberg: Los Amos del Mundo**. Córdoba, Arcopress, 2005.

\_\_\_\_\_. **El Club Bilderberg: Los amos del mundo**. Books4pocket, 2007.

MARX, K. **Fetichismo de la Mercancía**. El Capital, Tomo I, diferentes ediciones.

PERLOFF, J. **The Shadows of Power: The Council on Foreign Relations and the American Decline**. Appleton, WI: Western Islands, 1988.

RONSON, J. **Them: Adventures with Extremists**. London: Picador. 2001

SCHULZINGER, R. D. **The Wise Men of Foreign Affairs**. New York: Columbia University Press, 1984.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo y democracia**, diferentes ediciones.

\_\_\_\_\_. **La historia del análisis económico**, diferentes ediciones.

\_\_\_\_\_. **Los ciclos económicos**, diferentes ediciones.

\_\_\_\_\_. **Teoría del desarrollo económico**, diferentes ediciones.

SHOUP, L. H. & MINTER, W. **Imperial Brain Trust: The Council on Foreign Relations and United States Foreign Policy**. New York: Authors Choice Press, 2004.

VARELA, J.; ÁLVAREZ, F. **Sociología y Genealogía**. Editorial: El Cielo por Asalto, 1997.

WALA, M. **The Council on Foreign Relations and American Foreign Policy in the early Cold War**. Providence, RI: Berghann Books, 1994.

ZIZEK, S. **El sublime objeto de la ideología**. Madrid: Siglo XXI, 2003.

# A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: O que fazer com os que ficam fora dos circuitos de troca capitalista?

Magda Núcia Albuquerque Dias<sup>1</sup>

## Introdução

Os anos 70 suscitaram várias explicações acerca da crise que assolou a economia capitalista, todavia, ainda que sejam diferenciadas, sob o ponto de vista de alguns aspectos, são unânimes em reconhecê-la pelo seu caráter estrutural devido aos obstáculos impostos à funcionalidade do sistema.

As interpretações de Brenner (2003), Arrighi (1996), Harvey (2011) e Kurz (1998, 2004) ao seu modo, discorrem acerca das dificuldades com as quais o capital se depara na luta para garantir o processo de valorização do valor, de cada uma delas buscamos contribuições para atingir o nosso objetivo, qual seja: o de compreender o que ocorreu com o capital a partir da década de 1970 que impediu a sua autovalorização e, por conseguinte limitou a dinâmica do sistema.

No primeiro momento sinalizamos o início da crise e os seus desdobramentos na perspectiva de Brenner (2003), em seguida analisa-

---

<sup>1</sup> Professora de Sociologia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e mestre em Ciências da Educação pelo Instituto Pedagógico Latino-americano y Caribeño (IPLAC). E-mail: mnad10@bol.com.br.

mos o limite da posição hegemônica dos Estados Unidos com Arrighi (1996) no terceiro momento Harvey (2011) nos mostra que os espaços não tradicionais de valorização de valor se encontram também já esgotados, e por último, Kurz (2004) infere sobre o colapso da sociedade produtora de valor. Ressalta-se que mesmo sem fazer parte de um mesmo referencial teórico, os três primeiros autores citados nos oferecem pistas significativas que nos levam a inferir sobre a crise de 1970 como o início de um processo que se esgota posteriormente conforme perspectiva de Kurz (2004).

## Capital é valor que se valoriza

Na análise sobre a produção nas sociedades capitalistas industriais, Marx (1984) discute sobre o valor trabalho para inferir que valores de uso se transformam em valores abstratos que, historicamente, se transformam em dinheiro e continuamente seguem seu ciclo. As contradições são evidenciadas pela apropriação do trabalho como produtor de valor e se reflete no processo de troca que ao longo do seu desenvolvimento histórico têm reforçado sua estrutura social desigual a que todos, indistintamente, se encontram acorrentados devido ao seu automatismo, afinal, capital é valor que se valoriza.

A produção nas sociedades capitalistas, portanto, não se limita ao atendimento das necessidades sociais e sim à produção de valor de troca, assim, a lógica quantitativa se impõe, a produção parece infinita, até que se esgotem todas as possibilidades de transformar tudo em mercadoria. Por seu turno, a produção de mercadorias só é possível pela apropriação do trabalho vivo, a medida do valor, sem ela o processo de valorização do valor não se efetiva, por outro lado, sem um mercado consumidor o ciclo do capital não se fecha. Manter o equilíbrio sistêmico só é possível pelas sucessivas crises que têm potencializado o desenvolvimento de novos mercados de novos ciclos de valorização do valor.



Para a continuação da valorização do valor, para Marx (1984a), o método utilizado é a diminuição da taxa de lucro, a desvalorização do capital existente e o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho às custas das forças produtivas também já existentes, o que perturba as condições dadas. As crises, portanto, representam esses momentos, são inerentes ao próprio sistema, por conseguinte, o que a princípio parece ser um desequilíbrio das forças do mercado nada mais é do que um estágio, momentâneo, para que o sistema ganhe novo fôlego e continue o seu movimento. A história tem mostrado o limite desta dinâmica.

## A difícil valorização do valor

A década de 1970 sinaliza o início de uma crise não só nos Estados Unidos, atinge todas as economias do mundo inteiro, consequência da falta de crescimento econômico, o que implicou em queda nas taxas de lucro. No primeiro momento atinge a produção real, as sociedades se encontram inundadas por mercadorias e, por conseguinte por capital, e encontra nos mercados financeiros uma saída para a sua valorização ao quebrar as barreiras da legalidade impeditivas de seu fluxo. Não existe limite legal para o capital, pela sua objetividade em quebrar suas limitações tudo é permitido.

Segundo Brenner (2003) o excesso de capacidade do setor de manufaturados internacional causou um excesso de mercadorias e limitou a capacidade de autorreprodução do capital, marcadamente aponta o limite da produção real. A solução encontrada foi a fuga de capitais para o setor de finanças o que ocasionou o limite também do processo de financeirização<sup>2</sup>, fatos que denunciam o caráter agonizante do sistema. Iniciaremos com as suas análises por apontar os aspectos econômicos

---

<sup>2</sup> Por financeirização da economia entendem-se os processos pelos quais o capital se desloca da produção real para o mercado fictício. Cria-se uma rede de negócios sustentada por papéis, e que pelo volume, densidade e complexidade crescem no mundo inteiro formando bolhas que explodem gerando a sua própria crise, uma artificialidade que o capital encontra para valorizar-se.

específicos da crise ao discorrer acerca do limite do setor produtivo tradicional, o que nos facilita montar o cenário da crise.

A queda do setor manufatureiro nos Estados Unidos ocorre entre 1965 e 1973 é intensificada nos anos de 1990 com o crescimento da Economia do Leste Asiático, fato que aprofundou o problema do excesso de mercadorias, o setor manufatureiro internacional não tem mais saída. Os Estados Unidos por seu turno, desde o primeiro momento, em 1973 toma algumas medidas como a desvalorização do dólar e o fim do Acordo de Bretton Woods<sup>3</sup>, na tentativa de inverter tal situação, estratégia que não dera muito certo, o que conseguiram foi por em perigo toda a economia mundial ao incorrer em déficits federais. A desvalorização do dólar, por sua vez, apesar de frear as economias em expansão não foi suficiente para assegurar a crescente queda dos empregos, tampouco foi capaz de minimizar a queda dos salários da classe trabalhadora. Assim, não impediu recessão entre 1974 e 1975, causada pela alta do petróleo e muito menos segurar a queda dos empregos com a implementação de políticas keynesianas, bem como a queda dos salários da classe trabalhadora, a inflação é galopante, toma conta da economia e as políticas monetaristas mais austeras não conseguem evitá-la.

O excesso de capacidade de produção do setor de manufaturados internacional encontra seu ponto de inflexão na década de 1980 cujo resultado social foi desemprego em todas as economias capitalistas avançadas. A agonia ocorre em 1987 quando o mercado de ações abala todo o sistema e num ato desesperador a medida encontrada foi inundar o mercado de moedas para salvar a especulação. Nos finais da década de 1980 e início de 1990 é obrigado a recuar e tomar medidas deflacionárias, mais uma vez num momento desesperador precisava conter a crise. Em 1990, os Estados Unidos lideram os ajustes fiscais e põem fim às suas políticas deficitárias para tentar manter a economia, mas a retração dos gastos governamentais não foram capazes de evitar a estagnação dos

---

<sup>3</sup> Os autores citados são unânimes em reconhecer a importância destas estratégias do governo americano para salvar a economia.

empregos. O crescimento nos investimentos privados e a ampliação da dívida privada são responsáveis, sozinhos, por impulsionar o sistema, apesar do esforço, as taxas de lucros continuaram em baixa. Em 1993 a 1997 há um aumento da produtividade das empresas à custa do decréscimo dos salários reais, a financeirização galopa e a bolha explode. Em 2000, o mercado de ações lidera os negócios no mundo inteiro, as facilidades de empréstimos são irrecusáveis, tanto para as pessoas físicas quanto para as empresas, sobretudo, para os setores não manufaturados, isto gerou um volume de negociações como nunca se vira na história.

Brenner (2003), portanto, analisa o longo período que se inicia na década de 1970 e tem seu ápice na década de 1990 com o estouro da bolha gerada por processos especulativos que, a despeito de estimular, em alguns momentos, setores da economia americana foram tais mecanismos os responsáveis pela estagnação a nível mundial. O referido autor demonstra como o setor de manufaturados internacional encontra seu limite e o capital consegue, via processos especulativos, aquecer a economia, mas não consegue dinamizá-la, pelo contrário, estes são responsáveis pela sua limitação. Decorrentes deste processo, a crise de 2008, para Brenner (2008), representa o acúmulo das questões já iniciadas desde a década de 1970, não obstante a tentativa de evitá-las ao implementar políticas austeras e aumentar a dívida dos governo.

O sujeito automático a que Marx (1984) se referia não encontra nos espaços legais possibilidades de realização, assim a corrupção e o surgimento das máfias não se tornam um desvio a ser corrigido, sobretudo na periferia do capital, é um caminho que se abre na luta frenética para dar continuidade ao processo de valorização do valor já com sinais de esgotamento nos fluxos tradicionais e nos processos de financeirização.

## **A hegemonia americana encontra seu limite**

Arrighi (1996) analisa a crise que se instala desde a década de 1970, na perspectiva de um longo ciclo de acumulação sistêmica sobre

a hegemonia dos Estados Unidos, que começara em 1870. Começaremos por discorrer acerca da sua concepção de ciclos e de hegemonia para inseri-lo na discussão sobre as dificuldades, quiçá impossibilidades, de o capital encontrar novos fluxos.

O capitalismo coincide com a centralização do poder dos Estados Nacionais, oportunidade em que capital e Estado se fundem e moldam as diferentes estruturas econômicas e sociais comandadas por grupos ou coletivos de pessoas que se utilizam do poder político e econômico e assim mantêm sua hegemonia.

A ideia de ciclos, cuja dinâmica obedece as fases de reestruturação e reorganização, é o que tem definido o sistema capitalista, envolvem estratégias de acumulação e expansão, portanto, são etapas que reiteradamente se põem ao sistema. Nesta perspectiva, os processos capitalistas têm se apresentado por meio de ciclos que historicamente se esgotam, ocasião em que “novas”<sup>4</sup> estratégias se consolidam e um novo ciclo se inicia em um nível de complexidade e acúmulo de capital num volume maior do que o seu antecessor. Arrighi (1996) em suas considerações, analisa o sistema capitalista mundial numa perspectiva sistêmica de longa duração, e se é permitido a metáfora, como “um eterno recomeço”<sup>5</sup>.

A história do capitalismo moderno, na sua perspectiva, é a história da formação dos Estados nacionais na disputa pela hegemonia política e econômica, hegemonias temporárias que obedecem a um processo de transição cíclico, marcado pela ascensão e derrocada de diferentes grupos. Na luta pelo acesso ao capital circulante, os grupos se unem para organizar e controlar os processos capitalistas, com o objetivo de multiplicar permanentemente o capital e definir as regras do jogo do sistema político mundial. O que torna o capitalismo um sistema de grande duração é a sua capacidade de inovação, de ser flexível ao organizar estratégias que possibilitem a expansão e a acumulação de capital, é a

---

<sup>4</sup> Aspas do autor.

<sup>5</sup> Aspas nossas.

capacidade de seus diferentes agentes de liderarem as estratégias de acumulação em escala global. Destarte, o amadurecimento da fórmula marxiana D-M-D para D-M-D', não se concretiza neste momento histórico, ela fez parte dos diferentes ciclos sistêmicos que arrastaram a lógica capitalista por longos anos. Os processos organizacionais que estiveram presentes, a exemplo a financeirização da economia, com suas especificidades, contrariam assim esquemas analíticos que os descrevem pelo seu ineditismo histórico<sup>6</sup>.

A crise de 1970, portanto, marcou o fim da hegemonia americana, que se iniciou em fins de 1968 com a financeirização, quando os mercados de eurodólares tiveram em alta, fato que demarcou também o fim da fase de sua expansão material. Como Brenner (2003), Arrighi (1996) também admite o fim da fase de expansão material, bem como as medidas adotadas pelo governo norte-americano como a substituição do dólar que funcionava como um sistema de paridades junto as outras moedas e ao próprio ouro, pelo sistema de taxas de câmbio flexíveis. Os anos 1970, nas análises de Arrighi (1996), então, fazem parte do fim de uma hegemonia capitalista que se iniciou com os Estados Unidos e como os demais ciclos, o processo de financeirização corresponde a sua etapa última, a do amadurecimento do capitalismo. Por uma lógica histórica já deveria estar posto um novo Estado hegemônico. Se não está presente uma nova hegemonia em que bases estarão postas o sistema? Arrighi (1999) deixa esta questão em aberto.

Para Brenner (2003) e Arrighi (1996) a possibilidade de o capital recuperar o crescimento quer pelos fluxos tradicionais quer pela artificialidade da economia, parecem estar esgotados, o que se poderia afirmar que encontrou seu limite. A discussão acerca da valorização do valor é pertinente: afinal, como o capital a partir de tais processos continuará a valorizar o valor? Se os espaços tradicionais e fictícios se esgotaram, que outros espaços ainda são possíveis para que o capital continue a se reproduzir?

---

<sup>6</sup> Desconsideramos a polêmica de Arrighi (1996) sobre a financeirização da economia e consideramos apenas a sua posição em relação à hegemonia americana, por ser mais pertinente ao presente estudo.

## Ainda existem espaços para a valorização do valor?

Harvey (2011) responde ao questionamento supracitado ao indicar que espaços são esses, e como os demais autores, também sinaliza para o seu esgotamento. Para o referido autor, a crise da década de 1970 caracteriza-se pelo excesso de capital acumulado que precisaria ser investido em outros setores devido a incapacidade de a produção dinamizar a economia pelos fluxos tradicionais; concepção que não difere dos demais autores. A crise de 1973 se distingue das anteriores porque passou o capitalismo pelo seu caráter global, atingiu todas as economias do mundo e por se originar no setor imobiliário é de difícil superação, desse modo, deve ser vista muito mais pelas suas especificidades do que pelo seu alcance ou originalidade.

Harvey (2011) reconhece que o capitalismo tem criado estratégias para escoar o excedente de capital e continuar o seu percurso, a exemplo o processo de urbanização que durou até a década de 1970, o que possibilitou ao capital absorver uma quantidade vultosa de excedente até que o setor imobiliário explode. Assim, mesmo compreendendo que o processo de valorização não se dá apenas no chão da fábrica, mas opera num tempo e num espaço com inúmeras dificuldades e que as crises representam momentos em que há sempre opções a seguir, infere como o faz Brenner (2003) e Arrighi (1999) acerca da dificuldade, no momento, de o capital continuar o seu percurso ilimitado, ainda que ao longo do seu decurso tais limitações foram superadas.

Segundo Harvey (2011), desde a crise de 1973, o capital excedente não encontra no processo de produção um mercado rentável, logo, a abertura indiscriminadamente de financiamento é imposta devido ao excesso de capital e ao fim dos empregos posto que, conseqüentemente, as famílias perdem suas possibilidades de consumo, o que é um problema para o mercado. A solução encontrada foi o endividamento das famílias pobres via acesso a cartões de crédito, um mercado que se esgota no final de 1990. Nesta década as linhas de créditos são abertas, a princípio aos empregados, mas, logo o mercado se esgota e os

créditos são redirecionados para um público com maior possibilidade de insolvência, as famílias de baixa renda. Inicialmente, o problema do excedente do capital parecia estar resolvido, visto que, os mercados sem controle interconectaram-se criando assim uma rede de negócios que envolviam investimentos em derivativos de ativos e fundos de cobertura que renderam milhões de dólares aos seus investidores. Esse tipo de mercado se desenvolveu em vários países, o que ocasionou uma corrida em todo o mundo à procura de lucros abusivos sem perda de tempo. O mercado imobiliário também pareceu uma saída promissora até que os despejos começaram ainda em 1998, se estendendo até 2007 quando os valores dos imóveis caem e a crise bate à porta. Mercados e empréstimos congelaram e os títulos de hipotecas foram executados, se desvalorizaram: “No epicentro do problema estava a montanha de títulos de hipoteca “tóxicos” detidos pelos bancos ou comercializados por investidores incautos em todo o mundo. Todo o mundo tinha agido como se os preços dos imóveis pudessem subir para sempre” (Harvey, 2011, p. 10).

A crise de 2008, nesta perspectiva, se configura, portanto, como um reflexo do que já vinha ocorrendo desde a década de 1970. Conhecida como a crise do *subprime*, teve como epicentro, portanto, o setor imobiliário nos Estados Unidos e, particularmente, seus efeitos foram sentidos, em maior ou menor grau, em todo o mundo decorrente do caráter global do capital financeiro, coube ao Estado disponibilizar cerca de 700 bilhões de dólares para salvar a economia de *Wall Street*.

O problema para o excedente de capital parecia estar resolvido, a fórmula  $D - M - D'$  é substituída pela fórmula  $D - D'$ , pelo fetiche do dinheiro na sua forma mais pura, o que exigiu uma matemática financeira desenvolvida nos grandes centros universitários e vendidas em todo o mundo, ainda que muitos não entendessem muito bem a sua lógica<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> O livro “Bumerangue-uma viagem pela economia do terceiro mundo” lançado em 2011 pelo jornalista americano Michael Lewis, apesar de ser um texto jornalístico e não ser o seu objetivo a discussão sobre as bases da sociedade capitalista é bastante ilustrativo para a compreensão do fetiche da forma mercadoria quando da crise de 2008.

Para a maioria, a fórmula não deu certo, economias inteiras, ou parcialmente, foram à bancarrota e precisavam se soerguer, são casos emblemáticos, a Grécia, a Irlanda, a Islândia e, nos Estados Unidos, a Califórnia é considerado o Estado mais crítico, são exemplos de economias que tão cedo não conseguirão saldar suas dívidas<sup>8</sup>, cabe ao Estado agora resolver novos e velhos dilemas.

Harvey (2011) se inscreve no debate da limitação do capital ao admitir a incapacidade de sua eterna valorização, como consequência dos problemas acumulados ao longo do seu processo histórico, a não ser que se utilize de mecanismos artificiais. Nota-se que, ainda que continue seu curso, as estatísticas demonstradas por ele reforçam o limite da valorização do valor e, por conseguinte, mais capital deverá ser reinvestido e mais espaços territoriais serão necessários para que o capital se reproduza.

### **Fim da estrada: o capital se depara com o seu próprio limite**

Para Kurz (2004), a crise não é restrita a um setor específico da economia é sistêmica, e uma das consequências que abala a estrutura geral de todo o sistema é o desemprego em massa, fenômeno novo que atinge todo o globo.

Segundo Kurz (2004) a racionalização do processo de produção implicou na ampliação da produção e expandiu a necessidade de mais trabalho, o que levou o ciclo funcional do sistema capitalista, produção e consumo, ao seu ápice, no pós Segunda Guerra Mundial quando contingentes de refugiados, de força de trabalho humano, estavam

---

<sup>8</sup> Na segunda semana do mês de julho deste ano de 2013, a cidade de Detroit, no passado, berço da indústria automobilística americana, pediu concordata, acumulou uma dívida que ultrapassa 18 bilhões de dólares e que dificilmente conseguirá saldá-la. A maior parte de sua população já abandonou a cidade e os que lá ficaram convivem com a violência cotidiana, exemplo das massas a quem Kurz (2004) se refere. Veja: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/cidade-de-detroit-pede-concordata-a-maior-entre-as-cidades-dos-eua>.



disponíveis para o capital, pronta para ser explorada, e foi. Tal processo encontra seu ápice com o boom à *la* fordismo, quando foi possível ao capital integrá-los na funcionalidade do capital, o ciclo produção e consumo encontra seu momento ideal. Passada a euforia fordista, o trabalho produtor de valor entra em crise, o que Marx (1984a) chamava de trabalho abstrato, ou seja: dispêndio de cérebros nervos músculos, na sua forma social dinheiro. A forma mercadoria não encontra mais possibilidade de reprodução do seu ciclo, o trabalho encontra seu limite na sociedade produtora de valor, é o fim da sua transformação em dinheiro, há por tanto um limite histórico imputado à estrutura social inerente ao processo autocontraditório da sociedade. Pela primeira vez na história do capitalismo, ainda que temporariamente, o trabalho deixa de entrar no cálculo rentável de produção de mercadorias, não é o responsável absoluto pelo processo de valorização de valor.

Uma das consequências da perda da centralidade do trabalho como produtor de valor, para Kurz (2004) é, sobretudo, consequência do desenvolvimento da microeletrônica, por seu turno, propulsora do fenômeno da globalização<sup>9</sup>. As inovações impulsionadas pelo seu desenvolvimento estimularam a abertura de novos mercados, de outras áreas geográficas e redimensionaram as atividades comerciais para além das fronteiras dos Estados-nação e, assim, asseguraram o processo de valorização do valor. Outro agravante é que o capital na tentativa de se libertar dos incômodos gerados pela força de trabalho migra para regiões onde a mão-de-obra é mais barata e, na medida em que faz isso deixa para trás regiões devastadas, em ruínas, tanto na antiga nação imperialista, os Estados Unidos, como já foi citado o caso de Detroit, quanto no restante do continente.

Kurz (2004) na sua elaboração sobre a crise sistêmica do capital trabalha também com a noção de ficcionalização em referência ao conceito de capital fictício em Marx. Reconhece que o mercado de ações rende

---

<sup>9</sup> Kurz (2004) se contrapõe aos teóricos que analisam o fenômeno da globalização como um fenômeno antigo, para ele é uma novidade que impulsionou a abertura em volume nunca visto das transações comerciais no mundo inteiro.

muito mais que a produção real, mas há uma grande dificuldade em explicar como isto ocorre, pela impossibilidade de medir este mercado: como medir algo que não existe na realidade, mas, ao mesmo tempo, se corporifica materialmente na forma de bens? A contradição do capital se expressa na relação entre capital fictício que entra no círculo da produção real, e como já foi afirmado, temporariamente, o trabalho humano não é responsável pelo acúmulo de capital. Assim, a crise que se intensifica desde a década de 1980 é consequência do mercado fictício, são “bolhas de ar quente”<sup>10</sup> que estão prestes a explodir, e o sistema, por seu turno, utiliza-se de truques contábeis, tenta a todo custo evitar a sua explosão.

Outro ponto assinalado por Kurz (2004) diz respeito à dívida pública, questão posta também por Brenner (2003), cuja aquisição deu-se pela impossibilidade de o Estado, através dos impostos, manter sua estrutura, o resultado é a hiperinflação e a desvalorização das moedas. Este é o marco do processo inflacionário e desde então alguns países não conheceram outros ciclos da economia senão os inflacionários. Por seu turno, o Estado não tendo como produzir se torna um consumidor, assim não goza de soberania é também um tomador de empréstimos e por tanto sujeito às regras impostas pelo mercado, a sua ação encontra-se também limitada pelos condicionantes econômicos. A dívida pública expressa, assim, o ponto crítico da crise, algumas cidades, como já fora citado, já colapsaram, desse modo, se percebe a fragilidade do Estado, a lógica Estado-mercado há muito tempo sinalizou para o seu esgotamento, é o colapso do sistema.

## O que fazer com as massas?

Segundo Kurz (2004), a classe trabalhadora, diante da crise que gerou o desemprego estrutural, perdeu a chance de desenvolver sua tarefa histórica, a de revolucionar os meios de produção e instituir uma nova forma social não mais balizada no trabalho. A capacidade que o

---

<sup>10</sup> Termo utilizado pelo referido autor.

capitalismo teve de transformar tudo em mercadoria minou a possibilidade de construção de formas de sociabilidade para além do trabalho produtor de valor, além de neste percurso ter minado as conquistas históricas da classe trabalhadora com a implantação das políticas neoliberais. A sociedade do trabalho abstrato, com o aumento do desemprego estrutural criou sobremaneira uma massa de pessoas em todo o globo que não vão mais entrar no cálculo rentável do capital, não têm para quem vender a sua força de trabalho e por tanto sobrevivem em condições mínimas de existência. A violência diante deste dilema é a regra da maioria das cidades e o Estado responde com o encarceramento de pobres nos centros urbanos, sobretudo dos negros, como demonstra Wacquant (2007), uma tentativa desesperada de conter as massas. Em um mundo de opulência, de riqueza e de alto desenvolvimento das forças produtivas, não é racional que muitos vivam numa pobreza excessiva e dependam cada vez mais da caridade cristã e do Estado, a exemplo as políticas de transferência de renda como é o caso do Programa Bolsa Família no Brasil criado em 2003, um programa que desde então vem aumentando o número de assistidos, neste ano, até a presente data, atende cerca de 13 (treze) milhões de famílias que recebem um benefício irrisório.

Marx (1984b) já previa a existência de uma massa de excedente, que ele denominava população supérflua, quando da utilização da máquina como meio de produção, massa, que segundo ele, seria utilizada em outros ramos da produção, era a fase de desenvolvimento da indústria, fase inversa deste momento atual que começara na década de 1970, como já se demonstrou. Desse modo, o limite da forma capital refuta também as categorias analíticas para a sua compreensão, dentre elas, a luta de classes. Não há um exército de reserva pronto para ser explorado e dar continuidade ao ciclo de valorização, a realidade se inverteu, atualmente, os potenciais trabalhadores lutam para serem explorados e não para evitar tal situação, e o fazem porque suas condições de ingresso no mercado de trabalho são quase nulas, populações inteiras não têm mais condições de serem absorvidas no processo de valorização do valor, não

há mercados que possam dinamizar o processo de produção e absorver tanta mão-de-obra. Decerto que o capital nunca foi capaz de absorver toda a força de trabalho, mas atingiu seu zênite e conseguiu distribuir os frutos da exploração, o sistema conseguiu certo equilíbrio no período fordista, quando houve um reforço à crença na importância social do trabalho assalariado acompanhado do acesso aos bens produzidos socialmente, uma prova da teoria de Marx sobre a relação intrínseca entre produção e circulação. Neste momento, a valorização do valor ainda guarda muita dependência com o trabalho vivo, o trabalho que produz valor, a partir da década de 1970 tudo se modificou como já se discutiu. Se há possibilidades de transformação social, como infere Kurz (1998) será pelas massas e não pelo proletariado, são elas que podem organizar-se para pensar para além desta forma social e assim construir formas de socialização que neguem a forma mercadoria e o trabalho como eixo organizacional da vida, que neguem a barbárie que segundo Menegat (2003) se constitui como modo de ser desta sociedade.

## Conclusão

Os anos 1970 representaram um novo marco no processo histórico das crises capitalistas, o entusiasmo diante do crescimento econômico durante o pós Segunda-Guerra, os 30 anos gloriosos, não é mais evidente devido a longa onda de estagnação por que passa a economia.

Os Estados Unidos, enquanto potência hegemônica, tentaram a todo custo impedir o colapso através de suas políticas macroeconômicas domésticas impostas às demais economias do globo, a despeito de todo o seu esforço a economia não deu sinais de crescimento significativo.

A crise foi decorrente do excesso de capacidade do sistema, do excesso de produção, cujo capital encontrou sérios problemas de continuar o ciclo de valorização do valor. A estagnação econômica e a procura de novos fluxos para o capital excedente pós 1970 incidiu diretamente sobre a classe trabalhadora. O uso intensivo da ciência e

da tecnologia no processo produtivo, decorrentes da necessidade de ampliação dos mercados e da diminuição do trabalho vivo no processo de produção, são modificações que afetam o trabalho abstrato, o trabalho produtor de valor. Por conseguinte, um grande potencial de mão-de-obra, paulatinamente, se torna obsoleta, não interessa mais ao capital, isto reforça o caráter contraditório do sistema, posto que sem mão-de-obra, sem trabalho vivo, não há lucratividade. Desse modo, o aumento do desemprego não é momentâneo, não faz parte de uma fase negativa observada nos níveis de crescimento do capital, faz parte da sua lógica cujas consequências são desastrosas.

Neste cenário, as massas tomam conta das cidades em todo o mundo pondo em xeque o controle social sobre elas. O Estado capitalista, por seu turno, desde então, implementa respostas cujo objetivo é transferir o ônus da crise à classe trabalhadora, e o faz, dentre outros, tentando desarticular sua luta pela garantia dos direitos sociais construídos historicamente. Direito de participar nos limites possíveis de emancipação política, desta forma social, posto que os limites do capital se impõem como limites da histórica luta de classes, o que de certo modo o campo de luta está aberto para novas perspectivas e consequentemente novos campos de luta para além do imposto por esta forma social.

Infere-se, portanto, que dificilmente o capital pode impulsionar um novo ciclo desenvolvimentista, destarte, a compreensão deste momento histórico, da sua dinâmica, permitiu atualizar os processos contraditórios modificadores desta forma social. Neste movimento, novos elementos são postos e possibilitam uma nova leitura da realidade que sinalizam o limite histórico do capital.

## REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.
- BRENNER, R. **O boom e a bolha**: os Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2003.
- \_\_\_\_\_. A crise que se aprofunda. **Margem Esquerda**. São Paulo: Editora Boitempo, n. 13, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O princípio de uma crise devastadora*. **Carta Maior**. 2008. Recuperado em 15 de dezembro de 2012, do sítio da revista Carta Maior: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-principio-de-uma-crise-devastadora/7/14150>.
- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- KURZ, R. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Com todo o vapor ao colapso**. Juiz de Fora, MG: UFJF-PAZULIN, 2004.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Vol. I, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984 a.
- \_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. Vol. I, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984b.
- MENEGAT, M. **Depois do fim do mundo**: a crise da modernidade e a barbárie. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2003.
- WACQUANT, L. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos (a onda punitiva). 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

# CRISE CAPITALISTA MUNDIAL: A crise de hegemonia norte-americana é uma crise de dominação? Elementos para sua análise

Gonzalo Adrián Rojas<sup>1</sup>

## Introdução: A atualidade das teorias marxistas

O ponto de partida deste texto é que depois de uma ofensiva, política, econômica, social, teórica e militar, esta última no caso de América Latina, por citar um exemplo, contra os trabalhadores, conhecida mundialmente como neoliberalismo, que mudou o modelo de acumulação no modo de produção capitalista e impulsionou a hegemonia do capital financeiro sobre a classe operária, mas também sobre as outras frações do capital, o marxismo continua sendo uma teoria que permite entender as crises do capitalismo contemporâneo em termos teóricos e uma guia para a ação na luta pela superação do capitalismo e a construção do socialismo no mundo nas trilhas de uma sociedade comunista. A atualidade desta teoria, per-

---

<sup>1</sup> Professor de Ciência Política na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da UFCG. Grupo de Pesquisa sobre Estado e Luta de Classes na América Latina. Doutor em Ciência Política no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: gonzalorojas1969@hotmail.com.

manentemente desqualificada pelas burguesias de todos os países e nos espaços acadêmicos, é reconhecida inclusive pelos seus próprios inimigos de classe. Ao explodir a crise capitalista mundial em setembro de 2008 integrantes da direita como o Ministro de Fazenda da Alemanha ou o chefe dos católicos de Munique, afirmaram que algumas partes da teoria de Marx no estavam erradas e paradoxalmente, numa economia mundial em recessão em vários lugares e para alguns economistas ate no caminho de uma depressão, aumentaram as vendas do livro “El Capital” de Marx nos Estados Unidos, na Alemanha e em outros países.

O objetivo deste trabalho será apresentar alguns elementos teóricos iniciais que permitam realizar una análise da conjuntura que entregue elementos para poder compreender si no marco desta crise, na qual ingressaremos no seu sétimo ano, estamos além de uma crise da hegemonia norte-americana, frente a uma crise de dominação. Esta será nossa hipótese central.

Para isso dividimos o trabalho em três partes. Uma introdução onde apresentamos um conjunto de conceitos teóricos que entendemos que servem para interpretar a crise do capitalismo iniciada no ano 2008; uma segunda parte donde elaboramos una hipótese sobre a relação entre classes sociais, estado e governos no Brasil e uma caracterização dos governos petistas para ter condições de entender em certa medida a reação ao impacto da crise no país e sua pertença aos BRICS e uma terceira onde conceituamos hegemonia e dominação em função de nosso objeto e finalizamos com una breve conclusão provisória onde sintetizamos porque entendemos que existe una crise de hegemonia norte-americana, mas não una crise de dominação e porque os BRICS não podem ser considerados una alternativa contra hegemônica.

Em diferentes escritos dos clássicos do marxismo, considerados clássicos justamente pela atualidade de suas preocupações, encontramos elementos para entender esta crise mundial e categorias para entender se estamos frente a una crise de hegemonia sem una crise de



dominação. Em Karl Marx no mencionado livro “O Capital” e na “Crítica da Economia Política”, mas também no “Manifesto do Partido Comunista”, escrito com Friedrich Engels, onde realiza teorizações sobre o Estado e sua relação com as classes dominantes, sobre a transitoriedade das sociedades e a luta de classes, assim como no “XVIII Brumário de Luis Bonaparte” centralmente com os conceitos de classe e frações de classe, em uma relação de totalidade. A articulação destas leituras nos permite retomar a ofensiva numa necessária luta teórica contra as visões economicistas no interior do próprio marxismo, que reproduzem a separação artificial entre economia e política, próprias da evolução do pensamento burguês como exemplificaremos mais abaixo.

O plano de trabalho de Lênin e sua obra “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, expressa também necessidades teóricas e políticas atuais. Lembremos as exigências que tinham os revolucionários em 1917 segundo o revolucionário russo é preciso: a) aprofundar a elaboração teórica sobre o imperialismo num sentido marxista; b) elaborar um quadro de conjunto da economia política mundial, para compreender as tendências que atuam para superar a crise teórica e prática do socialismo e c) a reconstrução dum novo internacionalismo. Seguindo Lênin, então, podemos reafirmar a necessidade de aprofundar a elaboração teórica sobre o imperialismo, que é o capitalismo de nossa época e suas crises, para superar a crise teórica e política do socialismo mundial, depois do fracasso das experiências dos Estados operários degenerados, que cristalizam num coletivismo burocrático, assim como as socialdemocratas, na medida em que construímos um novo internacionalismo, já que o modo de produção capitalista é mundial.

Antonio Gramsci, pela sua parte, expõe a necessidade no estudo das estruturas de diferenciar os movimentos orgânicos de aqueles que são conjunturais. Os orgânicos são relativamente permanentes e tem um grande alcance histórico, os ocasionais, conjunturais, dependem dos primeiros, podem levar a algumas crises cíclicas, onde se questionem os governos, as políticas ou se realize uma crítica particular, mas tem um

menor alcance histórico. O problema central em política, segundo o comunista italiano, é poder diferenciar os movimentos orgânicos dos conjunturais, já que confundi-los é um erro grave na história, quando se procura reconstruir o passado, é muito maior em política, onde o que se procura é construir a história presente e futura.

Da mesma forma que Marx e Engels polemizaram com os anarquistas, Lênin e Gramsci faziam o mesmo contra os economicistas, a crítica marxista ao economicismo continua sendo central, porque estes cristalizam a separação entre economia e política, como foi mencionado acima, e acaba sendo uma reprodução do “método” burguês de fracionar a realidade, ao interior das forças revolucionárias. Esse economicismo leva a graves erros políticos, surgem profetas da catástrofe capitalista pelas suas próprias contradições internas, mas cada vez que a realidade impõe contra sua vontade a necessidade de se pronunciar politicamente, fazem isso de forma reacionária. São economicistas porque procuram entender as crises capitalistas só a partir de categorias econômicas, razão pela qual, as lutas sociais, de classes, sempre ficam fora de sua análise.

Este modo de pensar é recorrente, mas só mencionarei o caso de Robert Kurz, alemão, que com seu grupo “crise da sociedade da mercadoria”, conhecidos como o grupo “crise”, já que tem seguidores em vários países do mundo, entre movimentos sociais e economistas marxistas. No Brasil em algum momento estavam concentrados na Universidade Federal de Ceará, pretendem elaborar uma nova teoria “com e além de Marx” e teorizam desde faz um tempo, na sua procura de completar as limitações de Marx na “Crítica da Economia Política” Simplificando, os kurzistas concluem que mais importante que lutar contra o capitalismo é lutar contra a sociedade da mercadoria e que o capitalismo se autodestrói produto de suas próprias contradições, independentemente de qualquer movimento ou enfrentamento real no plano da luta de classes. Quando decidem se posicionar politicamente, por exemplo, nos bombardeios de Israel ao povo palestino, é feito a favor

dos genocidas, argumentando que a luta do povo palestino é produto de uma ideologia de crise culturalista pós-moderna elaborada pelas elites dos países islâmicos já ocidentalizados.

Da mesma forma, a importante teoria do sistema-mundo, elaborada por Immanuel Wallerstein, também pretende entender o desenvolvimento do capitalismo por fora da luta de classes. O combate ao economicismo continua tendo muita relevância na atualidade na perspectiva estratégica da luta anticapitalista

## **A crise capitalista mundial: crise orgânica ou conjuntural?**

Nossa primeira hipótese, seguindo a Gramsci, é que estamos frente a uma crise capitalista mundial, orgânica, no só a uma crise conjuntural, frente à crise de uma forma de capitalismo, do modelo de capitalismo neoliberal.

É real que o capitalismo não pode garantir sua reprodução sem crises cíclicas, embora, não toda crise cíclica do capitalismo é uma crise cíclica mais, algumas são, más profundas, são orgânicas. Não estamos frente a um círculo crise, expansão, crise, que poderíamos nomear "normal", esta crise é uma crise orgânica, precisamente porque permite por em discussão o próprio modo de produção no seu conjunto.

A crise não se inicia num país capitalista periférico como foi o caso de México em 1994, a crise asiática de julho de 1997, a de Rússia em agosto de 1998 ou a própria crise Argentina dezembro de 2001 e janeiro de 2002, senão no centro da principal economia capitalista mundial, os Estados Unidos em setembro de 2008, que, simultaneamente é o principal comprador do mundo, o que faz, que o mundo tinha sinais de recessão.

Além do anterior destacamos que o neoliberalismo foi e é uma guerra do capital contra a classe operária; conseguiu incorporar novos mercados a economia capitalista, como a Rússia e os países do Leste

Europeu desde a queda do Muro de Berlin em 1989 e a China desde 1978 e isto nos fatos fez o capitalismo mais mundial que nunca.

O conjunto da economia mundial está mais internacionalizada, e si poderíamos falar que entre os anos 2002 e 2007 existiu um crescimento da economia mundial relativamente homogêneo, que poderíamos denominar um miniciclo, a recessão também é mundial, o que acaba com as teorias que acreditam nas possibilidades de desenvolvimento capitalista autônomo como as que foram formuladas no seu momento por Lula no Brasil, Cristina Fernandez de Kirchner na Argentina ou Michele Bachelet durante sua primeira presidência no Chile, como uma primeira reação frente à crise.

Do ponto de vista das classes dominantes a resposta parece quase tirada de um manual, procuram aproveitar a crise para descarregar todo seu peso nas costas dos trabalhadores e pretendem fazer passar como causas, fenômenos secundários. A crise seria então produto de “capitalistas irresponsáveis” e se resolve, com uma maior regulação dos mercados, com uma transferência de recursos públicos aos banqueiros e os especuladores, afirmando que é possível um “capitalismo responsável”. A crise capitalista se enxerga como produto de desvios de conduta individuais e não como uma crise geral do sistema, em outras versões só como uma crise do neoliberalismo, não como uma crise do capitalismo no seu conjunto.

Entendemos que mesmo depois de quase sete anos estamos no início da crise e devemos ter em consideração as mudanças na política internacional, o papel do imperialismo norte americano, as lutas interburguesas internas na própria Europa, as crises econômicas e políticas no Leste Europeu que barriram governos com mobilizações de massas, as greves contra a burocracia capitalista chinesa, a situação no norte da África no que se deu em chamar a “primavera árabe”, assim como as condições econômicas e políticas que nos permitem pensar em um fim de século em América Latina.

## **Brasil no início da crise capitalista mundial de 2008. Algumas caracterizações sobre o governo Lula**

Considero importante para entender a crise capitalista no Brasil, primeiro realizar uma caracterização dos governos petistas de Lula e Dilma, já que o primeiro era o Presidente nos inícios da crise – para depois expor as propostas deste governo para sair da crise, assim como as das diferentes saídas defendidas pelas frações burguesas no bloco no poder da formação económico-social brasileira.

As burguesias e suas frações, nos países latino-americanos, só podem ser analisadas no contexto da internacionalização das relações capitalistas no atual curso do imperialismo, considerando América Latina como um campo específico de estudo. Seguindo a N. Poulantzas, utilizarei os conceitos teóricos classe, fração de classe e bloco no poder, já que em particular este último nos permite analisar as articulações das burguesias internacionais e nacionais com as políticas dos Estados, neste caso o de Brasil. O pressuposto do qual partimos, é que a burguesia não é uma classe homogênea, tem divisões estáveis que denominamos frações e que o bloco no poder é a articulação das frações das classes dominantes sob a hegemonia duma delas.

As frações burguesas mais importantes a ser conceituadas, em termos poulantzianos, são a burguesia compradora e burguesia interna. A primeira é a fração da burguesia mais internacionalizada e vinculada aos interesses imperialistas e que atua como uma simples intermediária do capital estrangeiro, em quanto que a segunda, convive com a burguesia compradora e não possui as características estruturais da burguesia nacional, depende do processo de divisão internacional do trabalho dominado pelo capital internacional, mas acumula no interior de sua formação económico-social, existem contradições com o capital norte-americano sem poder ser autônomo deste, tenta exercer seus efeitos sobre os aparelhos de Estado nas suas relações com o mencionado capital. Não devemos confundir a burguesia interna com a burguesia nacional, que é uma fração autóctone da burguesia que a partir de certo

grado e tipo de contradição com o capital estrangeiro, em geral nos países periféricos, alguma vez ocuparam um lugar relativamente autônomo deste na estrutura e na superestrutura ideológica e política o que gera como efeitos uma posição anti-imperialista e/ou populista. Difícil pensar na possibilidade de este tipo de burguesia em países semicoloniais como Brasil, mas no suposto caso que alguma vez existisse atualmente não existe.

Todas as frações da burguesia, contra os trabalhadores sempre mantém seu acordo fundamental, luta pela retirada de direitos sociais e defesa da propriedade privada burguesa, mas tem diferentes propostas de saída à crise, como no seu momento, observamos no caso brasileiro.

Brasil é historicamente um dos países com maior industrialização de América Latina, tinha a poucos meses do início da crise maio de 2009, perto de 192 milhões de habitantes. Com a presidência de Lula, nos encontramos com um bloco no poder no qual a fração da grande burguesia interna melhora sua posição relativa no interior do bloco no poder neoliberal, mas não conquistou a hegemonia, dentro deste bloco continua sendo hegemônica a fração do grande capital financeiro nacional e internacional. Lula expresso uma mudança no interior do modelo neoliberal, tivemos um fortalecimento da grande burguesia interna, mudaram as relações de forças entre as frações de classe no interior do mesmo modelo, mas simultaneamente, não tivemos uma mudança no modelo. Compartilhamos nesta perspectiva a análise de Boito Jr., professor de Ciência Política da Unicamp sobre os primeiros anos do governo Lula.

Encontramos principalmente três leituras sobre o significado do governo de Lula. Uma expõe que é uma continuidade e aprofundamento do modelo neoliberal nos mesmos termos que Fernando Henrique Cardoso (FHC); outra argumenta o contrario, que existe uma ruptura na política econômica dos dois e em terceiro lugar estão aqueles que sustentam que este governo expressaria uma mudança no interior do modelo e não uma mudança de modelo, com esta hipótese estou trabalhando.

O prestigioso sociólogo da Universidade de São Paulo (USP), Francisco “Chico” de Oliveira, argumenta que no Brasil se conformou uma nova classe social, a partir da convergência programática entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Socialdemocracia Brasileira (PSDB), do ex-presidente FHC. Explica que a radicalização neoliberal do programa de Cardoso realizada por Lula tem como base, por um lado a economistas e tecnocratas dos banqueiros, o núcleo duro do PSDB e ao setor dos trabalhadores operadores dos fundos de pensão, núcleo duro do PT. Os dois grupos são chaves no acesso ao controle dos fundos públicos e seriam as duas caras de uma nova e mesma classe. Completa o anterior afirmando que vivemos numa era da indeterminação onde as relações entre classe, interesses e representação são difusos. Tratar-se-ia de uma dominação de classe globalizada, mas sem política, porque não existe a política como possibilidade de realizar políticas nacionais. Para Plínio de Arruda Sampaio Jr., integrante de uma das correntes a esquerda do PSOL, um sector anticapitalista, mas minoritário em relação a aqueles que defendem um programa democrático-popular no lugar de um programa socialista, também existe continuidade, porque o governo de Lula acelerou o processo de reversão neocolonial vigente no Brasil desde fazia algumas décadas. Este continuísmo tanto da política econômica como da filosofia social das políticas seria um aprofundamento do neoliberalismo já que todos seus eixos foram radicalizados, um dos pontos altos deste aprofundamento seria o fato que o próprio FHC não conseguiu dar autonomia ao Banco Central como realizou Lula.

Marco Aurélio García, o principal assessor para América Latina do governo Lula e um dos ex-presidentes do PT, sustentou desde o início do governo uma opinião contrária as anteriores, já que para ele a política econômica do governo foi uma ruptura com FHC e conseguiu resolver os gravíssimos problemas herdados da administração anterior. Entre outras coisas, reduziu a inflação, diminuiu a relação dívida interna – Produto Interno Bruto (PIB) expandiu o comércio exterior e com um conjunto de medidas conseguiu uma drástica redução da vulnerabilidade exter-

na do país. Brasil, além disso, saldou seus compromissos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e derrubou as cifras do risco país. Estes logros macroeconômicos serão importantes para dar sustentabilidade a um novo e prolongado período de desenvolvimento, sem impedir o crescimento do país embora, no curto prazo, a um ritmo lento.

Enfim, segundo Boito Jr. como antecipamos o governo Lula alterou a relação do Estado brasileiro com a burguesia ao melhorar a posição relativa da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder. É um deslocamento no interior do grande capital porque as pequenas e médias empresas continuam na mesma posição de subordinação da década passada. Esta abordagem considera preferível que as ideias gerais e lineais de continuidade e ruptura, assim como a de indeterminação elaborada por Oliveira, de dominação de classe sem relação entre as frações de classe e a política, já que não nos permitem compreender as reconfigurações no interior do bloco no poder. Os trabalhadores anticapitalistas e socialistas não têm nada a fazer nesse bloco. Este bloco no poder é o que desde o início do governo Lula, ataca os direitos dos trabalhadores a través de una reforma da previdência, na tentativa de limitar o direito de greve e nega as reformas urbanas e agrárias aos pobres da cidade, que permitam solucionar o problema da vivenda popular e do campo, os camponeses sem terra, privilegia aos pobres desorganizados, com políticas sociais focalizadas, compensatórias, não estruturantes, com o objetivo político de mantê-los como una massa passiva, vitima de todo tipo de clientelismos. O apoio a Lula também se sustenta nessa grande massa de pobres desorganizados que por primeira vez receberam ajuda social com os programas "Fome Zero" e "Bolsa Família".

Durante o longo período dos governos petistas de Lula e Dilma, a reposta à crise capitalista tem relação com as relações de força entre as classes dominantes no bloco no poder, e detrás de um discurso que poderíamos denominar "neodesenvolvimentista" se ocultava uma profunda reprimarização da economia, o que quando a crise pega forte com a



queda dos preços das meterias primas no mercado mundial capitalista numa divisão internacional do trabalho construída pelo imperialismo, a resposta é mais ajuste.

Mas, o que acontece nos Estados Unidos? Porque nossa hipótese afirma que estamos frente a uma crise política sem crise de dominação.

### **Crise capitalista mundial: a crise de hegemonia norte-americana é uma crise de dominação?**

O dado de relevância que temos que sublinhar, como afirmamos mais acima é a crise não se inicial num país capitalista periférico senão no coração da principal potencia imperialista mundial, que é também a principal economia capitalista mundial, os Estados Unidos em setembro de 2008. Os Estados Unidos simultaneamente é o principal comprador do mundo, o que faz, necessariamente, que o mundo de forma desigual e combinada entre em recessão. A partir desta situação com importantes repercussões, apresentamos a seguinte hipótese: os Estados Unidos vivenciam una crise de hegemonia, mas que no é necessariamente uma crise de dominação, já que continua sendo a potencia militar mais forte do mundo.

Na primeira parte deste trabalho apresentamos um conjunto de categorias teóricas que nos brindariam elementos para que possamos pensar a crise e nossa hipótese central. Acrescentaremos a continuação dois conceitos mais: hegemonia e dominação.

O conceito hegemonia tem uma longa tradição no marxismo, desde que Lênin tomou dos teóricos burgueses que o utilizavam para discutir as relações entre os Estados e o levo ao interior de uma formação econômico-social concreta, para explicar a necessidade política de uma aliança operário-camponesa dirigida pelo proletariado. Mas quem desenvolverá o conceito será Gramsci. Utilizo uma interpretação da hegemonia nos termos expostos pelo próprio Gramsci em termos mate-

rialistas históricos, excluindo reconceitualizações idealistas como as de Ernesto Laclau. Entendo como complementárias as definições realizadas pelo comunista italiano nos “Cadernos do Cárcere” tanto na parte conhecida como “Americanismo e fordismo” no qual articula o conceito de hegemonia com a produção material na fábrica com o que aparece nos mesmos *Caderni* no que dedica a “Os intelectuais e a organização da cultura”, quando expõe que a supremacia de um grupo social se manifesta, de duas formas, por um lado como domínio e por outro como direção intelectual e moral. As bases materiais são para Gramsci, os pilares sobre os quais se assenta a hegemonia.

Para o filósofo da práxis italiano a hegemonia pressupõe que se levem em conta os interesses materiais e as tendências dos grupos sobre os quais se exerce a hegemonia, que se forme certo equilíbrio de compromisso, quer dizer que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa, mas tais sacrifícios e compromissos não podem concernir ao essencial, já que se a hegemonia tem uma dimensão ética-política, também tem uma dimensão econômica e está apoiada na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo reitor da atividade econômica.

Em referência ao conceito de dominação trabalhamos com numa perspectiva marxiana no marco de uma teoria das classes sociais e não em termo weberianos. Por isto levantamos a questão marxiana de quem domina? Para depois explicar como se domina. Como se domina é a preocupação weberiana por excelência para explicar a legitimidade da dominação desde outra perspectiva epistemológica e política.

Em síntese, entendemos dominação no sentido de força acima do consenso na política entre os estados no marco de uma teoria do imperialismo leninista.

Uma vez realizadas estas conceitualizações acrescentamos os seguintes elementos específicos para tentar responder a pergunta inicial, vinculada a nossa hipótese central: existe uma crise de hegemonia norte americana sem uma crise de dominação?

Depois de quase sete anos de crise capitalista tivemos um período onde de fato as economias norte-americanas e europeias ingressaram em uma recessão que se manifesta de uma forma desigual e combinada, isto é independente dos últimos dados da economia americana no início de 2015 que apresentam um crescimento das manufaturas e uma queda na indústria automotiva, um conjunto de indicadores que parecem como contraditórios e que se manifestam também na desaceleração da economia chinesa e um grande impacto da crise nos países “emergentes”, bem longe da crise como “marolinha” ironizada no seu momento pelo então presidente Lula, com uma particular combinação de crises econômicas e políticas na América Latina.

Estas crises estão acompanhadas de relevantes fenômenos políticos como são as mobilizações de massas centralmente protagonizadas pela juventude, que comoveram diferentes partes do mundo desde *Ocuppy Wall Street* no coração do imperialismo, até Turquia, Egito e o conjunto de movimentos em países do Norte da África, no que foi conhecido como a “Primavera árabe”; Brasil ou Chile, só para mencionar alguns exemplos.

Em todo este período a hegemonia norte-americana ficou abalada, se encontra em crise, observamos elementos de um declino como potencia hegemônica, mas os Estados Unidos continua sendo a principal potencia em termos de dominação político militar.

O militarismo norte-americano em Iraque contra a maioria sunita e no Afeganistão contra os Talibãs acabou fortalecendo o Irã, por exemplo, a proscrição dos sunitas pelo governo, apoiado na intervenção norte-americana em termos eleitorais em Iraque, fez que trunfe nesse país a minoria xiita aliada do Irã. Pela sua vez a “Primavera Árabe” muda as relações de força entre os países no âmbito regional, assim como a força de seus principais aliados e Síria aparece como um verdadeiro pântano para vários países imperialistas.

Neste contexto, os BRICS, independentemente de certos discursos, no aparecem como alternativa contra hegemônica, não é um bloco

homogêneo e a própria China não tem força real para disputar a hegemonia norteamericana.

Vislumbramos uma luta intercapitalista muito importante entre Estados Unidos y Alemanha para ver quem paga o custo da crise, assim como uma luta inter burguesias internas europeias que novamente tem como protagonista a Alemanha e gera fenômenos políticos neo-reformistas na Europa, contra a troika: Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, como Syriza na Grécia e Podemos na Espanha, que ao separar a luta contra austeridade da luta anticapitalista, enfraquecem a primeira e renunciam a segunda.

## Breves conclusões

Podemos concluir provisoriamente que estamos frente a uma crise de hegemonia dos Estados Unidos, principal potência imperialista, no marco de uma crise orgânica do capitalismo mundial, mas que continua sendo a principal potencia militar do mundo.

Um período de crise orgânica permite colocar em questão o bloco histórico imperialista dominante, a particular articulação entre estrutura (econômica) e superestrutura (política, jurídica e ideológica) da formação econômico-social norte-americana que projeta a suas classes no plano da política internacional. Mas para que o bloco histórico dominante atual seja substituído por outro é preciso que esse outro expresse os interesses da classe operária e os setores subordinados da sociedade, as classes subalternas, por usar um termo gramsciano também no plano mundial.

Não existem hoje Estados Operários, socialistas, transicionais, que expressem essa correlação de forças hoje, por isso não estamos entendendo que exista uma crise de dominação.

As oposições estatais burguesas, mesmo mudando as relações de força no interior no bloco no poder como apresentamos no caso

brasileiro, com as caracterizações sobre os governos petistas e que se articulam nos BRICS, não são alternativas à hegemonia norteamericana, pelo próprio fato de se tratar de lutas inter estatais que expressam as lutas inter burguesas no plano mundial. Os BRICS não questionam a divisão internacional do trabalho realizada pelo imperialismo e na medida em que não seja superado o bloco histórico hegemônico pelos Estados Unidos existirá uma tendência, nunca sem crise, produto da luta de classes, a uma recomposição mais reacionária do bloco no poder na formação econômico social norte-americana que se expressa no plano mundial.

O desafio é que a classe operária e seus aliados sejam capazes de construir esta hegemonia alternativa de forma independente dos padrões, dos governos e do Estado, um novo bloco histórico que permita intervir na crise.

## REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BORÓN, A.; **Império & imperialismo**. Uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri; Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo**. Teoria e Historia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.
- HARDT, M.; NEGRI A. **Império**; Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LENIN, V.I.; **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1989.
- MARX, K.; ENGELS, F.; **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_; **O capital**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

# CRISE E RECONFIGURAÇÃO DO CAPITALISMO GLOBAL: Retrocesso estrutural das economias latino-americanas e ascensão do Leste Asiático em um contexto de crise de hegemonia dos EUA

Francisco Luiz Corsi<sup>1</sup>

## Introdução

O objetivo do presente artigo é realizar uma discussão da reconfiguração do capitalismo a partir da crise estrutural da década de 1970, em especial da nova divisão internacional do trabalho resultante da reestruturação do modo de produção. O texto expressa uma pesquisa ainda em curso. Portanto, apresenta resultados preliminares. A preocupação principal é discutir as vias de desenvolvimento da América Latina e da Ásia. A questão que motivou a pesquisa consistia em entender, de um lado, o crescente peso e o dinamismo das

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais e pós-doutor pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor assistente doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), membro de corpo editorial de *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais* (Unesp. Araraquara. Impresso) e membro do corpo editorial da *Aurora* (Unesp. Marília). E-mail: flcorsi@uol.com.br.

economias do Leste asiático nas últimas três décadas, e de outro, o baixo crescimento e a inserção pouco dinâmica da América Latina o no capitalismo global.

Discrepâncias no ritmo de acumulação de capital é uma característica do sistema capitalista. No período que vai da crise dos anos 1970 até hoje, observa-se, de modo geral, taxas bastante dispares de crescimento econômico entre as várias regiões do mundo, o que reafirma a tendência de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. A China, em um curto espaço de tempo transformou-se na segunda economia mundial, crescendo entre 1980 e 2010 cerca de 10% ao ano. Enquanto que a América Latina viveu, até 2003, um período de baixo crescimento, forte instabilidade e acentuada vulnerabilidade externa.

Esta tendência de desenvolvimento desigual é fruto de determinações profundas da própria dinâmica da acumulação do capital. O comportamento recente da economia mundial não pode ser atribuído apenas as políticas neoliberais adotadas nas últimas três décadas por um grande número de países, por mais que estas políticas tenham fomentado o capital financeiro e a especulação. Resulta, em grande medida, da reestruturação da economia mundial em resposta a crise dos anos 1970, que gerou um padrão de acumulação marcado pela dominância do capital financeiro, pela crônica instabilidade e pela formação de novos polos de acumulação.

## **Crise estrutural e reconfiguração espacial do capitalismo**

A crise de superprodução dos anos 1970 abriu uma fase de reestruturação do capitalismo que abarcou o conjunto da economia mundial. Interessa aqui discutir o impacto desse processo para a periferia e para a distribuição espacial da acumulação de capital. Contrastado com o período 1950-1973, caracterizados por altos índices de cresci-



mento (Hobsbawm, 1995), seguiu-se uma fase de baixo e desigual crescimento, que se estendeu até 2003<sup>2</sup>.

A crise estrutural dos anos 1970 resultou da sobreposição de múltiplos processos. De grande importância foram a crise de superprodução e a falência do padrão monetário internacional. Também se destaca a agudização das lutas de classe entre meados dos 1960 e meados da década seguinte. A derrota dos EUA no Vietnã e do avanço de movimentos e governos nacionalistas, socialistas e fundamentalistas na periferia do sistema foram outros fatores. A hegemonia dos EUA estava em crise. A crise energética foi outra relevante determinação da crise estrutural ao colocar fim ao período de energia relativamente barata<sup>3</sup>.

Um dos desdobramentos centrais da crise estrutural foi a reestruturação do capitalismo, que abarcou múltiplos aspectos. No centro do sistema, observou-se o paulatino desmonte do Estado de Bem-estar Social. As políticas keynesianas entraram em crise. Os gastos públicos voltaram-se sobretudo para sustentar a valorização do capital financeiro, em especial por meio da ampliação da dívida pública. As economias nacionais, sob o comando de políticas neoliberais de diferentes matizes, passaram por um amplo processo de abertura comercial e financeira. Os Estados nacionais perderam boa parte dos controles sobre os fluxos de capital, o que reduziu a capacidade deles adotarem políticas visando o pleno emprego.

A abertura das economias nacionais e de expansão dos mercados de títulos, moedas e ações de âmbito global levaram o capital financeiro a envolver todo o sistema. Verificou-se um crescente inchaço da esfera financeira, particularmente no centro do sistema. De acordo com Chesnais (2005), os lucros não acumulados das empresas transnacionais, as rendas da terra e as derivadas da exploração de recursos naturais, os

---

<sup>2</sup> Sobre o desempenho da economia mundial ver, entre outros, Chesnais (1996 e 2006) e Gonçalves (2002).

<sup>3</sup> Dado os limites do presente artigo, não será possível aprofundar as discussões e os desdobramentos da crise dos anos 1970. Nosso foco é a reconfiguração espacial do capitalismo.

juros provenientes do pagamento das dívidas externas dos países em desenvolvimento e as poupanças centralizadas pelos fundos de pensão e pelos fundos mútuos alimentam continuamente a esfera financeira, ao que se soma a própria reaplicação dos rendimentos auferidos na especulação financeira. O resultado é o domínio dessa fração do capital sobre as demais. A dinâmica do capitalismo passou a ser, em parte, ditada pelos interesses desse capital, o que teve consequências não só para o nível de acumulação no centro como também para vastas áreas da periferia. Como a América Latina, que foi envolvida pela especulação e isto foi uma das principais causas da instabilidade financeira e econômica da região nas décadas de 1980 e 1990.

Outros desdobramentos fundamentais da crise estrutural foram a reestruturação produtiva e a reconfiguração espacial do capitalismo. Como resposta a crescente contestação da classe trabalhadora e as quedas das taxas de lucro desencadeou-se um processo de reestruturação produtiva, que teve papel importante para disciplinar os trabalhadores e para a recomposição da taxa de lucro. A introdução de novas tecnologias, que poupam trabalho e aumentam a produtividade, e de novas formas de organizar a produção, que implicam processos flexíveis de produção, elevação do desemprego e vínculos variados e relativamente frouxos entre capital e trabalho, foram centrais para fragmentar a classe trabalhadora, enfraquecer os sindicatos, comprimir os salários e precarizar as condições de trabalho em geral. O aumento da oferta de trabalho nessa região também contou com a contribuição de larga imigração de trabalhadores de todas as partes do mundo. O ataque aos direitos dos trabalhadores e a reestruturação produtiva só foram possíveis em virtude da elevação do desemprego, da burocratização dos partidos de esquerda e dos sindicatos, da extensa fragmentação ideológica e de interesses da classe trabalhadora, do fracasso do reformismo, da desilusão com o socialismo e do posterior desmoroamento da URSS (Corsi, 2009).

Ao mesmo tempo, observa-se crescente internacionalização da produção. O capital buscou, em um contexto concorrência cada vez mais acirrada e queda dos lucros, incorporar novos espaços de acumulação. Espaços onde tivesse ao seu dispor mão-de-obra barata, qualificada e disciplinada e altas taxas de lucro. Essa expansão só foi possível em virtude da abertura comercial e financeira das economias nacionais, da diminuição dos preços de transportes e do desenvolvimento das comunicações. Eventos que possibilitaram as matrizes das empresas transnacionais coordenar e controlar processos globais de produção e distribuição, cujas fases encontram-se espalhadas geograficamente. Por meio de variados contratos e subcontratos de empresas em rede, as empresas transnacionais disseminaram processos produtivos pelas economias nacionais (Basualdo e Arceo, 2006).

Esse processo também colocou em competição os trabalhadores do centro com os da periferia, que ganham salários bem mais baixos, o que pressiona o salário para baixo no conjunto da economia mundial. Existe em escala global um excedente enorme de força de trabalho disponível para o capital. Restruturação produtiva e realocação espacial de inúmeros segmentos produtivos em direção à periferia consistem processos intimamente articulados. O conjunto dessas ações foi fundamental para retomada da rentabilidade.

Os impactos na periferia do sistema capitalista foram imensos e muito desiguais. Apesar dos processos de industrialização de inúmeros países periféricos datarem de período anterior, a nova configuração do capitalismo abriu, de um lado, novas possibilidades de desenvolvimento, particularmente para os países em desenvolvimento da Ásia, e, de outro, contribuiu para uma fase de estagnação econômica, crise social e instabilidade para vastas áreas da periferia, sobretudo na América Latina e na África. Uma das consequências desse processo foi a abertura de novas oportunidades de penetração de produtos manufaturados provenientes da periferia nos mercados dos países desenvolvidos. Nesse aspecto, a mudança da inserção da periferia na economia mundial foi sensível. Em

1960, os manufaturados representavam 7% do total de suas exportações, em 1980, 20% e atualmente cerca de 70%. Delineia-se uma nova divisão internacional do trabalho (Basualdo e Arceo, 2006; Carneiro, 2007).

Esse processo, que levou a realocação regional de vários segmentos produtivos em direção a Ásia, foi induzido pela busca incessante de valorização do capital. Esta região ganharia peso crescente e redesenharia espacialmente o capitalismo.

Do ponto de vista das condições externas, o forte crescimento do Leste asiático também não pode ser visto de forma desassociada do papel do Japão e dos EUA na região e dos percalços da hegemonia norte-americana. Desde o fim da II Guerra e com a guerra fria os EUA tiveram importante papel na recuperação da economia japonesa e no desenvolvimento de outros países, em especial da Coreia do Sul. Não é possível entender o rápido e robusto crescimento coreano sem os aportes de capital e as facilidades comerciais proporcionadas por motivos estratégicos e políticos pelos EUA. A própria abertura da China para o ocidente teve início quando os EUA, derrotados no Vietnã, buscaram aproximar-se política e comercialmente dos chineses com o objetivo fortalecer sua posição ante a URSS (Coutinho, 1999; Medeiros, 1997 e 2006).

A atuação japonesa no Leste asiático foi também de grande importância nos difíceis anos 1980. Quando a crise das dívidas externas se abateu sobre a periferia, denotando a enorme dependência financeira dos países em desenvolvimento, a situação dos países do Leste asiático não foi, em parte, tão dramática quanto à dos latino-americanos em virtude da manutenção das linhas de financiamento externas, em particular das japonesas, o que contribuiu para a manutenção do crescimento econômico. Logo em seguida, a ação do Japão também foi importante na expansão e modernização do setor industrial na região. A partir da valorização do yen em decorrência do chamado Acordo do Plaza, em meados dos anos 1980, as grandes corporações japonesas passaram a investir pesado no Sul e Leste da Ásia, transferido tecnologia e desenvolvendo inúmeras plantas industriais nesta região e estabelecendo

variados contratos de terceirização da produção (Medeiros, 1999). Também contribui para esse processo o esgotamento das reservas de força de trabalho no Japão.

Entretanto, é incorreto atribuir apenas às transformações estruturais na economia mundial o avanço recente das economias do Leste asiático. Esse processo também é determinado pelas correlações forças entre as classes, pelas lutas de classe, pela natureza do Estado e de suas instituições, pelas transformações internas, pelos projetos nacionais e pelas políticas de desenvolvimento, que são de suma importância para entendermos a evolução recente dessa região.

Vários países asiáticos, como a Coreia do Sul e Taiwan, que vinham seguindo projetos de desenvolvimento calcados nas exportações de produtos manufaturados desde os anos 1960, lograram graças a uma série de peculiaridades históricas nacionais inserirem-se de maneira dinâmica no processo de mundialização do capital<sup>4</sup>, aproveitando “brechas” existentes na economia mundial para se desenvolverem articulados dinamicamente às novas linhas de expansão do capitalismo global. Esta trajetória se mostraria inalcançável para a maior parte da periferia, que viveu diversos momentos de instabilidade, crise econômica e social. Muitos países periféricos apresentaram uma inserção que Gonçalves (2002) denomina de passiva na economia mundial. Este foi o caso, por exemplo, de vários países da América Latina, que foram capturados pela especulação financeira global e passaram a tender a inserir-se na economia mundial, cada vez mais, como produtores de produtos primários<sup>5</sup>.

Os países que seguiram estratégias de desenvolvimento voltadas para as exportações, até o final dos anos 1970, não tinham, de modo geral, um desempenho econômico claramente superior aos que seguiram o projeto de industrialização via substituição de importações, embora essa via de desenvolvimento já enfrentasse vários impasses desde

---

<sup>4</sup> No escopo do presente artigo não é possível desenvolver esse ponto. A esse respeito ver, entre outros, Fiori (1999) e Corsi (2007).

<sup>5</sup> Não é possível desenvolver este ponto nos limites do presente texto. Ver a respeito Basualdo e Arceo, 2006.

os anos 1960, em parte decorrentes das transformações em curso na economia mundial que começavam a fechar espaços para projetos de desenvolvimento voltados para o mercado interno após a retomada da internacionalização das grandes empresas norte-americanas, europeias e japonesas e do contínuo fortalecimento do capital financeiro. Uma comparação entre o desempenho econômico do Brasil e o da Coréia, nesse período, denota em termos de crescimento certo equilíbrio entre os dois modelos (Coutinho, 1999). Porém, na atual configuração do capitalismo global, com economias nacionais bastante abertas, alguns países do Leste asiático apresentaram condições econômicas e políticas que possibilitaram uma rápida adaptação às transformações em curso na economia mundial e um salto qualitativo em suas economias.

Em linhas muito gerais, os países em desenvolvimento da Ásia, não obstante as profundas peculiaridades históricas, econômicas, políticas, sociais e culturais, adotaram projetos de desenvolvimento inspirados no modelo japonês, cujas principais características são as seguintes: ampla ação estatal na economia, estratégias de crescimento voltadas para as exportações e uso intenso de modernas tecnologias. Soma-se nesses países a grande oferta e a superexploração da força de trabalho. Padrão de desenvolvimento que inicialmente abarcou os chamados tigres de primeira geração (Coréia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong) e depois alcançou com diferenças importantes outros países da região, como Malásia, Tailândia e Indonésia, no que Palma (2004), entre outros, denominou do padrão de desenvolvimento dos “gansos voadores”.

O intenso crescimento a partir de certo estágio levou os chamados tigres de primeira geração a adotarem políticas econômicas expansionistas, semelhantes a do Japão, em relação aos seus vizinhos menos desenvolvidos. Dessa forma, consolidou-se uma economia regional, embora fortemente hierarquizada, bastante dinâmica (Medeiros, 1997, p. 291).

Apesar de inserida nesse processo histórico, a trajetória chinesa por suas peculiaridades marcantes e importância crescente merece al-

gumas palavras<sup>6</sup>. O crescente peso político e econômico da China foi, pelo menos em parte, resultado não esperado da reestruturação capitalista, que buscou, entre outros pontos, novos espaços de acumulação e força de trabalho abundante e barata, e da estratégia norte-americana de recompor sua hegemonia então ameaçada nos anos 1970, o que levou os EUA abrirem caminhos para a reinserção chinesa na economia mundial. O Japão também não esperava que um dos efeitos colaterais de sua política de responder as pressões norte-americanas contribuísse para a consolidação de um competidor formidável, que acabou por se tornar o centro político e econômico da região.

A partir do final dos anos 1970, a China trilhou uma via própria de transição para o capitalismo, que ainda está em curso e cujo resultado é incerto. A revolução Chinesa revelou-se muito mais como uma revolução nacional, pautada por um projeto nacional que tem por objetivo, indícios sugerem transformá-la em grande potência com pretensões imperiais.

A China de forma impressionante, em curto espaço de tempo, deslocou o Japão como centro da economia regional e se projetou como um dos centros da economia global. A projeção chinesa transcende o aspecto econômico e tem largas implicações políticas e militares. A China desfruta de uma autonomia, conferida pelo seu poderio bélico, que o Japão não teve no período recente. A base dessa trajetória reside

---

<sup>6</sup> Fugiria do escopo do presente capítulo uma discussão detida sobre esse ponto. O ponto de partida do processo de transição para o capitalismo na China parece ser a constatação por parte da liderança do Partido Comunista Chinês (PCC) dos enormes obstáculos para implantar o socialismo. Percepção que deve ter sido reforçada após a queda do Muro de Berlim e, sobretudo, do colapso da URSS. A modernização passou a ser encarada como uma questão vital para sobrevivência política do próprio PCC e do regime e isso implicava profundas reformas econômicas e sociais e maior articulação com a economia mundial. Forças armadas modernas exigiam uma economia dinâmica e tecnologicamente avançada. Além disso, crescimento econômico acelerado seria um mecanismo importante de aplacar os descontentamentos sociais. Porém, a liderança do PCC avaliava que o processo de transição não poderia seguir a estratégia soviética de rápida transição, considerada a responsável pelo colapso da URSS. A transição deveria ser lenta e controlada, o que implicava manter o regime político e o monopólio do PCC (Medeiros, 2008) Ver a respeito do desenvolvimento da China e do Leste e Sul da Ásia: Arrighi (1997, 2008), Belluzzo (2005), Gonçalves (2002), Gray (1999), Medeiros (1997, 1999, 2004, 2006, 2008 e 2010). Utilizamos amplamente esses textos neste e nos parágrafos que se seguem.

no amplo programa de reformas capitalistas em sua economia implementados a partir do final dos anos 1970 e cujos principais pontos são os seguintes: reintrodução da propriedade privada; mercantilização da força de trabalho; recolocação do mercado como nexos da economia a partir do momento em que os preços nele formados passaram a ser determinantes na alocação de recursos e de mão-de-obra, em que pese as interferências estatais nesse processo; estímulos à agricultura familiar; privatização de inúmeras empresas estatais; pesados investimentos em infraestrutura; abertura controlada para o capital estrangeiro; formação de grandes grupos nacionais com base em empresas estatais, o que consiste em um dos instrumentos que confere ampla margem de ação do Estado na economia; agressiva política exportadora e controle de variáveis chave da economia: juros, câmbio e crédito. As reformas engendraram múltiplas contradições, expressas na forte concentração da renda, na superexploração da força de trabalho, em acentuados desequilíbrios regionais e na degradação ambiental. Do ponto de vista do crescimento econômico, essas reformas, que levaram a economia chinesa a crescer cerca de 10% desde o início dos anos 1980, foram um sucesso.

Esse processo, que tornou a China e outros países do Leste asiático uma nova fronteira de expansão capitalista, um espaço aberto para ampla valorização do capital, se deu, segundo Belluzzo (2005), a partir de certa simbiose com a economia norte-americana, que continua determinando a dinâmica da economia mundial. O polo dinâmico de acumulação na Ásia continua subordinado à dinâmica do capital financeiro hegemônico no centro do sistema, como ficou evidente na crise de 1997. Embora subordinado ao capital financeiro, esse polo dinâmico sustenta-se em capitalismo nacionais. Mas essa subordinação parece perder força mais recentemente com o baixo dinamismo do centro desenvolvido do sistema e com a crise atual.

O crescente peso da China na economia mundial está contribuindo para redefinir a divisão internacional do trabalho particularmente depois de 1997. Na Ásia, ela se tornou um importantíssimo mercado de



máquinas, equipamentos e componentes que exigem alta tecnologia para o Japão e principalmente para a Coréia do Sul e, em menor grau, para Taiwan. Esses fluxos comerciais estão intimamente vinculados aos IED, sendo, em parte, fluxos intrafirmas. Em 2003, a China tornou-se o principal mercado para as exportações coreanas, deslocando os EUA dessa posição. O saldo comercial coreano depende, cada vez mais, das importações chinesas de equipamentos eletrônicos e de telecomunicações, produtos têxteis, produtos químicos e de máquinas. Enquanto a Coréia importa sobretudo matérias-primas e bens de consumo. A China também desenvolve uma competição acirrada com os 10 países da ASEAN (Associação dos Países do Sudeste Asiático, cujos principais representantes são: Filipinas, Indonésia, Tailândia, Malásia, Singapura e Vietnam). Os produtos chineses ganharam boa parte dos mercados externos de bens de consumo e de componentes de bens de tecnologia da informação desses países. O México também sofreu com esta competição acirrada. O efeito negativo da concorrência chinesa foi compensado, em parte, pelas importações chinesas de alimentos, petróleo, cobre algodão etc. Esses países estão sob forte pressão e correm o risco de involução estrutural de suas economias, como a América Latina, onde esse processo já vinha ocorrendo, mas por outras razões. No geral, o crescimento do mercado interno chinês estimula as exportações asiáticas, seja diretamente para a China ou indiretamente para o Japão e a Coréia do Sul, que estão crescendo, em boa medida, graças aos efeitos dinâmicos das exportações de máquinas e equipamentos para aquele país (Medeiros, 2006).

Um dos trunfos da China é sua autonomia na definição da política econômica, que é um dos elementos que a faz um dos centros dinâmicos da economia mundial. Não obstante as pressões dos países desenvolvidos, em particular dos EUA, e dos organismos internacionais, ela não permitiu a valorização substantiva de sua moeda. Tem mostrado capacidade de utilizar o investimento público como instrumento chave de políticas anticíclicas, neutralizando os efeitos negativos das crises internacionais sobre seu crescimento econômico, como na crise atual,

quando adotou medidas para fortalecer o mercado interno, dentre as quais um pacote de cerca de 750 bilhões de dólares voltado sobretudo para a expansão da infraestrutura. O seu sólido balanço de pagamentos e suas elevadas reservas são peças fundamentais para a manutenção do grau de autonomia que desfruta hoje no cenário mundial.

A América Latina está sendo atraída pela força gravitacional da China e cada vez mais se insere como exportadora de *commodities* e bens manufaturados de baixo valor agregado na economia mundial. Observa-se um processo de reprimarização das exportações da região<sup>7</sup>. Este comportamento das exportações latino-americanas coincide com ascensão do Leste asiático, em particular da China, como novo centro dinâmico da acumulação de capital em escala mundial. Paralelamente, observa-se uma queda do peso da indústria no PIB da região<sup>8</sup>. A retomada de um crescimento mais vigoroso e a melhora de vários indicadores sociais a partir do avanço de governos de centro-esquerda e de uma fase de ascensão do ciclo da economia mundial, verificado entre 2003 e 2008, não parece ter conseguido alterar essa situação. A China está criando uma vasta periferia para suprir suas crescentes necessidades de energia, alimentos e matérias-primas.

A ascensão da Ásia questiona a hegemonia norte-americana. O retrocesso econômico dos EUA tende a erodir sua posição hegemônica e abrir espaço para um mundo multipolar. Este processo não é fruto de determinações profundas da própria dinâmica da acumulação de capi-

---

<sup>7</sup> No início dos anos 1980, as exportações da região estavam concentradas em produtos primários e manufaturados de baixa intensidade tecnológica, que representavam 77% do total exportado. No final da década seguinte, a situação tinha se alterado, a região exportava, sobretudo, produtos manufaturados, cerca de 55% das exportações. A situação inverteu-se novamente na década de 2000. Observa-se o crescimento das exportações de produtos primários, que alcançaram a cifra de 59%. Por outro lado, a participação nos setores de alta tecnologia, que têm alcançado as mais altas taxas de crescimento no comércio internacional, é modesta (CEPAL, 2010, p. 13).

<sup>8</sup> A participação do setor industrial no PIB da América Latina caiu 30% entre 1975 e 2000, acompanhando a queda da participação da região na produção industrial da periferia, que foi de 37% para 26% no mesmo período. As exportações em relação ao PIB da região subiram de 11,6% para 23,7% entre 1975 e 2003 (Basualdo e Arceo, 2006, p. 53-54).

tal. A crise estrutural do modo de produção capitalista aberta em 2008, que aparentemente acentua a decadência da Europa e dos EUA, tende a aprofundar esses processos, embora não possamos ainda precisar os rumos que o capitalismo tomará em decorrência da crise. O crescente peso da economia chinesa e a tendência de crescimento modesto dos países desenvolvidos, que parece reforçada pela atual crise, coloca como possível o rompimento, ou pelo menos o enfraquecimento, da forte articulação entre os EUA e as economias em desenvolvimento da Ásia, que tanto se beneficiaram dessa relação. Todavia, a China, ou qualquer outro país asiático, não parece ter condições de tornar-se, a curto ou médio prazo, o novo centro hegemônico. Isto não resulta apenas do peso da economia. Depende também da liderança política, ideológica, cultural e militar. Seja como for, a hegemonia dos EUA parece estar em questão.

## Considerações finais

A ascensão das economias do Leste asiático nos últimos 30 anos não pode ser compreendida fora do contexto internacional em que se insere. As profundas transformações no capitalismo a partir da crise estrutural da década de 1970 abriram possibilidades de um salto qualitativo no desenvolvimento e uma inserção dinâmica na economia mundial para a região, em particular para a China, que se transformou, em um curto espaço de tempo, em uma nova fronteira de acumulação de capital e em um dos centros da economia mundial. Esse desdobramento não era um resultado esperado pelos principais agentes desse processo. Esse resultado também dependeu, sem dúvida, dos projetos nacionais e das políticas de desenvolvimento implementadas pelos países da região. Para a maior parte da periferia, entretanto, este caminho mostrou-se inatingível.

A América Latina manteve sua inserção predominante financeira na globalização e delineou-se a tendência de especialização de suas economias na produção de produtos primários e produtos manufatu-

rados que utilizam grandes quantidades matérias-primas e possuem baixo conteúdo tecnológico. Ou seja, nos setores menos dinâmicos da economia mundial. Uma ordem internacional multipolar, que poderá ser um dos resultados da crise atual, com grande peso dos países asiáticos reforçará, indícios sugerem, uma inserção muito pouco dinâmica na economia mundial.

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G. **A ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Adam Smith em Pequim**. Origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

BASUALDO, E.; ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: Clacso, 2006.

BELLUZZO, L. G. M. O dólar e os desequilíbrios globais. **Revista de Economia Política**. São Paulo: V.25, n. 3, jul-set 2005.

\_\_\_\_\_. **Os antecedentes da tormenta**. Origens da crise global. São Paulo: UNESP, 2009.

CARNEIRO, R. Globalização e integração periférica. **Textos para Discussão IE/UNICAMP**, n. 126, julho de 2007, p. 2-45. [www.eco.unicamp.br/publicacoes/texto\\_dese.html](http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/texto_dese.html).

CEPAL. **Panorama de la inserción internacional de América Latina y Caribe**, 2010. Disponível em: [www.eclac.org](http://www.eclac.org).

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CORSI, F. L. Economia do capitalismo global: um balanço crítico do período recente. In: ALVES, G.; GONZALEZ, J L; BATISTA, R L (orgs.) **Trabalho e educação**. Contradição do capitalismo global. Maringá: Praxis, 2006.

\_\_\_\_\_. Crise estrutural e reconfiguração do capitalismo global. In: FIGARI, C. e ALVES, G. A P. (orgs.) **La precarización del trabajo en**

**América Latina.** Bauru: Prxis/Canal 6, 2009.

COUTINHO, L. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, J. L. (org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** Petrópolis: Vozes, 1999.

FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **O poder americano.** Petrópolis: Vozes, 2004.

GONÇALVES, R. **O vagão descarrilhado.** O Brasil e o futuro da economia global. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GRAY, J. **Falso amanhecer.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

HOBSBAWM, E. J. **A era dos extremos.** O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

MEDEIROS, C. A Globalização e a inserção diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. (orgs.) **Poder e dinheiro.** Uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. A economia política da internacionalização sob a liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China. In: FIORI, J. L. (org.) **O poder americano.** Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. A China como um duplo polo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Revista de Economia Política.** São Paulo, v. 2, n. 3, jul./set. 2006.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. In: FIORI, J. K. ; MEDEIROS, C. H. e SERRANO, F. **O mito do colapso do poder americano.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

\_\_\_\_\_. O ciclo recente de crescimento chinês e seus desafios. **Observatório da economia global,** 2010. Disponível em: [www.eco.unicamp.com.br](http://www.eco.unicamp.com.br).

PALMA, G. Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: FIORI, J. L. (org.) **O poder americano.** Petrópolis: Vozes, 2004.



# A PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA NO NORTE DA ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO PELA UNIÃO EUROPEIA E PELOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Da parceria euromediterrânea (1995)  
às revoltas populares (2011)

Rafael Mandagaran Gallo<sup>1</sup>

## Promoção da democracia pelos Estados Unidos da América e pela União Europeia: palavras iniciais

Desde dezembro de 2010 até o momento presente, uma série de revoltas e protestos populares contra regimes autoritários<sup>2</sup> tem

---

<sup>1</sup> Graduado em Relações Internacionais, mestre e doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista Capes. E-mail: rafmandgallo@gmail.com.

<sup>2</sup> Os regimes políticos dos países da região são caracterizados como autocráticos, contrastando com o modelo democrático (GAUSE III, 2011).

ocorrido nos países do Norte da África<sup>3</sup> e do Oriente Médio<sup>4</sup>. Essa “onda” de desdobramentos tem sido denominada de Primavera Árabe<sup>5</sup>. A perspectiva de que essas transformações sejam indicadores de um processo inicial rumo à democratização<sup>6</sup> toma corpo, já que o motor desses movimentos populares foi a luta contra o elemento característico dos regimes políticos árabes- muçulmanos: a persistência de líderes não democráticos<sup>7</sup> (Gause III, 2011). Apesar da importância do papel das populações civis<sup>8</sup>, tanto do ponto de vista de sua capacidade de organização quanto de sua resistência armada em alguns casos (a Líbia e a Síria, por exemplo), deve-se levar em conta a relação desses eventos

<sup>3</sup> O evento inicial das revoltas na região ocorreu na Tunísia – a denominada *Revolução de Jasmin* – tem como marco simbólico o ato de autoimolação do jovem Mohamed Bouazizi em 17 de dezembro de 2010. Tal ato iniciou uma série de protestos por parte da população tunisiana, culminando na renúncia do General Zine al-Abidine Ben Ali em Janeiro de 2011, que estava no poder há 24 anos. Os protestos no Egito têm início em Janeiro de 2011 culminando na deposição de seu chefe do Executivo, o Brigadeiro Hosni Mubarak, após 30 anos no poder, no dia 25 do mesmo mês. Disponível em: [www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/08/110823\\_compound\\_ji.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/08/110823_compound_ji.shtml). Acessado em 24 de Agosto de 2011. A Argélia e o Sudão são outros dois países onde também ocorreram protestos populares contra seus respectivos regimes políticos.

<sup>4</sup> É o caso da Síria, Jordânia, Iêmen e Bahrein. O caso da Síria, cuja revolta teve início em meados de março de 2011, tem merecido destaque já que a repressão dos protestantes tem sido uma das mais sangrentas, acreditando-se que mais de 1300 pessoas já tenham sido assassinadas pelo governo de Bassar Assad. *Irmão de Assad comanda repressão de rebeldes na Síria*. Gazeta do Povo, 08-06-2011. Disponível em: [www.gazetadopovo.com.br/m/conteudo.phtml?tl=1&id=1134914&tit=Irmão-de-Assad-comanda-repressao-a-rebeldes-na-Siria](http://www.gazetadopovo.com.br/m/conteudo.phtml?tl=1&id=1134914&tit=Irmão-de-Assad-comanda-repressao-a-rebeldes-na-Siria). Acesso em 10 de Agosto de 2011.

<sup>5</sup> Esse processo tem se caracterizado como uma “onda” – à maneira pela qual Samuel Huntington descreveu os três momentos de democratização no mundo - que tem alterado a estagnação política, econômica e ideológica da região em um curto espaço de tempo (Behr, 2011, p. 5).

<sup>6</sup> Um dos elementos definidores do regime democrático é a alternância da liderança política por meio de eleições competitivas, além do *primado da lei*, do *respeito aos direitos dos cidadãos* e do *controle* e da *fiscalização dos governos* (Moisés, 2010, p. 80).

<sup>7</sup> No original, *undemocratic rulers*.

<sup>8</sup> Anderson (2011) apresenta algumas diferenças entre a caracterização dos protestos. Na Tunísia, por exemplo, as revoltas ocorreram do interior do país para a capital, sendo caracterizadas pelo movimento dos trabalhadores que sempre sofreu repressão pelo regime autoritário. Já no Egito, o movimento foi organizado principalmente pela população urbana jovem e cosmopolita. No caso líbio, grupos desorganizados armados das províncias orientais começaram a insurgência revelando clivagens regionais e tribais que prejudicam o país há décadas.



com o sistema internacional, marcado por relações de poder e interesses entre Estados e organizações internacionais governamentais (Gill, 2007; Barbé, 2007). Nesse sentido, merecem destaque as atuações no âmbito internacional tanto dos Estados Unidos da América (EUA) quanto da União Europeia (UE) (Pecequilo, 2005; 2009) (Gill & Law, 2007). Os EUA estabeleceram relações com os países do Norte da África e do Oriente Médio, segundo seus interesses econômicos e geopolíticos, principalmente a partir da segunda metade do século XX (Pecequilo, 2005). Uma das formas dessas relações foi a “promoção da democracia”<sup>9</sup> a partir dos anos 1960. A União Europeia também fará a promoção dos valores democráticos na região, mas somente a partir do final da Guerra Fria<sup>10</sup>.

O caso estadunidense de promoção da democracia é mais antigo que o da União Europeia. Tem como marco simbólico inicial as palavras do presidente Woodrow Wilson (1913-1921) em seu discurso Fourteen Points ao Congresso sobre o papel dos Estados Unidos no contexto do pós-Primeira Guerra Mundial<sup>11</sup>. Com o final da Segunda Guerra Mundial, inaugura-se a ordem mundial bipolar, onde a pro-

---

<sup>9</sup> De acordo com Baracani (2010, p. 303) a “promoção da democracia” é a “dimensão internacional da democratização”, mas que tem que como foco a relação entre agentes externos e o contexto político doméstico. Na verdade se traduz como o encorajamento de uma reforma política na região pelos Estados Unidos e pela União Europeia por meio da instauração de valores e instituições democráticas (Schmid & Braizat, 2006, p. 4). Convém lembrar que a “promoção da democracia” é voltada para a reforma política das sociedades árabe-muçulmanas. No entanto, não se pode esquecer das contradições entre a “promoção das ideias democráticas” e práticas políticas, especialmente a dos EUA apoiando regimes políticos autoritários, principalmente na América Latina, como parte de sua política de contenção ao comunismo nas décadas de 1960 e 1970. Em especial, no tocante ao Oriente Médio e ao Norte da África, o interesse geoeconômico merece atenção já que a região se caracteriza como um dos principais pólos (se não, o principal) de produção petrolífera. A guerra do Golfo (1991) e guerra do Iraque (2003) são exemplos da contradição entre as ideias políticas promovidas (ideologia) com as práticas (Gallo, 2007).

<sup>10</sup> No contexto histórico do pós-Guerra Fria a promoção da democracia está no centro da política externa dos Estados Unidos e da União Europeia (Baracani, 2010, p. 303).

<sup>11</sup> Wilson definiu o papel estadunidense como “uma missão para a democracia (...) e fazer do mundo um lugar livre” (op.cit, p. 304). A perspectiva de promoção da democracia de forma idealista por Wilson foi denominada de *wilsonianismo* e, a partir de então, sempre tem aparecido – ao menos em sua forma retórica - na política externa dos Estados Unidos (Gallo, 2007).

moção do regime democrático apresenta-se como dimensão da política da contenção<sup>12</sup>. No entanto, a promoção da democracia apenas torna-se um objetivo central da política externa no governo de George H. W. Bush<sup>13</sup> (1989-1993) (Baracani, 2010). Com o final da Guerra Fria, o governo de William Clinton (1993-2001) lança a “doutrina do alargamento democrático”<sup>14</sup>. Com o governo republicano de George Walker Bush (2001-2009) a promoção da democracia, bem como sua política externa, tomam um caminho diferente da administração anterior em virtude dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001<sup>15</sup>. O governo “Bush filho” criou a Broader Middle East and North Africa Initiative (BMENA) - uma iniciativa que envolvia a cooperação internacional entre governos, sociedade civil e empresas para fortalecer a

---

<sup>12</sup> No governo de John F. Kennedy foi criada, em 1961, a *United States Agency for International Development* (USAID). Essa agência teve e tem como objetivo principal a assistência às nações no intuito de alcançarem os desenvolvimentos econômico e social (USAID, 2011). Convém lembrar que a USAID surgiu no contexto da Guerra Fria, onde a *política da contenção*, o segundo momento da política externa dos EUA no pós-Segunda Guerra Mundial (o primeiro seria a construção da *ordem internacional*) se caracterizava pela contenção da influência da União Soviética no mundo e pela manutenção da liderança estadunidense no mundo capitalista (Pecequillo, 2005); (Baracani, 2010) (Huber, 2008). O foco principal da USAID até então era a promoção do desenvolvimento econômico. É no governo de Ronald Reagan (1981-1989) que é criada a *National Endowment for Democracy* (NED) uma organização não-governamental com o objetivo de promover a democracia no exterior. A NED “representou o maior passo para o estabelecimento dos programas do EUA para a assistência à democracia” (Carothers *apud* Baracani, 2010, p. 305).

<sup>13</sup> Bush definiu a promoção da democracia como um dos três elementos fundamentais da política externa dos EUA (Schmid & Braizat, 2006).

<sup>14</sup> Essa orientação foi institucionalizada com a criação da *USAID - Democracy and Governance Unit* (Unidade de Democracia e Governança) em 1994 cujo objetivo era a promoção da democracia por meio de uma estratégia pragmática com vistas à consecução dos interesses dos EUA no sistema internacional (Huber, 2008).

<sup>15</sup> Os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 – os ataques às torres do World Trade Center e ao Pentágono - redefiniram alguns pontos da política externa estadunidense: a “guerra ao terror” é o principal eixo retórico de um posicionamento unilateral no sistema internacional, rompendo com o discurso multilateral para o exercício da hegemonia no sistema internacional da administração anterior (Pecequillo, 2005). O impacto dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 nas relações internacionais levou alguns autores a afirmarem a crise da hegemonia norte-americana no sistema internacional (Wallerstein, 2004; 2002), (Arrighi, 2007).

liberdade, a democracia e a prosperidade na região<sup>16</sup>, a Middle East Partnership Initiative<sup>17</sup> (MEPI).

No tocante à União Europeia a promoção da democracia também é um componente de sua política externa, mas não um de seus elementos principais<sup>18</sup>. Em um primeiro momento, a promoção do regime democrático – necessidade de reforma política<sup>19</sup> - limitou-se apenas aos países candidatos ao ingresso no bloco. Todavia, a UE percebeu que a necessidade de reforma política não poderia se dar apenas aos Estados candidatos à integração, mas também ao Norte da África e ao Oriente Médio, criando-se, em 1995, a Euro-Mediterranean Partnership<sup>20</sup> (EUROMED ou EMP) ou Parceria Euro-Mediterrânea.

Em 2004, as relações entre a UE e os países da parceria euro-mediterrânea foram redefinidas nos termos da European Neighbourhood

---

<sup>16</sup> "From an idea of partnership to a growing reality, the Broader Middle East and North Africa (BMENA) Initiative represents genuine co-operation between the G8 and European nations and the governments, business and civil society of the region, in order to strengthen freedom, democracy and prosperity for all" (BMENA, 2011).

<sup>17</sup> Tanto a BMENA quanto a MEPI são iniciativas inseridas no contexto do Departamento de Estado dos EUA. Destaca-se o papel da USAID como vetor de aplicação, por meio de seus programas, das medidas e estratégias criadas pela MEPI e BMENA. A literatura consultada não aponta nenhum parâmetro de continuidade ou descontinuidade da promoção da democracia no governo de Barack Obama (2009-2013). No entanto, a MEPI e a BMENA fazem parte do organograma do departamento chefiado por Hilary Clinton.

<sup>18</sup> A política externa da União Europeia possui dimensões, onde algumas se sobrepõem às demais. A promoção da democracia aparece como uma dimensão não dominante (Keukeleire & Macnaughtan, 2008, p. 20).

<sup>19</sup> A necessidade da reforma política – assim como a econômica - é um requisito relevante para o ingresso no bloco. Essas condições à integração fazem parte da política de alargamento (*enlargement policy*) da UE (Bieler, 2001).

<sup>20</sup> A EMP (EUROMED) também é denominada Processo de Barcelona, um acordo firmado entre Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Marrocos, Síria, Tunísia, Cisjordânia e a Faixa de Gaza (Autoridade Palestina) com a União Europeia para cooperação político-econômica. Os acordos foram revistos em 2008, no intuito de tornar a parceria mais concreta e efetiva, sendo renomeada para *União para o Mediterrâneo* (*Union for the Mediterranean*). Novos países assinaram os acordos, como Albânia, Bósnia e Herzegovina e Croácia (EMP, 2011).

Policy<sup>21</sup> (ENP) ou Política Europeia de Vizinhança.

Com isso, faz-se necessário compreender de que forma a promoção da democracia – entendida enquanto prática política - na MENA<sup>22</sup> (Norte da África e Oriente Médio) se relaciona com uma estrutura de poder internacional – uma ordem mundial - construída e liderada pelos Estados Unidos da América a partir da segunda metade do século XX até a contemporaneidade<sup>23</sup>.

Assim, a proposta de um estudo comparativo sobre os modelos de democracia, objetivos e estratégias (ou maneiras), empregados pela UE e pelos EUA, além da determinação de países alvos, possibilita a compreensão de processos que podem evidenciar em contextos locais relações de poder que podem caracterizar a existência de uma hegemonia estadunidense no sistema internacional. Tal constatação poderia se dar pelas semelhanças das “promoções da democracia”, indicando um “alinhamento consensual” europeu às práticas políticas estadunidenses.

## Hegemonia, ideias políticas e estrutura de poder internacional

A história das relações internacionais pode se caracterizar pelas configurações de poder que surgem, em um primeiro momento, com as relações entre Estados – o clássico ator das relações internacionais - e, em momento posterior, com o surgimento de outros agentes<sup>24</sup>. Tais

---

<sup>21</sup> A ENP foi anunciada como uma nova fase da parceria onde a promoção da democracia torna-se um objetivo fundamental.

<sup>22</sup> Do inglês *Middle East and North Africa*. Convém lembrar a importância geopolítica e econômica da região (Schmid & Braizat, 2006); (Ceceña, 2005).

<sup>23</sup> A ordem pós-Muro de Berlim é caracterizada como a restauração da supremacia dos EUA no sistema internacional (Pecequillo, 2005). Merece destaque papel dos principais países europeus ocidentais (em especial, os membros da OCDE) de apoio a tal ordem, tanto no passado (Guerra Fria) quanto no presente (Augelli & Murphy, 2007).

<sup>24</sup> O marco inicial do objeto de estudo da disciplina de Relações Internacionais é o contexto da Paz de Vestfália (1648) evento caracterizado principalmente pelo reconhecimento da soberania dos Estados, culminando na concepção da arena interna-

relações de poder acabam por estabelecer estruturas internacionais, caracterizando ou criando um sistema internacional: “entendemos que o sistema internacional está constituído por um conjunto de atores, cujas relações geram uma configuração de poder (estrutura) dentro da qual se produz uma rede complexa de interações (processos) de acordo com determinadas regras” (Barbé, 2007, p. 151).

Dessa forma, o sistema internacional – que não se restringe na contemporaneidade às relações interestatais – apresenta-se como um contexto histórico complexo, permeado de relações de poder e de interesses que criam estruturas e processos. Todavia, o Estado<sup>25</sup> permanece tendo uma centralidade à análise das relações internacionais (Cox, 1986), já que alguns Estados possuem um papel de protagonistas no

---

cional como “anárquica”. Assim, as relações internacionais eram caracterizadas apenas como relações interestatais.

<sup>25</sup> A concepção de Estado - como categoria de análise – varia de acordo com as diversas teorias da disciplina de Relações Internacionais: pode ser entendido como ator unitário racional ou como uma totalidade histórica que encerra processos de poder (Sarfati, 2005). Todavia, a partir da década de 1970, algumas teorias reconheceram outros agentes das relações internacionais, denominados de *atores transnacionais*: os movimentos da sociedade civil, as organizações não governamentais (ONGs), as empresas transnacionais (ETNs) a opinião pública internacional entre outros (Keohane & Nye, 2001), (Barbé, 2007). É nesse período que surge uma vertente teórica da disciplina, a *teoria neogramsciana*, sendo caracterizada pela aplicação da teoria política de Antonio Gramsci (1891-1937) à análise da política internacional pelo cientista canadense Robert W. Cox. Cox afirma que as teorias das Relações Internacionais até então são limitadas para a compreensão do desenvolvimento das *forças sociais*, das *formas de Estado* e da *Estrutura da Economia Global* (Cox, 1986, p. 210). Com o objetivo de lançar as bases de uma Teoria Crítica da Ordem Mundial, Cox defende a centralidade do Estado no sistema internacional. No entanto, seu conceito de Estado é “ampliado”, já que se refere à relação entre Estado e Sociedade Civil (*State/civil society complex*) (Cox, 1986) (Cox, 2007). Essa concepção de Estado é herdada de Gramsci, fruto da união do aparato estatal (definido em termos funcional-burocráticos) e da Sociedade Civil pelo conceito de Hegemonia de Classe (Cox, 2007, p. 105). Dessa forma, as configurações de forças sociais, de classes, são fundamentais para a concepção de Estado e seu papel no contexto internacional. As contradições, elementos definidores da história como processo, fazem-se presentes na concepção coxiana, rompendo com um conceito de Estado racional e unitário. Assim, os desdobramentos históricos abrem-se à categoria analítica de contradição ou conflito permitindo a evidenciação das relações de poder (dominação) que se dão tanto no plano doméstico quanto internacional. Após a iniciativa teórica de Cox, outros autores dedicaram-se ao desenvolvimento da teoria neogramsciana das relações internacionais: Enrico Augelli, Craig Murphy, Stephen Gill entre outros

sistema internacional, pois estabelecem ou mantêm configurações de poder, criando estruturas de dominação (estruturas históricas) que indicam o um posicionamento de destaque no sistema internacional, o que pode ser denominado hegemonia. Segundo Cox (1986, p. 251) essa estrutura de dominação acaba

deixando em aberto a questão se o *poder dominante* é um *Estado* ou *um grupo de Estados* ou alguma combinação de *Estados e Poder Privado*, que por sua vez é sustentado ou mantido, geralmente por um *consenso* obtido por meio da aceitação de uma *ideologia* e de *instituições* coerentes com essas estruturas. Então, uma estrutura hegemônica da Ordem Mundial é aquela na qual o poder tem, primeiramente, uma *forma consensual*, que se diferencia de uma ordem não-hegemônica na qual existem poderes rivais que se manifestam e não há poder que estabeleça a legitimidade de sua dominação<sup>26</sup>.

Destaca-se o papel do consenso no estabelecimento de uma estrutura histórica hegemônica (ou uma Ordem Mundial) por parte de um Estado ou um grupo de Estados. Seguindo a perspectiva teórica neogramsciana, a existência de uma estrutura de poder internacional está relacionada com o processo de produção, além de outras duas dimensões que garantem essa configuração de poder material<sup>27</sup>: as ideias ou “imagem coletiva da Ordem Mundial dominante” e o conjunto das organizações internacionais (Cox, 1986; 2007).

Dessa forma, sucessivos Estados têm criado, ao longo da história,

---

<sup>26</sup> Tradução livre do autor: “[...] leaving open the question of whether the dominant power is a state or a group of states or some combination of state and private power, which is sustained by broadly based consent through acceptance of an ideology and of institutions consistent with this structure. Thus a hegemonic structure of world order is one in which power takes a primarily consensual form, as distinguished from a non-hegemonic order in which there are manifestly rival powers and no power has been able to establish the legitimacy of its dominance”.

<sup>27</sup> As capacidades materiais “denotam não somente como qualquer sociedade se reproduz em sua base material, mas também como essa reprodução é planejada, antecipada” (Silva, 2005, p. 266).

Ordens Mundiais<sup>28</sup> que podem ser definidas como estruturas sociais convenientes aos interesses do Estado hegemônico, dependendo da sua capacidade de coerção, bem como ao consentimento generalizado – tanto a capacidade de criá-lo quanto o consentimento obtido - nos demais Estados que pouco ou nada se beneficiam dessa estrutura (Silva, 2005).

No intuito de compreender o sistema internacional na atualidade sob a perspectiva neogramsciana, o papel dos Estados Unidos merece destaque. Desde o fim da Primeira Guerra Mundial, a era da hegemonia inglesa - a *pax britannica* – chega ao seu fim. O momento do entre guerras é definido por uma transição da Ordem Mundial. Somente após o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos inaugura uma hegemonia no bloco ocidental pautada na sua força econômica, com sua ideologia do “mundo livre” – e, embutido nessa concepção está o regime democrático<sup>29</sup> - e com as instituições internacionais (Organização das Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial como exemplos):

Dissemos que, depois da Segunda Guerra Mundial, as classes dominantes dos Estados Unidos conseguiram formar um bloco histórico internacional e coerente: o do “mundo livre”, para usar o termo empregado com mais frequência por seus defensores. No centro deste bloco havia uma aliança hegemônica que incluía alguns elementos do trabalho nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as classes dominantes e as massas populares de grande parte do Terceiro Mundo dependente

---

<sup>28</sup> Um exemplo dessas ordens seriam a hegemonia holandesa (século XVI), a inglesa, a *pax britannica*, de 1845-1875 e a estadunidense, a *pax americana*, de 1945-1965, onde todas as três relacionadas como três formas hegemônicas do capitalismo histórico (Cox, 2007), (Arrighi, 2007).

<sup>29</sup> Valores como liberdade, democracia e livre iniciativa definem esse “mundo livre”. Wallerstein (1995) define esses elementos como ideologia do liberalismo, na verdade uma *geocultura de legitimação do sistema capitalista*. No entanto, não se pode esquecer de que esses desdobramentos se caracterizam como anticomunistas em um primeiro momento, já que se tem com a Guerra Fria a oposição ou antagonismo ideológico entre o “mundo livre” (capitalista) e o “não-livre” representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Cuba após a revolução de 1959, a China Popular após a revolução cultural entre outros

e, claro, as classes dominantes da Europa Ocidental e do Japão (Augelli; Murphy, 2007, p. 209).

Com o final da Guerra Fria, não há consenso na literatura consultada sobre a existência de uma ordem hegemônica estadunidense até a primeira década do século XXI<sup>30</sup>. Arrighi (2007, p. 270) afirma a complexidade das redes entre as instituições garantidoras da supremacia dos EUA e seu contínuo aumento de autonomia, não só apenas entre elas, mas também entre os Estados e o próprio Estado hegemônico culminando em sua perda de supremacia ou hegemonia. Augelli e Murphy (2007, p. 208) afirmam que existiu o processo de reconstrução da hegemonia estadunidense, com início nos anos 1980, em virtude das crises econômicas<sup>31</sup> dos anos 1970. Os anos 1990 caracterizam-se como uma nova estrutura internacional de poder por meio “do restabelecimento da relação ética anterior entre as classes dominantes norte-americanas e as classes dominantes da Europa Ocidental e do Japão” (Augelli & Murphy, 2007, p. 208-9).

No entanto, independente da situação de consenso sobre a existência de uma estrutura histórica sobre a liderança dos Estados Unidos na contemporaneidade, nota-se que o papel da Europa foi relevante para a criação e manutenção da ordem hegemônica estadunidense nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, pois relações de cooperação entre os países foram estabelecidas, principalmente, sob os auspícios do plano Marshall<sup>32</sup>. Dessa forma, o bloco ocidental da Europa

---

<sup>30</sup> Cox (2007), Wallerstein (2004) são outros exemplos de opiniões contrárias à existência de uma hegemonia estadunidense nos anos 2000. Cox (2007, p. 116) afirma que de 1965-1980 foi um período marcado pela inexistência de uma posição estadunidense hegemônica.

<sup>31</sup> Os autores citam a estagnação da economia dos EUA na década de 1970: “as classes dominantes dos Estados Unidos não conseguiram mais oferecer a incrível prosperidade dos anos do pós-guerra” (Augelli & Murphy, 2007, p. 209). Como especificação desse período, pode-se citar o fato dos EUA estavam ficando falidos devido à escalada (*escalate*) da Guerra do Vietnam (até 1975) e a crise de legitimidade dos governos republicanos.

<sup>32</sup> O Plano de reconstrução dos países europeus após a Segunda Guerra Mundial. Merece destaque a recuperação das economias europeias. Convém lembrar que esse plano foi desenvolvido sob a égide da OCDE, na época, OCEE.



possui uma história relacionada com a hegemonia estadunidense do pós-guerra<sup>33</sup>.

É nesse contexto que a ideia de integração europeia toma corpo. Alguns movimentos europeus ocorridos nos fins da década de 1940 e início da de 1950 concretizam o ideal da integração<sup>34</sup>. O projeto da União Europeia é concluído em 1993, a partir especialmente do Tratado de Maastricht (1992), dando origem à união econômica e monetária tal como a conhecemos hoje. A característica fundamental do modelo integrativo da UE é seu caráter supranacional, com a sua transferência de soberania e competências entre seus Estados-membros (Kegel, 2009, p. 246).

No entanto, a relação da Europa com os EUA também é marcado por uma autonomia (além da dependência), especialmente no contexto a partir de 1989, como descreve Pecequilo (2009, p. 110),

Preservando o internacionalismo multilateral e acentuando a retórica da unidade euro-atlântica, de 1989 a 2000, os EUA e a Europa Ocidental apresentaram uma relação cooperativa,

---

<sup>33</sup> A cooperação ou aliança atlântica é a marca desse período, onde a Europa Ocidental participou ativamente cooperando e mantendo a hegemonia estadunidense. No pós-Guerra Fria, a cooperação se renovou em torno de três acordos de firmados ao longo da década de 1990: a *Declaração Transatlântica* (1990), a *Nova Agenda Transatlântica* (1995) e o *Acordo de Parceria Econômica Transatlântica* (1998).

<sup>34</sup> Os movimentos foram: a criação da Liga Europeia para a Cooperação Econômica (Junho de 1946), o Programa de Hertenstein dos Federalistas Europeus (Setembro de 1946), criação da União dos Federalistas Europeus (Dezembro de 1946), Comitê Europeu Unificado (patrocinado por Winston Churchill, Janeiro de 1947), a União Europeia de Parlamentares (Setembro de 1947), a realização do 1º Congresso de Haia pela Unidade Europeia (Maio de 1948), criação do Conselho Alemão do Movimento Europeu (Maio de 1949) e a criação do Colégio da Europa (Setembro de 1949) (Martins, 2009, p.189). Convém lembrar que o modelo da integração europeu remonta à Comunidade do Carvão e do Aço, criada em 1951 pela Itália, Alemanha, Países Baixos, Bélgica, França e Luxemburgo. A formação do bloco regional europeu acabou determinando o modelo de integração, definido por quatro etapas: i) zona de livre comércio, ii) união aduaneira, iii) mercado comum e iv) união econômica e monetária. A União Europeia surge com a assinatura pelo Tratado de Maastricht em 7 de fevereiro de 1992. Um aspecto que merece destaque é a base ideológica da integração, pautada no *pacifismo inerente ao cosmopolitismo kantiano* presente na obra *À Paz Perpétua*, de Kant (Habermas, 2001).

pontuada por disputas econômicas e tensões político-estratégicas. O auge da aproximação deu-se entre 1990/91 com a operação Tempestade no Deserto no Iraque, comandada pelos EUA via Nações Unidas (ONU), e que contou com forte apoio europeu visando rechaçar a invasão do Kuwait por Saddam Hussein. Esta impressão de igualdade rapidamente se dissiparia, sendo simbolizada pela permanência da OTAN como principal instrumento de poder militar na Europa.

As disputas entre UE e os EUA ocorridas durante os anos 1990 foram dissipadas pelos ataques de 11 de Setembro de 2001, já que a Europa e toda a comunidade internacional apoiaram os EUA diante da ameaça terrorista, dando suporte, à Guerra Global ao Terror, ou simplesmente à Doutrina Bush<sup>35</sup> (Pecequilo, 2009, p. 113).

Dessa forma, a “promoção da democracia” pode ser entendida como evidência da importância das ideias – em especial, as políticas – no contexto internacional segundo a perspectiva neogramsciana. Merece destaque a promoção do regime democrático realizada pelos EUA ao longo do século XX e início do XXI, em especial por seu status de supremacia no sistema internacional.

Contudo, a promoção da democracia não é exclusividade da política externa dos EUA: a União Europeia interiorizou a necessidade de reforma política por meio da implantação de um regime democrático no contexto externo, em especial no Norte da África e no Oriente Médio (além dos países candidatos ao ingresso no bloco). Assim, comparar o conteúdo, as estratégias e países-alvos, tendo por marco histórico inicial a criação da Parceria Euro-Mediterrânea (EMP) em 1995 até 2011, pode indicar a existência de uma estrutura hegemônica estadunidense – ou o resquício de um bloco histórico (Cox, 2007) – já que não há uma dependência, imediata ao menos, entre as políticas externas dos EUA e da UE (Pecequilo, 2005).

---

<sup>35</sup> “Doutrina Bush” foi a denominação dada ao *National Security Strategy* (Estratégia de Segurança Nacional) de Setembro de 2002, o documento que lançou as diretrizes da política externa dos EUA após os atentados, onde a “Guerra ao Terror” e a “Promoção da Democracia” eram alguns dos principais temas (NSS, 2002).

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, L. *Desmystifying Arab Spring: Parsing the Differences Between Tunisia, Egypt, and Libya*. **Foreign Affairs**, maio/jun. 2011.
- ARRIGHI, G. **As três hegemonias do capitalismo histórico**. Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007, p. 227-273.
- AUGELLI, E.; MURPHY, C. **Gramsci e as Relações Internacionais: uma perspectiva geral com exemplos da política recente dos Estados Unidos no terceiro mundo**. Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007, p. 201-226.
- BARACANI, E. **US and EU Strategies for Promoting Democracy**. The Foreign Policy of the European Union: assessing Europe's role in the world. Washington: Brookings Institution Press, 2010, p. 303-318.
- BARBÉ, E. **Relaciones Internacionales**. 3 ed. Madrid: Tecnos, 2007.
- BEHR, T. **Hard choices: the EU's options in a changing Middle East**. Helsinki: Finnish Institute of International Affairs, 2011.
- BIELER, A. The struggle over EU enlargement: a historical materialist analysis of European integration. **Journal of European Public Policy**, 9:4, Agosto de 2002, p. 575-597.
- BROADER MIDDLE EAST AND NORTH AFRICA INITIATIVE. **Departamento de Estado dos EUA**, 2011. Disponível em: <http://bmena.state.gov/>. Acessado em Agosto de 2011.
- BROWN, G. W. The European Union and Kant's Idea of Cosmopolitan Right: Why the EU is not a Kantian Cosmopolitan Federation. **International Sociology Association Conference Paper**, 2010.
- CECEÑA, A. E. **La Batalla de Afganistán**. La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 167-188.
- COX, R. **Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método**. Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007, p. 101-123.
- \_\_\_\_\_. **Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory**. Neorealism and its critics. Nova Iorque: Columbia University Press, 1986, p. 204-254.

\_\_\_\_\_. **Production, power and world order: social forces in the making of history.** Nova Iorque: Columbia University Press, 1987.

**Euro-Mediterranean Partnership.** 2011. Disponível em: <[www.eeas.europa.eu/euromed/index\\_en.htm](http://www.eeas.europa.eu/euromed/index_en.htm)>. Acesso em: abr. 2011.

GALLO, R. M. **Política Externa e Ideologia: a contradição entre a “missão civilizatória” estadunidense para a invasão do Iraque de 2003 e seus fundamentos liberais políticos.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política: Florianópolis, UFSC, 2007.

GAUSE III, F. G. Why Middle East studies missed the Arab Spring: the myth of authoritarian stability. **Foreign Affairs.** Julho/Agosto de 2011.

GILL, S. & LAW, D. **Hegemonia global e o poder estrutural do capital.** Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007, p. 157-197.

HABERMAS, J. **A Constelação pós-nacional: ensaios políticos.** São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HUBER, D. Democracy assistance in the Middle East and North Africa: a comparison of US and EU policies. **Mediterranean Politics.** V. 13:1, 2008, p. 43-62.

Irmão de Assad comanda repressão de rebeldes na Síria. **Gazeta do Povo**, 08-06-2011. Disponível em: [www.gazetadopovo.com.br/m/conteudo.phtml?tl=1&id=1134914&tit=Irmao-de-Assad-comanda-repressao-a-rebeldes-na-Siria](http://www.gazetadopovo.com.br/m/conteudo.phtml?tl=1&id=1134914&tit=Irmao-de-Assad-comanda-repressao-a-rebeldes-na-Siria). Acesso em 10 de Agosto de 2011.

KEGEL, P. L. **Estado e condicionantes constitucionais nos processos de integração regional.** Brasil- União Europeia-América do Sul: anos 2010-2020. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009, p. 244-266.

KEOHANE, R. & NYE, J. **Power and Interdependence.** Nova Iorque: Longman, 2001.

KEUKELEIRE, S & MACNAUGHTAN, J. **The Foreign Policy of the European Union.** Londres: Palgrave- Macmillan, 2008.

MARTINS, E. C. de R. **Representação, legitimidade, cultura e identidade: Estados, governos e sociedades nos processos de parceria entre blocos.** Brasil - União Europeia - América do Sul: anos 2010-2020. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009, p. 180-204.

SILVA, M. A. M. Teoria Crítica em Relações Internacionais. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, jul./dez. 2005, p. 249-282.

MIDDLE EAST PARTNERSHIP INITIATIVE. **Departamento de Estado dos EUA**, 2011. Disponível em: <http://mepi.state.gov>. Acessado em Agosto de 2011.

MOISÉS, J. A. **Cultura Política, Instituições e Democracia**: lições da experiência brasileira. Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: Edusp, 2010, p. 77-121.

**National Security Strategy of the United States of America (NSS)**. Setembro de 2002.

PECEQUILO, C. S. **A política externa dos Estados Unidos**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PECEQUILO, C. S. **Através do Atlântico**: convergências ou rivalidades? Brasil-União Europeia-América do Sul: anos 2010-2020. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009, p. 108-124.

Rebeldes entram em quartel-general de Khadafi dizem testemunhas. **BBC Brasil**, 23 de Agosto de 2011. Disponível em: [www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/08/110823\\_compound\\_ji.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/08/110823_compound_ji.shtml). Acessado em 24 de Agosto de 2011.

SCHMID, D.; BRAIZAT, F. The Adaptation of EU and US Programmes to the local political context in Jordan and Palestine and their relevance to grand geopolitical designs. **Euromesco Paper**, n. 50, 2006.

**United States Agency for International Development (USAID)**. 2011. Disponível em: [www.usaid.gov/](http://www.usaid.gov/). Acessado em Abril de 2011.

VIZENTINI, P.; WIESEBRON, M. **Neohegemonia Americana ou Multipolaridade?** Pólos de Poder e Sistema Internacional. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

WALLERSTEIN, I. **Após o liberalismo**: a busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **As agonias do liberalismo**: as esperanças para progresso. O mundo depois da queda. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 31-50.

WALLERSTEIN, I. **Declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

\_\_\_\_\_. **European Universalism: the Rhetoric of Power.** New York: New Press, 2006.

\_\_\_\_\_. **Geopolitics and Geoculture: Essays on the Changing World-System.** Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

YOUNGS, R.; GILLESPIE, R. **The European Union and Democracy Promotion: the case of North Africa.** Londres: Frank Cass, s/d.

YOUNGS, R. **El Proceso de Barcelona, diez años después: ¿Un modelo para afianzarla reforma árabe?** Madri: FRIDE, 2005.

\_\_\_\_\_. **Misunderstanding the maladies of liberal democracy promotion.** Madrid: FRIDE, 2010.

# PARTE III

## AMÉRICA LATINA





# ESTADO ACTUAL DEL IMPERIALISMO DE ESTADOS UNIDOS SOBRE AMÉRICA LATINA

Diana Villegas Loeza<sup>1</sup>

*Los Estados Unidos parecen destinados  
por la providencia para plagar a América  
de miseria a nombre de la libertad.*

**Bolívar**

## Introducción

La presente discusión tiene la intención de analizar las relaciones hegemónicas que Estados Unidos ha ejercido sobre América Latina. No es nuestro interés presentar a los países latinoamericanos como víctimas de la estructura imperial de aquel país, sino más bien reflexionar sobre la dinámica que el imperialismo estadounidense ha configurado en la escena actual y su esfuerzo continuo por mantener un orden mundial y su hegemonía sobre Latinoamérica. Centraremos la atención en el denominado imperialismo capitalista, que es una fusión contradictoria de la política estato imperial (estrategias políti-

---

<sup>1</sup> Licenciada em Sociologia, mestre em História pelo Instituto de Ciências Sociais y Humanas "Alfonso Vélaz Pliego", da Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP), México. Faz PhD em Sociologia na mesma instituição. E-mail: divilo@hotmail.com.

cas, diplomáticas y militares empleadas por un Estado en defensa de sus intereses y para alcanzar sus objetivos en el conjunto del planeta) con los procesos moleculares de acumulación de capital en el espacio y en el tiempo, es decir, los flujos de poder económico que atraviesan un espacio continuo y, por ende, entidades territoriales (Harvey, 2003, p. 39).

La idea de imperialismo capitalista, nos permitirá ver las condiciones actuales del imperialismo estadounidense contrastándolas con realidades históricas concretas, tomando en cuenta que los anteriores equilibrios del capitalismo se han roto a favor de las viejas formas de acumulación, que reaparecen bajo nuevas modalidades a las que Harvey denomina “acumulación mediante desposesión”. Se trata de modos similares a los que Marx llamó “acumulación originaria” de capital. Partimos de la idea de que la hegemonía y la seguridad de los Estados Unidos se han instaurado a partir de relaciones desiguales con los países de América Latina, favoreciendo de esta manera la riqueza y poder en aquel país. Así al desarrollarse las relaciones entre la nación imperialista y las naciones latinoamericanas se desarrollan también relaciones de interdependencia política y económica. Aplicando su política semi-colonialista, el imperialismo estadounidense ha penetrado con mayor ferocidad en estas naciones acelerando el despojo y la explotación de los recursos naturales y minando la independencia de estas.

Desde el siglo pasado, América Latina ha sido uno de los espacios de la expansión política y económica de los Estados Unidos. Esa expansión se ha realizado en etapas, por vías diplomáticas, militares, comerciales, financieras y culturales. Se puede hablar incluso de ciclos de expansión del imperialismo estadounidense en los países latinoamericanos, es por esto, que en el presente trabajo se intentará mirar retrospectivamente estos ciclos, para identificar en ellos hechos que se proyectan al presente teniendo en cuenta que no se trata de reproducir la historia a través de una sucesión de hechos, sino de cavilar en ella seleccionando aquello que parece seguir gravitando en la actual fase de acumulación de capital.

Teniendo a la vista los procesos históricos que le han dado forma al imperialismo de Estados Unidos, en la primera parte de esta ponencia se traerá a colación el debate teórico que sobre el concepto de imperialismo se ha generado. La segunda, tratará de presentar un bosquejo histórico del actual orden hegemónico de Estados Unidos y, la última, reflejará las condiciones actuales del imperialismo capitalista.

## El imperialismo: una aproximación teórica

En las siguientes líneas, trataré de poner sobre la mesa el concepto de imperialismo<sup>2</sup> para tener presente las distintas miradas teóricas que han contribuido al análisis de un proceso que ha permeado en las esferas económica, política, cultural y social de los países de América Latina, pero sobre todo, ver dicho concepto a la luz de los cambios ocurridos en los patrones de acumulación de capital.

El concepto ha sido retomado por teorías de signos distintos: liberal, siendo la primera la de John A. Hobson, socialista, socialdemócrata y la socialista revolucionaria, donde descollaron Rosa Luxemburgo, Nicolai Bujarin y Vladimir Lenin. En 1919, apareció la también liberal de Joseph Schumpeter (Ansaldi, 2008). Dentro de la teoría marxista el término imperialismo es usado invariablemente para describir una etapa especial al interior del desarrollo del sistema de producción capitalista. En contraste, otras corrientes como la de Kautsky y Hobson han hecho uso del mismo término para interpretar fenómenos sociales y económicos, no siempre relacionados con el capitalismo (López, 1981).

Una de las concepciones marxistas más destacadas sobre el imperialismo es la desarrollada por Lenin. El estudio de Lenin sobre el imperialismo publicado en 1917 fue un trabajo empírico sobre la situación

---

<sup>2</sup> La expresión imperialismo surgió en el Reino Unido hacia 1870 para designar originariamente a la política exterior del país impulsada por el primer ministro conservador Benjamín Disraeli. Su uso se generalizó en los medios políticos y periodísticos a partir de 1890, cuando surgieron los debates sobre la conquista colonial.

que prevalecía en algunos países avanzados en los albores de la Primera Guerra Mundial y cómo podía afectar el destino del movimiento socialista internacional. Siguiendo los planteamientos de Marx sobre la centralización del capital, observó que el proteccionismo de las nuevas naciones industriales de Estados Unidos y Europa estaba desplazando su posición monopólica interior a una posición similar en el exterior.

De esta manera, Lenin afirma que el imperialismo surgió como desarrollo y continuación directa de las propiedades fundamentales del capitalismo en general, es decir, es el capitalismo en la fase de desarrollo en que ha tomado cuerpo el dominio de los monopolios y del capital financiero, ha adquirido señalada importancia la exportación de capitales, ha empezado el reparto del mundo por los trusts internacionales y ha terminado el reparto de toda la tierra entre los países capitalistas más importantes (Lenin, 2005).

En general, algunos marxistas definen el imperialismo como necesidad para el capitalismo como resultado directo del proceso de acumulación, de las leyes inherentes al capital. En una fase determinada del desarrollo del capital, era el único medio que permitía al sistema prolongar su existencia. Es decir que era algo irreversible. La explicación del imperialismo como plasmación de la acumulación del capital es más clara en unos marxistas que en otros, pero todos ellos rechazaban las tesis de Hobson, Kautsky y otros que consideraban al imperialismo como una simple "política" escogida por el capitalismo o, más bien, por ciertos grupos que compaginaban sus intereses con el capitalismo.

Estas tesis venían lógicamente acompañadas de la idea de que se podía probar que el imperialismo era una mala política, costosa y a corto plazo, y que se podía convencer al menos a los sectores "ilustrados" de la burguesía que era mejor llevar a cabo una política generosa y no imperialista. Todo eso permitía el surgimiento de propuestas reformistas, pacifistas, con la intención de hacer al capitalismo menos brutal y agresivo. Kautsky llegó incluso a desarrollar la idea de que el capitalismo evolucionaba gradual y pacíficamente hacia una fase de

“ultraimperialismo”, que se fusionaría en un sólo y gran trust sin antagonismos (Houtart, 2005).

Sin embargo, podemos decir en sintonía con la perspectiva marxista que las relaciones imperialistas que se han establecido entre Estados Unidos y América Latina se encuentran lejos de significar relaciones tercas y pacíficas. Por el contrario, se han establecido a partir del dominio estadounidense que ha generado mecanismos de despojo y explotación sobre las naciones latinoamericanas, que se han visto atadas a formas concretas de relaciones de producción.

En este sentido, los cambios acaecidos en el sistema capitalista mundial en los últimos treinta años, desde el fin del boom de la posguerra, han llevado a una importante discusión teórica sobre la magnitud y las características de estos y sus consecuencias sobre las perspectivas trazadas por el pensamiento marxista revolucionario. Así, para muchos teóricos contemporáneos, la globalización de la producción capitalista y el mercado mundial, traen aparejados fundamentalmente una nueva situación y un giro histórico significativo. De esta manera, el pensamiento marxista al poner énfasis en los antagonismos derivados del imperialismo ilumina las contradicciones específicas que el sistema capitalista muestra en momentos determinados de su desarrollo histórico.

Tal es el caso de Toni Negri y Michael Hardt (2000). Ambos autores, refieren que hemos sido testigos de una irresistible e irreversible globalización de los intercambios económicos y culturales. Junto con el mercado global y los circuitos globales de producción ha emergido un nuevo orden, una nueva lógica y estructura de mando, una nueva forma de soberanía. El Imperio es el sujeto político que regula efectivamente estos cambios globales, el poder soberano que gobierna al mundo. Cabe destacar que Negri y Hardt, ven el imperialismo como una extensión de la soberanía de los Estados-nación más allá de sus fronteras, el Imperio, en contraste emerge del ocaso de la moderna soberanía y donde no se establece un centro territorial de poder.

Si bien la propuesta de estos autores nos permite observar la transformación de la geografía moderna imperialista y los propios procesos productivos dominantes, es preciso decir que otros teóricos asociados a la escuela de sociología histórica del sistema mundial, por el contrario, argumentan que desde su inicio el capitalismo siempre ha funcionado como una economía mundial y en consecuencia rechazan la novedad de la globalización como una incompreensión de la historia. Uno de los mejores exponentes de esta escuela es Giovanni Arrighi, que a mediados de los noventa ha publicado el libro "El largo siglo XX" donde expone estas posturas. Estas teorizaciones cuestionan desde presupuestos opuestos la definición clásica del imperialismo, formulada por Lenin y sostenida por los marxistas revolucionarios a lo largo del siglo XX (Chinggo y Dunga, 2012)

Uno de los autores contemporáneos más influyentes sobre lo que toca a imperialismo es David Harvey (2003). Él, parte de la necesidad de explicar cómo ha sobrevivido el capitalismo a pesar de sus diferentes crisis y reorganizaciones y encuentra que el capitalismo global ha experimentado un problema crónico y duradero de sobreacumulación, caracterizado por la volatilidad del capitalismo internacional en términos de una serie de ajustes espacio-temporales que han fracasado, incluso en el mediano plazo, para afrontar los problemas de sobreacumulación. A través de esta volatilidad, Estados Unidos buscó preservar su posición hegemónica en el capitalismo global.

Esto ha derivado en intentos de acumular mediante la desposesión que es lo que marcaría el imperialismo capitalista. Este es una fusión contradictoria de la política estado imperial (el imperialismo como proyecto político específico, propio de agentes cuyo poder se basa en el control sobre un territorio y la capacidad de movilizar sus recursos humanos y naturales con finalidades políticas, económicas y militares) con los procesos moleculares de acumulación de capital en el espacio y en el tiempo (el imperialismo como proceso político-económico difuso en el que lo primordial es el control sobre el capital y su uso) (Ibíd.).

El primer vector de la definición de imperialismo capitalista se refiere a las estrategias políticas, diplomáticas y militares empleadas por un Estado en defensa de sus intereses y para alcanzar sus objetivos en el conjunto del planeta. El segundo vector atiende a los flujos de poder económico que atraviesan un espacio continuo y, por ende, entidades territoriales mediante las prácticas cotidianas de la producción, el comercio, los movimientos de capital, las transferencias monetarias, la migración de la fuerza de trabajo, las transferencias tecnológicas, la especulación monetaria, los flujos de información, los estímulos culturales y otros procesos similares (Ibíd.).

En este sentido, podemos decir que el imperialismo capitalista de Estados Unidos ha estado imbricado con elementos relacionados con la producción, así como con los elementos socio-políticos e ideológicos para salvaguardar su hegemonía provocando en los países latinoamericanos una sobreacumulación que supone un excedente de trabajo (creciente desempleo), desestabilización, despojo y explotación de recursos naturales en momentos históricamente determinados.

## El viejo orden imperialista

A principios de la década de 1870 la gran mayoría de los países de América Latina llevaban ya casi medio siglo de vida independiente. Pero conforme se acercaba el final del siglo XIX, se fueron dando rápidas e importantes transformaciones, que significaron una mayor definición de los proyectos nacionales y al mismo tiempo una incorporación de los países y de la región en su conjunto a un sistema mundial cuyo eje era Europa Occidental, a la que luego se unió Estados Unidos, como centro de desarrollo del capitalismo predominante (Ayala y Posada, 2008).

Analizando uno de los hechos históricos de mayor trascendencia conexas con las relaciones entre los Estados Unidos y América Latina, podemos decir siguiendo a Montilla (1988) que la política estadounidense para el momento en que se desplomaba el imperio español, fue

la de no permitir que ninguna otra potencia europea la sustituyese en su rol colonizador para así, salvaguardar sus intereses vitales evitando que sus objetivos expansionistas hacia los territorios que habían sido posesión de España pudiesen truncarse. Dentro de esos intereses vitales se destacaba la redimensión de su territorio, extendiéndolo del Océano Atlántico al Pacífico, para lo cual era fundamental asegurarse la pertenencia de Florida y Texas.

Estados Unidos, incorporó a su agenda la discusión en torno al destino político y económico de las nacientes repúblicas iberoamericanas. Subordinarlas a sus intereses, desplazando de acuerdo a la óptica de Thomas Jefferson, la presencia de España y la Gran Bretaña del continente americano como algo que estaba en el curso manifiesto de los acontecimientos. Los bocetos expansionistas del presidente Jefferson, adquirieron y mejoraron su perfil en el curso de la historia (Montilla, 1988). De acuerdo con lo que señala Howard Zinn, en 1890 el sistema de beneficios, con su tendencia natural de expansión, ya había empezado a mirar a ultramar. La severa depresión que comenzó en 1893, fortaleció una idea que se estaba desarrollando en la élite política y financiera de Estados Unidos; que los mercados extranjeros para las mercancías estadounidenses, aliviarían el problema del bajo consumo del país y evitarían las crisis económicas que produjeron la lucha de clases en la década de 1890. La expansión ultramarina no era una idea nueva. Incluso antes de que la guerra con México llevara a Estados Unidos al Pacífico, la Doctrina Monroe miró hacia al sur, al Caribe y más allá. Poco después, algunos estadounidenses empezaron a pensar en el Pacífico: en Hawai, Japón y los grandes mercados de China. Pero hubo más que pensamientos. Una lista del departamento de Estado de 1962 muestra, entre 1798 y 1895, 103 intervenciones en los asuntos de otros países (Zinn, 1999).

Así, la segunda mitad del siglo XIX tiene, en América Latina, una historia económica, social y política de perfiles muy especiales, pues llegó a convertirse en el período de mayor exacerbación de las prác-



ticas imperialistas por parte de las potencias europeas, y de Estados Unidos en particular, para quienes el Caribe y América Central debían ser consideradas las áreas geopolíticas por excelencia, donde se dilucidarían algunas de las mayores tensiones en las líneas de fuerza diplomática, militar, económica y financiera del siglo siguiente, que se resolverán definitivamente con la Primera Guerra Mundial de 1914 a 1918 (Quesada, 2009). Es importante señalar que si bien sobre los países de América Latina se ha ido trazando una estrategia de dominación continental, no podemos omitir la responsabilidad de las clases dominantes de estos países.

La expansión imperialista, además, estuvo asociada a la necesidad de las economías centrales de continuar con la ampliación de los mercados donde colocar su producción excedente y, al mismo tiempo, en razón del impacto de las innovaciones tecnológicas producidas por la llamada Segunda Revolución Industrial en el proceso de producción, de proveerse materias primas fundamentales. Asimismo, la ideología expansionista estaba muy extendida en las altas esferas militares, políticas y financieras, e incluso entre algunos líderes de los movimientos agrarios que pensaban que los mercados extranjeros les ayudarían. La expansión por el extranjero podía ser especialmente atractiva y también parecía un acto de generosidad ayudar a un grupo insurgente a derrocar a un régimen extranjero, como en el caso de Cuba (Zinn, 1999).

El imperialismo del siglo XIX, también está vinculado a un ingrediente geoestratégico relacionado con la construcción de un canal o varios a través del istmo. La "economía canalera", si cabe el término, que bien puede ser considerada una forma de economía de enclave, al lado de la explotación minera y bananera, supone indefectiblemente el funcionamiento de una economía dentro de otra, con lo cual se obliga a la población que experimenta la utilización de su territorio nacional con tales fines, a fortalecer, ampliar y sostener el buen funcionamiento del canal (Cardoso y Brignoli, 1979).

Los estadounidenses, además, intentaron la vía diplomática para la conquista de América Latina. La estrategia elegida fue la de las Conferencias Panamericanas, el panamericanismo, impulsada por el secretario de Estado James Blaines desde 1881, aunque la primera pudo realizarse en Washington en 1889-1890, con la única ausencia de República Dominicana y Cuba, aún colonia española. En ella se acordó la creación de la Unión Internacional de las Repúblicas Americanas, con el fin de fomentar el comercio de Estados Unidos con América Latina. La propuesta de crear una Unión Aduanera encontró fuerte resistencia, con Argentina a la cabeza, entre los países latinoamericanos (Ibíd.)

En el caso de México, podemos decir siguiendo a García Cantú que de 1799 a 1918 se dan 285 acciones de agresión, antes de la Independencia y durante la República, que comprenden: planes de ocupación temprana de territorios novohispanos-mexicanos; expediciones armadas con milicias o aventureros; captura de goletas de bandera mexicana y prisión ilegal de sus tripulantes; sublevación de colonos anglos contra el gobierno con fines separatistas; secuestro y vejación de soldados acantonados en la frontera; actos de filibusterismo con la toma de poblados y el ingreso constante de tropas yanquis a territorio nacional; robo de ganado, saqueos y quemas de casas protegidos por autoridades de ese país; intervenciones diplomáticas con demandas inaceptables y violatorias de la soberanía; presencia de buques de guerra y desembarco de marines en varios puertos del Golfo y del Pacífico, etcétera, (García, citado en López y Rivas, 2011).

Así pues, todas estas acciones fueron realizadas en el marco del desarrollo del capitalismo estadounidense y su constitución como potencia imperialista. Los propósitos de las administraciones de Estados Unidos eran y siguen siendo dominar militarmente el continente, apoderarse de los recursos naturales de la región, mantener el control sobre las vías de transportación terrestre, fluvial y marítima y establecer líneas políticas afines a sus intereses para lo cual se valdrían de regímenes oligarcas constituidos por la naciente burguesía latinoamericana, por latifundistas, militares y sectores de la iglesia conservadora.

Por esto, entre 1870 y 1914 hubo intensas discusiones públicas en el seno de las economías capitalistas avanzadas sobre el problema del imperialismo, que en aquellos tiempos significaba específicamente la adquisición de posesiones coloniales. El significado del imperialismo se amplió mucho desde entonces. Generalmente el término ha sido utilizado para describir la red de medios de control ejercido por una economía sobre otra economía. El colonialismo es, pues, solo uno de tales medios cuya evidencia va decreciendo a medida que pasa el tiempo. Las empresas multinacionales y la ayuda extranjera son, algunos de los otros medios principales a través de los cuales se ejerce control (Wolff, et al, 1970). En las economías capitalistas avanzadas el control de una parte o de toda una economía extranjera es un objetivo de creciente importancia para las empresas oligopólicas y para los gobiernos de sus países. El control lo busca la empresa y/o el gobierno de su país para asegurarse la obtención de lo siguiente: materias primas y alimentos esenciales importados, mercados para sus exportaciones manufacturadas y oportunidades para la inversión de su capital (Ibíd.).

## **Imperialismo capitalista: un breve acercamiento**

En el siglo XX el imperialismo estadounidense y las oligarquías configuraron un aparato estatal burocrático para posibilitar su dominio y la reproducción del capital. Esto se amparó en un discurso que, puso de relieve el respeto a la democracia, a la institucionalidad, al orden establecido, al desarrollo económico; mientras por otro lado el Estado capitalista, como instrumento de la burguesía, principalmente, establecía los paradigmas, los sistemas y estrategias represivas para el control social, entendiéndose “por paradigma represivo el conjunto de doctrinas que estructuran la represión; por sistema, el conjunto de medios que la facilitan, y por estrategia el conjunto de pasos, fases y tácticas usadas en su práctica” (López y Rivas, 2012).

Actualmente, es posible observar un descomunal esfuerzo imperialista estadounidense por mantener su hegemonía militar para salva-

guarda de sus intereses económicos, corporativos y geoestratégicos en el mundo. David Vine (2012), en su artículo “La estrategia del nenúfar” informa sobre la transformación silenciosa que el Pentágono lleva a cabo de todo el sistema de bases militares fuera de territorio estadounidense, lo cual significa una nueva y peligrosa forma de guerra y el aumento de las más de mil bases militares estadounidenses en 150 países (a las que hay que sumar las 6 mil bases internas).

Acorde con Vine, los militares estadounidenses aumentan la creación de bases en todo el planeta, que ellos llaman nenúfares (esas hojas o plantas que flotan en la superficie de las aguas y que sirven a las ranas para saltar hacia su presa) y que consisten en “pequeñas instalaciones secretas e inaccesibles con una cantidad restringida de soldados, comodidades limitadas y armamento y suministros previamente asegurados. Semejantes bases nenúfares se han convertido en una parte crítica de una estrategia militar de Washington en desarrollo que apunta a mantener el dominio global de Estados Unidos, haciendo más con menos en un mundo cada vez más competitivo, cada vez más multipolar” (Ibíd.).

En lo que toca a América Latina, Vine señala que después de la expulsión de los militares de Panamá en 1999 y de Ecuador en 2009, el Pentágono ha creado o actualizado nuevas bases en Aruba y Curazao, Chile, Colombia, El Salvador y Perú. En otros sitios, el Pentágono ha financiado la creación de bases militares y policiales capaces de albergar fuerzas estadounidenses en Belice, Guatemala, Honduras, Nicaragua, Panamá, Costa Rica, y aun en Ecuador. En 2008, la armada reactivó su Cuarta Flota, inactiva desde 1950, para patrullar la región. Los militares pueden desear una base en Brasil y trataron infructuosamente de crear bases, supuestamente para ayuda humanitaria y de emergencia, en Paraguay y Argentina (Ibíd.).

Tal como lo señala Harvey, el viraje reciente hacia un imperialismo abierto respaldado por la fuerza militar estadounidense puede entenderse como un signo del debilitamiento de su hegemonía frente a las serias amenazas de recesión y devaluación generalizada en el país, que

contrasta con los diversos ataques de devaluación infligidos previamente en otros lugares (América Latina en los '80 y primeros años de los '90, y las crisis aún más serias que consumieron al Este y Sudeste asiático en 1997 y que luego hundieron a Rusia y parte de Latinoamérica). Pero también, la incapacidad de acumular a través de la reproducción ampliada sobre una base sustentable ha sido acompañada por crecientes intentos de acumular mediante la desposesión (Harvey, 2003).

Este imperialismo se define por la misma lógica que la del capitalismo. No solamente los Estados Unidos tienen el poder relativo económico mayor: (48% de las empresas transnacionales tienen su sede en los Estados Unidos), sino que el papel específico de este país es ejercer la hegemonía política y militar. Por eso, después de la caída de la Unión Soviética se definió un Nuevo Orden Mundial (palabras de George Bush padre), evidentemente dominado por los Estados Unidos. El antiguo canciller Kinsinger decía: "solo una potencia planetaria puede asegurar la paz". Evidentemente se trata de una paz equivalente a los intereses estadounidenses (Houtart, 2007).

Además, los esfuerzos por parte de Estados Unidos para afianzar su poder imperial, no sólo estriban en tácticas militares. También es preciso considerar las acciones que le han permitido consolidar su hegemonía a través de la acumulación por desposesión. En este sentido, para mantener el control Estados Unidos promovió recentrar el poder económico en el complejo Wall Street-Reserva Federal-FMI para asentar su hegemonía sobre las finanzas" modelando el dominio del capital financiero en todo el orbe. Este poder forzó la apertura de las economías, paso necesario para procesar la "acumulación por desposesión": Privatización de los recursos naturales, mercantilización de la cultura y la creatividad intelectual, privatizaciones de empresas estatales y reprivatización de los derechos ganados en luchas pasadas, succión de riquezas a través de la apropiación de superávits de los países endeudados, entre los más destacados. En América Latina, esta política se consumó con el saqueo de países enteros, como le sucedió a Argentina durante el gobierno de Carlos Menem (Harvey, 2003).

El equilibrio entre acumulación mediante desposesión y acumulación por expansión de la reproducción ya se ha roto a favor de la primera constituyéndose en emblema del nuevo imperialismo. En esta fase, el capitalismo conlleva prácticas caníbales así como depredadoras y fraudulentas. Pero es, como Luxemburgo señaló acertadamente, “difícil descubrir, de entre esa maraña de violencia política y demostraciones de fuerza, las inalterables leyes del proceso económico”. La acumulación mediante desposesión puede darse en una variedad de formas y hay mucho que es tanto contingente como fortuito en su *modus operandi*. Aun así es omnipresente en todas las etapas históricas y se agudiza en contextos de crisis de sobreacumulación y expansión de la producción, cuando parece que no hay salidas posibles excepto la devaluación (Ibíd.).

## Conclusión

A manera de conclusión, podemos decir que el imperialismo capitalista ha sentado bases favorables para generar y aumentar la riqueza de Estados Unidos. Las acciones emprendidas por este país para asegurar su hegemonía en el orden económico global, han significado efectos perversos a nivel político, diplomático, militar, económico y cultural entre los países de América Latina. Desde la proclamación de la Doctrina Monroe, Estados Unidos ha tenido como objetivo principal controlar los nuevos mercados de Latinoamérica independiente y cerrarlo a los comerciantes ingleses e intereses europeos (Moyano, et al, 2001).

En la medida en que Estados Unidos volvía a definir sus relaciones con latinoamericana, esa ideología adquiriría nuevas connotaciones, es decir, que esta doctrina le ha permitido a Estados Unidos imponer sus intereses económicos y políticos en América Latina, convirtiéndose en una doctrina de dominación desde finales del siglo XIX. Para los países de América Latina, la naturaleza de sus relaciones con Estados Unidos se torna un problema cada vez más importante. Tal como lo señala Waldo Ansaldi, (2002) el imperialismo ha constituido un sistema mundial con países centrales y países periféricos que, a su vez, constituyeron si-

tuaciones de dependencia caracterizadas por relaciones de dominación económica, que permiten la transferencia del excedente generado en tales países a los centrales. Sus efectos no sólo afectaron la economía sino también las estructuras sociales.

Cabe apuntar que si bien el imperialismo capitalista estadounidense se ha ocupado del control de los recursos naturales, en particular energéticos y del despojo y explotación de América Latina con el fin de acelerar la acumulación del capital (Houtart, 2007), es posible observar que la estructura imperial no es un todo aplastante que impide la acción de todos los países latinoamericanos. Tal es el caso de Bolivia, que ha sido en los últimos años una arena de confrontación entre la élite neoliberal apoyada por Estados Unidos y los campesinos, obreros, etc que quieren recobrar el control de sus fuentes energéticas.

En Venezuela, los intentos apoyados por Estados Unidos para derrocar violentamente por medio de sicarios locales al régimen democráticamente elegido del Presidente Hugo Chávez fueron derrotados dos veces por una alianza de pobres urbanos y sectores del ejército constitucionalista. Como resultado Chávez ha "renacionalizado" la compañía estatal del petróleo, reasignando sus ganancias desde las inversiones exteriores a proyectos sociales locales para sanidad, educación, viviendas económicas para los pobres y reforma agraria para los campesinos sin tierra. En Argentina un levantamiento de masas populares en diciembre de 2001 y la movilización urbana a lo largo de 2002-2003 han llevado a la acusada reducción de los pagos de deuda, una bajada del precio de la electricidad, gas y otras utilidades y el principio de la reforma del corrupto y represivo Estado dejado por la dictadura militar y los venales regímenes civiles neoliberales de Menem, De La Rúa y Duhalde.

La resistencia de estos países latinoamericanos al imperialismo capitalista nos lleva a imaginar una estructura imperial con fisuras que ponen al descubierto las debilidades de la hegemonía de Estados Unidos en el orden global y a preguntarnos cuáles serán las acciones de aquel país para mantener el control al interior del sistema capitalista.

## REFERENCIAS

- ANSALDI, W El Imperialismo en América Latina. En: AYALA MORA, Enrique y POSADA-CARBÓ, Eduardo. **Historia General de América Latina**. Volumen VII. Los proyectos nacionales latinoamericanos: sus instrumentos y articulación, 1870-1930. París: Trotta/UNESCO, 2008.
- AYALA MORA, Enrique y POSADA-CARBÓ, Eduardo. Introducción. En: AYALA MORA, Enrique y POSADA-CARBÓ, Eduardo. **Historia General de América Latina**. Volumen VII. Los proyectos nacionales latinoamericanos: sus instrumentos y articulación, 1870-1930. París: Trotta/UNESCO, 2008.
- BULMER THOMAS, Víctor. **La Historia Económica de América Latina desde la Independencia**. México: FCE, 2000.
- CARDOSO, Ciro F.S y BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Historia económica de América Latina**. Barcelona: Crítica, 1979.
- CHINGO, Juan y DUNGA, Gustavo. "¿Imperio o imperialismo? Una polémica con "El largo siglo XX" de Giovanni Arrighi e "Imperio" de Toni Negri y Michael Hardt". En: **Armas de la crítica desde el marxismo**, 2012. Recuperado el 07 de diciembre de 2012, del sitio Web: <http://armasdelacritica.org.mx/?p=2330>.
- COTLER, Julio C y FAGEN, Richard R. (Comps). **Relaciones Políticas entre América Latina y Estados Unidos**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1974.
- HARDT, Michael y NEGRI, Toni (Eduardo Sadier, Trad.). **Imperio**. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 2000. Recuperado el 20 de mayo de 2013, del sitio Web <http://www.chilevive.cl>.
- HARVEY, David. **Relaciones Políticas entre América Latina y Estados Unidos**. El nuevo imperialismo. Madrid: Akal Ediciones, 2003.
- HOUTART, François. "Los aspectos actuales del imperialismo". En **Pañuelos en Rebeldía**. Equipo de Educación popular. 2007, Junio. Recuperado el 9 de diciembre de 2012, del sitio Web <http://www.panuelosenrebeldia.com.ar/content/view/387/123/>.



LENIN, V.I. (2005). **El Imperialismo Fase Superior del Capitalismo**. México: Ediciones Quinto Sol. (Trabajo original publicado en 1917).

LÓPEZ GARNICA, Martín Moisés. "Los orígenes del imperio norteamericano (1870-1900)". En **Iztapalapa. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**. 2 (4). México, D.F., 1981, Enero-Junio.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. "Coordenadas históricas del intervencionismo de EU en México". En **La Jornada**, 2011, 15 de abril.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. "Cambios en la estrategia militar de Estados Unidos". En **La Jornada**, 2012, 3 de agosto.

MONTILLA SALDIVA, Antonio. (1988). **Estados Unidos, América Latina y el Caribe: continuidad histórica de una política de dominación**. Caracas: Universidad Central de Venezuela.

QUESADA MONGE, Rodrigo. **El imperialismo histórico**. La acumulación por despojo (1850-1898), posteadado por radioinformaremosmexico, 2009, 25 de noviembre.

TOSCANO Segovia, Dax. "El imperialismo estadounidense contra América Latina". Recuperado el 22 de junio de 2013, del sitio Web de **Rebelión**, s/d: [www.rebelion.org/noticia.php?id=3066](http://www.rebelion.org/noticia.php?id=3066).

VINE, David (Germán Leyens, Trad.). "La estrategia del nenúfar". Recuperado el 30 de mayo de 2013, del sitio Web de **Rebelión**, 2012: <http://rebelion.org/noticia.php?id=153172>

WOLFF, Richard. **Imperialismo Moderno: el panorama desde la metrópoli**. Ediciones Periferia. Colección Estados Unidos y América Latina, 1970.

ZINN, Howard. **La otra historia de Estados Unidos (desde 1492 hasta hoy)**. México. Editores Siglo XXI, 1999.



# BALANÇO DA LITERATURA SOBRE O GOVERNO LULA (2003-2010): Os elementos de continuidade entre os governos de Cardoso e Lula

Julia Gomes e Souza<sup>1</sup>

## Introdução

As novidades, os limites, as contradições do governo do Partido dos Trabalhadores e do presidente Luís Inácio Lula da Silva entre os anos de 2003 e 2010, formado a partir de uma grande coalizão de partidos políticos, fazem do mesmo um objeto de análise muito rico em suas múltiplas determinações no processo político brasileiro.

A ascensão de Lula e do PT à Presidência da República do Brasil não é apenas uma resposta ao governo de Fernando Henrique Cardoso. A ascensão de Lula é uma expressão de um processo muito mais amplo que se estendeu pelo conjunto da América Latina. São os chamados “novos” governos latino-americanos, a exemplo de Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equa-

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisadora do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), membro do conselho editorial da revista Lutas & Resistências (Universidade Estadual de Londrina) e da Lutas Sociais (PUC-SP). E-mail: sjuliagomes@gmail.com.

dor e Cristina Kirchner na Argentina. E, é justamente a concepção de que esses governos trazem algo de “novo” para o cenário político latino-americano que os faz objeto de investigação valioso em suas múltiplas dimensões.

A vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002 foi produto das contradições no interior do modelo capitalista neoliberal no Brasil. A estagnação econômica, a crise de representação das democracias burguesas e o entendimento técnico dos campos econômico e político, são expressões dessas contradições.

E, essas contradições do modelo neoliberal acabaram por engendrar um esgotamento de pensar a política no interior do modelo, deixando em aberto o campo de disputa para que “novas” alternativas se apresentassem no cenário político da América Latina. A vitória de Lula em 2002 foi potencializada em grande medida pelo empresariado brasileiro, pois o mesmo acreditava que o ex-operário seria a melhor opção para lidar com a crise econômica e política que aconteceu na Argentina entre 2001 e 2002<sup>2</sup>, que afetava diretamente a econômica brasileira e de toda a região.

A candidatura do PT em 2002, encabeçada por Lula, foi abraçada por alguns na tentativa de que o país pudesse trilhar um novo caminho, em direção oposta aos ditames do modelo capitalista neoliberal e dos órgãos decisórios da econômica mundial, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Banco Mundial. A aposta e a esperança de parte dos movimentos sociais organizados, do movimento sindical e do movimento estudantil no Brasil e no mundo era que o governo pudesse alterar as relações entre capital e trabalho até então vigentes no Brasil, adotando políticas que melhorassem substancialmente a vida da classe trabalhadora em detrimento dos lucros

---

<sup>2</sup> Essa crise ficou mais conhecida como o “argentinaço”, uma série de revoltas populares que causaram a instabilidade do sistema político argentino e a troca de cinco presidentes no período de uma semana. Tratou-se de um movimento de contestação aos ditames do modelo capitalista neoliberal no país.

do capital financeiro nacional e internacional. No entanto, como diz Plínio de Arruda Sampaio Jr., as esperanças não vingaram<sup>3</sup>.

A “hipótese” de hegemonia neoliberal durante o governo Lula pode ser problematizada a partir dos seguintes elementos: a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários (Boito Jr., 2003, p. 10).

Por outro prisma, durante o governo Lula, tivemos algumas inflexões, a saber: a recuperação do salário mínimo, a criação de milhões de empregos formais, a incorporação de milhões de famílias ao consumo, a recuperação do salário médio (ainda que essa recuperação tenha sido lentíssima) e apresentou uma taxa de crescimento médio anual de 4%, ultrapassando a média mundial que no período foi de 3,2%. Esta é mais uma leitura sobre o governo Lula, no entanto, não é nosso objetivo problematizá-la nessa reflexão.

O objetivo deste artigo, a partir de uma perspectiva de análise comparativa, é conhecer e problematizar os elementos de continuidade entre os governos de Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010). A relação de continuidade entre esses governos tem como pressuposto a política econômica adotada no segundo mandato de FHC (1999-2002), onde após a crise cambial de 1999 adotou-se uma política de balança comercial superavitária. Esse foi o embrião da política de exportação que foi implementada em seguida pelo governo Lula.

---

<sup>3</sup> Sampaio Jr., P. A. *Brasil: as esperanças não vingaram*. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar//ar/libros/osal/osal18/AC18Sampaio.pdf>. Acesso: maio de 2013.

## O caráter neoliberal do governo Lula: a perspectiva de continuidade entre os governos de Cardoso e Lula

### *Modelo econômico e especialização da econômica brasileira*

Apontando uma ideia de continuidade entre os governos de Cardoso e Lula e, portanto, destacando o caráter neoliberal desse segundo governo, Reinaldo Carcanholo (2006) aponta que o governo do ex-líder sindical logrou consolidar o projeto neoliberal, estabelecendo uma unidade mais orgânica na burguesia brasileira em torno do projeto, ao incorporar setores da pequena e média burguesia e interesses de setores produtivos dentro do projeto, algo que o governo de FHC não conseguiu ou não tinha interesse em realizar.

Segundo Carcanholo, em *Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*, o projeto neoliberal no Brasil se expressa a partir de várias mudanças. As mudanças tributárias e no campo da seguridade social mostraram-se absolutamente insatisfatórias desde o ponto de vista dos movimentos populares. O governo Lula conseguiu modificar a seguridade social dos servidores públicos, criando os fundos privados de pensão e os colocando sob direção de ex-trabalhadores operários e banqueiros.

Este autor ainda destaca que continua a hegemonia do capital financeiro, agora fortalecido com a inclusão dos interesses do grande capital produtivo no segundo governo de FHC e no governo de Lula. Esta afirmação explica a nossa hipótese de ascensão da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder no Brasil sob o governo Lula.

Continuando nessa mesma linha, Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2006) em *Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*, sustenta que o continuísmo da política econômica e a filosofia das políticas sociais significou um aprofundamento brutal do neoliberalismo. A tese de Plínio Jr. é de que o governo Lula

acelerou o processo de reversão neocolonial que está em curso no Brasil há algumas décadas. Isso significa dizer que a política econômica do governo do ex-operário aprofundou a reprimarização do sistema produtivo da economia brasileira e, conseqüentemente, acelerou a desindustrialização através do aprofundamento de uma política de produção e exportação de produtos com baixa densidade tecnológica.

Há uma política industrial, mesmo com muitos limites, e há uma maior participação do capital produtivo, mas tudo está subordinado aos limites estruturais impostos por uma política econômica conservadora que legitima e aprofunda o lugar de subalternidade da economia brasileira na divisão internacional do trabalho de produção e exportação de produtos com baixo valor tecnológico agregado, as denominadas commodities (mercadorias). Isto significa dizer que o governo não procurou se chocar com a hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional, mas pelo contrário, reforçou o papel historicamente desempenhado pela economia brasileira de exportação de produtos primários, típico de uma economia colonial.

Sobre o caráter neoliberal do governo Lula, o professor de economia da Unicamp destaca que os eixos fundamentais da política econômica foram todos radicalizados. O governo subordina todas as suas ações à necessidade de gerar mega saldos comerciais para o pagamento da dívida externa; produzir gigantescos superávits fiscais para alimentar os rentistas do Estado; e abrir novas frentes de negócios para o grande capital.

A reforma da previdência, as mudanças tributárias, a lei de associação público-privada, a reforma sindical, a medida política de dar autonomia ao presidente do Banco Central do Brasil demonstram a ofensiva do capital sobre o trabalho. No plano produtivo,

Lula profundizó la opción preferencial por los agronegocios. La política agrícola está voltada a beneficiar a los grandes monopolios para exportación. En el campo, el gobierno de Lula privilegia lo monocultivo en gran escala, basada el na explotación de mano de obra batara y la depredación del

medio ambiente. [...] La prioridad dada al agronegocio contrasta com la absoluta ausencia de uma política industrial (Plínio Jr., 2006, p.37).

As constatações de Plínio Jr. e Carcanholo nos ajudam a traçar as linhas de continuidade entre os governos Cardoso e Lula, que se expressam na manutenção das políticas de privatização, na desregulamentação financeira, no ajuste fiscal e na preferência pelo capital financeiro nacional e internacional. Tais constatações nos permitem problematizar a nossa hipótese de hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional no interior do bloco no poder.

Carcanholo aponta que o governo Lula logrou incorporar interesses de setores produtivos dentro do projeto, o que explica o segundo momento da nossa hipótese que diz respeito à ascensão da grande burguesia interna.

A ideia de reversão neocolonial de Plínio Jr. nos permite problematizar o processo histórico de reprimarização e desindustrialização da econômica brasileira, que é aprofundado sob o governo Lula com a manutenção e radicalização da política de produção e exportação de produtos com baixo valor tecnológico agregado, o que permitia sucessivos saldos positivos na balança comercial do país, tendo em vista a forte demanda por commodities e sua alta cotação no mercado mundial. Essa opção política de produzir sucessivos saldos na balança comercial do país tem seu embrião no segundo governo Cardoso (1999-2002) após a crise cambial de 1999, e é mantida e radicalizada pelo governo Lula com o objetivo de pagar os crescentes juros da dívida pública aos rentistas do capital financeiro.

## **A formação de uma nova classe social: as convergências programáticas entre PT e PSDB**

O sociólogo Francisco de Oliveira foi um dos primeiros analistas a fazer uma reflexão séria sobre o governo Lula. Considerado como



um dos principais fundadores do PT, rompe com o mesmo no início de 2003. Este intelectual, que há muito tempo acompanha a história do PT e a própria trajetória de Lula desde um ponto de vista crítico acadêmica e politicamente, faz o esforço de pensar o que é esse governo e o que ele representa para a classe trabalhadora no Brasil.

Em *O momento Lênin* (2006), Oliveira afirma que a eleição de Lula era uma virtualidade na conjuntura de indeterminação criada pelo turbilhão da desregulamentação do período FHC, caracterizada pela suspensão das relações entre economia e política, entre classes e representação, com as fortes mudanças do último decênio, sobredeterminadas pela intensa exposição à globalização do capital.

Uma das questões políticas de fundo que Oliveira levanta em relação ao governo Lula é: esse governo saiu do labirinto do neoliberalismo? Para ele, Lula recompôs o sistema político que o turbilhão combinado da desregulamentação de FHC e da globalização que havia implodido. A “Carta ao Povo Brasileiro”<sup>4</sup> anunciou e garantiu que os contratos seriam respeitados, e o conservadorismo da política econômica justificou-se com o argumento de não promover rupturas que desestabilizassem a economia e o governo.

Para Oliveira, apesar do PT ter sido um partido forjado diretamente do movimento sindical, o centro de gravidade do governo Lula está diretamente ligado aos processos de financeirização do capitalismo no Brasil. Essa contradição, segundo este autor, foi explorada em *O ornitorrinco*. Trata-se da formação de uma nova classe social, cujo lugar no sistema é definido pela função que ocupa no acesso aos fundos públicos.

---

<sup>4</sup> Documento elaborado pelos principais líderes do PT, em São Paulo, que se constituiu num recado claro ao empresariado, às instituições policiais do capital financeiro, FMI, BIRD, BID e OMC, às grandes empresas e às grandes potências capitalistas: o governo Lula não romperia contratos. Confirmou-se na nomeação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que já estava carimbado devidamente na organização da transição como o mais novo converso ao neoliberalismo, e na indicação do presidente do Banco Central, o ex-presidente do *Bank Boston*, Henrique Meirelles. E, é por isso, que essa carta também ficou conhecida como “Carta aos banqueiros”, pois teve como objetivo tranquilizar os agentes do capital financeiro nacional e internacional.

No livro *Crítica à razão dualista – o ornitorrinco*, Oliveira (2003), já no primeiro ano do governo Lula, faz um reflexão muito ousada no sentido de apontar a existência de uma nova classe social no Brasil. Segundo este autor, essa nova classe social é resultado das convergências programáticas entre PT e PSDB, onde o governo de Lula radicaliza o programa de FHC. Nas próprias palavras de Oliveira,

não se trata de equívoco, nem de tomada de empréstimo de programa, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas doublés de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT (Oliveira, 2003, p. 35).

Oliveira argumenta ainda que a nova classe tem unidade de objetivos, formou-se a partir do consenso ideológico sobre a nova função do Estado, trabalha no interior dos controles de fundos estatais e semiestatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro.

Em *Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento*, Oliveira (2007) argumenta que se vive um momento de indeterminação na atual conjuntura política brasileira, especialmente sob o governo Lula. Ele coloca a questão nos seguintes termos:

As conseqüências para a política não poderiam ser mais devastadoras. A relação entre classe, interesses e representação foi para o espaço; a possibilidade da formação de consensos tornou-se uma quimera, mas, num sentido intensamente dramático, isso não é o anúncio do dissenso e não gera política. As relações são difusas e indeterminadas (Oliveira, 2007, p. 38).

Oliveira é taxativo quanto ao caráter neoliberal do governo Lula, especialmente quando faz suas considerações sobre a manutenção da política econômica conservadora herdada do governo Cardoso, que consolidou e aprofundou o modelo capitalista neoliberal no Brasil; e isto nos ajuda a compreender, assim como nas análises de Carcanholo

e Sampaio Jr., as relações de continuidade entre o governo Cardoso e o governo Lula.

Ademais, a novidade mesmo da análise de Oliveira é sua elaboração sobre a existência de uma nova classe social no Brasil sob o governo Lula. Para ele, o que define essa nova classe é o acesso e controle dos fundos de pensão públicos, espaço de disputa e consenso entre tucanos e petistas.

Para nós, a existência dessa nova classe não se justifica, uma vez que, do ponto de vista marxiano ela seria uma “anomalia”, pois as classes sociais se constituem a partir das relações sociais de produção e não no mercado.

Dessa forma, não se trata de uma nova classe social, mas de um processo de cooptação das principais lideranças sindicais e estatização das suas centrais, com vistas ao estabelecimento do consenso em torno de um projeto que, na prática, não alterou a relação entre capital e trabalho.

## **O Brasil capital-imperialista e o processo de transnacionalização e internacionalização da burguesia brasileira**

Virgínia Fontes (2010), em seu texto O Brasil capital-imperialista, aponta algumas manifestações do processo que ela denomina de fuga para frente capital-imperialista das burguesias brasileiras. Tal processo, por sua vez, não surge durante o governo Lula. O terceiro movimento de fuga para frente e adequação burguesa ao formato capital imperialista contemporâneo se iniciou de maneira hesitante em finais da década de 1970, aprofundou-se nos anos 1980 para encontrar sua formatação política mais explícita a partir da década de 1990.

Fontes aponta que houve uma inflexão expressiva a partir da década de 1980, quando cresceu a exportação de capitais voltados para a

extração de mais valor no exterior (investimentos diretos brasileiros no exterior) ao lado das exportações de mercadorias e commodities. Nesse momento, ocorria uma mudança qualitativa importante, em três direções.

A primeira, a de assenhorear-se de fontes de matérias primas nos demais países do continente. Na segunda, e que parece a mais indicativa, socialmente, da modificação em curso, trata-se da exploração da força de trabalho em outros países. Em terceiro lugar, essa expansão capital-imperialista favorece as políticas de alívio por gotejamento a determinadas pressões sociais internas, assim como se constitui em novo fator ufanista e obscurecedor das relações de exploração reais, internas e externas.

Um dado importante diz respeito ao fato de o processo de exportações de capitais brasileiros e de transnacionalização de empresas está especialmente voltado para os países da América do Sul. Para se ter uma ideia em termos de números, segundo Informe Mercusor nº 12, do BID-INTAL, 2006-2007, a totalidade dos investimentos no exterior dos países do Mercosul alcançou a soma de US\$ 30,3 bilhões, dos quais 93% eram originados no Brasil.

A atuação das transnacionais brasileiras, na América do Sul, está presente no Uruguai, Argentina, Peru, Equador, Paraguai, Bolívia, Colômbia e Chile.

No Uruguai, destaca-se a atuação da JBS-Friboi, que juntamente com a Marfrig e a Bertin, controlavam um terço da produção uruguaia de carne bovina. A Marfrig e a Bertin foram, posteriormente, reunidas na JBS-Friboi. Em 2007, 81% das receitas dessa transnacional foram geradas pela sua atuação no exterior, assim como 64,6% dos empregos criados por essa empresa foram no exterior. Sendo, em 2007, de acordo com ranking promovido pela revista Valor Econômico e a Sobett, a empresa brasileira mais internacionalizada.

Na Argentina, a Petrobras comprou a Pecom, passando ao segundo grupo econômico no setor de petróleo de gás. A Camargo Correia comprou a maior fábrica de cimento do país, a Loma Negra. A Fri-

boi comprou as unidades da Swift na Argentina e a norte-americana Pilgrim's Pride, tornando-se o maior polo frigorífico do mundo.

No Equador, a Odebrecht participa de grandes empreendimentos desde 1987. Em 2007, 70,4% das receitas da Construtora Odebrecht foram advindas da sua atuação no exterior, se constituindo na segunda transnacional brasileira mais internacionalizada. As grandes empresas construtoras brasileiras – Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corêa, Mendes Júnior, Queiroz Galvão – iniciaram seu processo de transnacionalização na década de 1970, com forte apoio governamental, ainda sob a ditadura.

A Coteminas – a empresa transnacional brasileira mais internacionalizada, com 85,7% das suas receitas, em 2007, garantida pela sua presença no exterior – realizou uma fusão com a americana Springs em 2006, mantendo o controle da Spring Global com 58,95% de seu capital. Tornou-se a maior fabricante de cama, mesa e banho do mundo, detendo 7% do mercado mundial, concentrado nas Américas. A Coteminas está presente nos Estados Unidos, México, Argentina e Brasil.

Cabe destacar o peso da política governamental, que vem se transformado numa política de Estado, através do BNDES, no financiamento das transnacionais brasileiras. A política governamental de financiamento das empresas brasileiras no exterior pelo BNDES remonta ao governo Sarney, passando pelo governo Collor. No final do governo Cardoso realizou-se uma reforma nos estatutos do BNDES de forma a permitir o financiamento a operações de capital brasileiro no exterior. Posteriormente, no governo Lula, em 2005, esse processo foi aprofundado com a implementação de uma linha de crédito nesse banco para a internacionalização de empresas brasileiras.

A conversão do BNDES em alavanca para a transnacionalização de empresas brasileiras é parte essencial da política de Estado que procura aprofundar o processo de internacionalização das burguesias brasileiras. Além da compra de diversas empresas estrangeiras por empresas de origem brasileira (através de operações financeiras conhecidas como

fusões), ocorreu intensa emigração brasileira com compra de terras na Bolívia e no Paraguai para plantação de soja e café.

O assenhoreamento de fontes de matérias primas, a exploração da força de trabalho em outros países e o favorecimento a políticas de alívio por gotejamento, são características dessa expansão capital-imperialista do Brasil. Segundo Fontes, trata-se de um processo em andamento e cujas transformações internas e no conjunto do subcontinente já envolvem o conjunto da vida social.

A caracterização do Brasil como um país capital-imperialista nos permite identificar o processo de transnacionalização e internacionalização das burguesias brasileiras – marcado essencialmente pela exploração de fontes de matérias primas e exploração da força de trabalho em outros países – com forte apoio de uma política de Estado específica, que tem no papel desempenhado pelo BNDES o seu principal fator de expansão.

Além do mais, a análise feita por Fontes do processo de transnacionalização das empresas brasileiras nos permite identificar que as mesmas, em sua grande maioria, são caracteristicamente produtoras de produtos de baixa intensidade tecnológica. Tais empresas estão voltadas para a produção de mercadorias e commodities de minério de ferro e petróleo e alimentos, além da forte presença das construtoras. Esse fato reforça o argumento já apresentado de reprimarização e desindustrialização da econômica brasileira.

O que nós estamos nos propondo a estudar é a relação dessa e de outras frações de classe da burguesia com o Estado no interior do bloco no poder no Brasil durante o governo Lula. O objetivo é conhecer essas relações para depois problematizar sobre a existência ou não de um novo bloco no poder sob o governo Lula.

Ademais, o entendimento da historiadora da Universidade Federal Fluminense sobre o Brasil como um país capital-imperialista precisa ser contrastado com a concepção de subimperialismo desenvolvida por Ruy Mauro Marini. Na verdade, uma argumentação não anula a outra,

uma vez que a própria Fontes parte das contribuições de Marini. Fontes, por sua vez, procura destacar os elementos internos que impulsionam a atuação do Brasil como um país capital-imperialista.

Essa formulação encontra limites, pois por mais que exista um processo de internacionalização da burguesia brasileira (que ela está denominando de capital-imperialista), ele se dá no marco de uma atuação ainda ditada fortemente pelas “orientações” políticas dos organismos financeiros internacionais, além de não questionar a posição subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho, pois as empresas transnacionais mantêm o padrão de especialização da economia brasileira e, portanto, a sua subordinação financeira e tecnológica aos países capitalistas desenvolvidos.

Destacando os aspectos de continuidade entre os governos de Cardoso e Lula, Fontes nos ajuda a entender que o governo do PT aprofundou o processo de transnacionalização e internacionalização da burguesia brasileira, institucionalizando uma política de expansão dessa burguesia através do financiamento via BNDES.

Ademais, gostaríamos de fazer alguns apontamentos sobre os argumentos levantados por Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves e Valério Arcary, respectivamente.

Em primeiro lugar, falaremos sobre o bom desempenho da economia brasileira no período 2003-2006, favorecido por um contexto internacional onde o conjunto da economia mundial cresceu de forma expressiva. Por último, em segundo lugar, a partir das contribuições de Valério Arcary, discutiremos sobre a nova classe média e a mobilidade social no Brasil.

## **Conjuntura internacional, vulnerabilidade externa e modelo econômico**

Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves (2007), em A economia política do governo Lula, tomam como ponto de partida da análise que

a conjuntura internacional tem sido particularmente favorável desde 2003. Ou seja, o governo Lula teria sido beneficiário de um ciclo de expansão da economia mundial durante o período 2003-2006. A situação econômica internacional foi muito favorável em todas as esferas das relações econômicas internacionais, ou seja, nas esferas comercial, produtivo-real, tecnológica e monetário-financeira.

Através de um conjunto de dados empíricos, que abarcam as esferas já mencionadas, os autores nos apresentam um quadro sistemático a respeito da evolução da economia mundial. E, como veremos, o Brasil, como todos os outros países, foi beneficiado por esse pequeno ciclo de crescimento econômico. Uma conjuntura econômica tão favorável já ocorreu em outros momentos históricos: segunda metade da década de 1920; segunda metade da década de 1930; Segunda Guerra Mundial; início da década de 1950 até o final da de 1970; e de meados da década de 1990 até 2006.

Importante destacar que crescimento cíclico é algo inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e que depois de um ciclo de expansão da economia mundial sempre vem um período de crise. E, mais uma vez se confirmou tal fato. Posteriormente ao período 2003-2006, nos deparamos com uma crise do sistema capitalista mundial em 2008, que se manifestou inicialmente no sistema financeiro dos Estados Unidos com a crise das subprimes (Lima, 2009), e depois teve seus efeitos em todos os setores da economia estadunidense e, posteriormente, no conjunto da economia mundial.

Durante o primeiro governo de Lula (2003-2006) a taxa média de crescimento real da renda mundial foi de 4,9%, superando a taxa secular de crescimento da renda mundial – taxa média no período 1890-2006 – que é de 3,2% e no mesmo período a mediana das taxas de crescimento anual é 3,8%. Portanto, na esfera produtivo-real, a economia mundial teve, no período 2003-2006, um desempenho muito superior à sua média e mediana desde 1890. Ou seja, o contexto internacional foi muito favorável: no período 2003-2006, a taxa de crescimento econômico real foi 50% maior do que a média histórica.



Quando levamos em consideração a ampliação da capacidade produtiva, também fica evidente o dinamismo da esfera produtivo-real. O crescimento é substantivo na medida em que a taxa de investimento na economia mundial cresceu continuamente a partir de 2003. Esta taxa aumenta de 20,8% em 2002 para 22,8% em 2006.

Uma das causas que explicam esse ciclo de expansão da economia mundial refere-se ao dinamismo das “locomotivas” no sistema econômico internacional, a saber, Estados Unidos e China<sup>5</sup>.

Na esfera comercial, essa fase ascendente do ciclo da economia mundial caracteriza-se pelo crescimento do volume de comércio exterior e pela elevação dos preços internacionais. A pressão dos preços internacionais não pode ser considerada desprezível, especialmente no caso do petróleo e de outras commodities. No período de 2003-2006 o petróleo acumula elevação de preços superior a 150%, enquanto as outras commodities acumulam aumentos de preços de 80%.

O legado histórico de um modelo produtivo que não se desvincula da sua característica de produção e exportação de produtos primários, a necessidade de produzir sucessivos saldos positivos na balança comercial, a forte demanda por produtos primários de países como China e Estados Unidos e o aumento dos preços internacionais das commodities, fizeram o governo Lula dar continuidade ao modelo produtivo do governo de FHC e, em alguns aspectos, radicalizá-lo – por exemplo, a necessidade de produzir sucessivos saldos positivos na balança comercial, taxa de juros real alta, sobrevalorização da taxa de câmbio.

---

<sup>5</sup> O “efeito locomotiva” dos Estados Unidos se transmite internacionalmente por meio do déficit das contas de transações correntes do balanço de pagamentos do país. Esse déficit aumentou continuamente, de US\$ 472 bilhões em 2002 para US\$ 857 bilhões em 2006. O “efeito locomotiva” da China decorre, fundamentalmente, da sua “velocidade” e do seu crescente peso relativo na economia mundial. A expansão do comércio mundial é, ao mesmo tempo, causa e consequência da expansão da produção. O crescimento da demanda por importações, principalmente, dos Estados Unidos e da China, tem sido importante fonte de expansão das exportações e, portanto, da renda em escala global (Filgueiras; Gonçalves, 2007, p.39-40).

Na esfera monetário-financeira, teve-se uma conjuntura financeira internacional especialmente favorável para os países em desenvolvimento que têm problemas estruturais de vulnerabilidade externa. Segundo os dados citados por Filgueiras e Gonçalves, a melhora dos indicadores de vulnerabilidade financeira externa é generalizada e continua ao longo do período 2003-2006. O saldo da conta corrente do balanço de pagamentos desses países aumenta de US\$ 77 bilhões em 2002 para US\$ 544 bilhões em 2006. O aumento do saldo global das contas externas permitiu que as reservas internacionais desses países praticamente triplicassem, passando de US\$ 1.075 bilhões em 2002 para US\$ 3.019 bilhões em 2006. Os indicadores relativos também apontam para a redução da vulnerabilidade financeira conjuntural dos países em desenvolvimento.

Por fim, na esfera tecnológica, o progresso técnico, ancorado nas indústrias de informática e telecomunicações, continua a ser fator determinante na trajetória de crescimento de longo prazo da economia mundial. Os indicadores utilizados são aplicações em patentes, pagamentos de royalties e licenças, e gastos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Mesmo sendo beneficiário dessa conjuntura internacional substancialmente favorável, que permitiu ao país um crescimento econômico expressivo e uma maior inserção no sistema econômico internacional, o governo Lula não conseguiu diminuir a vulnerabilidade externa<sup>6</sup> e a

---

<sup>6</sup> *Vulnerabilidade externa* é a capacidade de resistências a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos. *Vulnerabilidade externa estrutural* é determinada pelas opções e custos do processo de ajuste externo. A vulnerabilidade externa conjuntural depende positivamente das opções disponíveis e negativamente dos custos do ajuste externo. Ela é, essencialmente, um fenômeno de curto prazo. *Vulnerabilidade externa estrutural* decorre das mudanças relativas ao padrão de comércio, da eficiência do aparelho produtivo, do dinamismo tecnológico e da robustez do sistema financeiro nacional. A vulnerabilidade externa estrutural é determinada, principalmente, pelos processos de desregulamentação e liberalização nas esferas comercial, produtivo-real, tecnológica e monetário-financeira das relações econômicas internacionais do país. Ela é, fundamentalmente, um fenômeno de longo prazo. *Vulnerabilidade externa comparada* é dada pelo desempenho externo relativo de determinado país comparativamente ao desempenho externo relativo de outros países.

vulnerabilidade externa comparada do país. Houve melhoras nos indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural, devido à conjuntura internacional favorável<sup>7</sup>.

O argumento central de Filgueiras e Gonçalves é que, quando se descontam os efeitos da conjuntura internacional extraordinariamente favorável, chega-se a conclusão que a vulnerabilidade externa da economia brasileira no período 2003-2006 não é menor do que no período 1995-2002.

No período 2003-2006 houve dois fatos relevantes do ponto de vista da vulnerabilidade externa, a saber: I) diminuição dos indicadores conjunturais de vulnerabilidade externa no Brasil; e II) este fenômeno é generalizado para o conjunto da economia mundial. Ou seja, a redução da vulnerabilidade externa conjuntural é determinada, principalmente, por variáveis exógenas.

O IVEC (Índice de Vulnerabilidade Externa Comparada) eleva-se significativamente de 1995 a 2000, ou seja, durante todo o primeiro mandato Cardoso e até a primeira metade do seu segundo mandato. O índice diminuiu até 2003, aumentou em 2004-2005 e reduziu em 2006. Ou seja, durante o governo Lula, o IVEC não mostra qualquer tendência de evolução. Sendo assim, não se pode concluir que houve melhora ou piora da vulnerabilidade externa da economia brasileira comparativamente ao resto do mundo durante o governo Lula.

Se levarmos em consideração os dois mandatos de Cardoso, o IVEC médio (26,5) é inferior ao do governo Lula. Portanto, considerando o contexto internacional não há evidência de melhora da situação de vulnerabilidade externa do país durante o governo Lula, compara-

---

Ela expressa a comparação entre países do diferencial relativo de indicadores de inserção econômica internacional (Filgueiras; Gonçalves, 2007, p. 35). Quadro 1.1 Vulnerabilidade externa: conceitos.

<sup>7</sup> Somente nos mandatos de Café Filho (1955), Castelo Branco (1964-66) e Garrastazu Médici (1970-73) a conjuntura internacional foi mais favorável do que no governo Lula, no período 2003-2006 (Filgueiras; Gonçalves, 2007, p. 48).

tivamente ao governo FHC. Os dados mostram que a evidência é no sentido contrário.

A conclusão central de Filgueiras e Gonçalves é que a redução dos indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural do país ao longo do governo Lula não implica a diminuição da vulnerabilidade externa comparada do país, pois, quando se leva em conta o resto do mundo, a posição relativa do Brasil não se alterou. Ou seja, a melhora conjuntural decorre do contexto favorável. E, isto é mais verdadeiro, considerando-se que essa conjuntura internacional não foi aproveitada para iniciar um processo de inserção externa ativa nas esferas comercial e financeira.

Os autores afirmam que o governo Lula deve ser responsabilizado pela perda da extraordinária oportunidade criada pelo contexto internacional pós-2002. Tratou-se de uma rara oportunidade, que permitiria retirar o país da trajetória de instabilidade e crise que começou em 1980 e colocá-lo em outra trajetória de desenvolvimento estável e dinâmico (Filgueiras; Gonçalves, 2007, p. 58).

## **Mobilidade social e nova classe média**

O argumento defendido por Valério Arcary (2011), em *Um reformismo quase sem reformas*, é que como o Brasil se transformou em uma economia periférica de baixo crescimento, ou seja, perdeu o impulso da etapa da urbanização acelerada, desapareceu o principal fator de impulso da mobilidade social que existiu até 1980. No entanto, Arcary afirma que esse tema não é simples, uma vez que o país viveu, a partir de 2004, uma sequência de anos em que aconteceu uma redução do desemprego, aumento do salário mínimo e lenta recuperação do salário médio, depois de quinze anos de regressão social, e predominou na classe trabalhadora uma sensação de alívio.

Para Arcary, o aumento do consumo não é demonstração suficiente de que existiria uma nova classe média. De acordo com estudo feito pela

Fundação Getúlio Vargas (FGV) do rio, a classe C<sup>8</sup> representa hoje 52% da população (eram 44% em 2002). Entre 2003, quando a classe C respondia por 37% da renda nacional (salários, benefícios sociais e previdenciários, juros e aluguel) e 2008, 26,9 milhões chegaram a este grupo. O segmento detém 46% dos rendimentos das pessoas físicas. O rendimento real médio, em fevereiro de 2010, foi R\$ 1.398,90, segundo o IBGE.

O aumento da capacidade de consumo de uma parcela dos assalariados mais pobres é uma boa notícia, mas é insatisfatório como demonstração da formação de uma nova classe média. Segundo o historiador marxista, a elevação do salário acima da inflação, a ampliação da acessibilidade ao crédito e a redução do desemprego – associados a políticas públicas, como o Bolsa Família – parecem ter sido os principais fatores do aumento do consumo das famílias entre 2004 e 2009.

Mas é um abuso concluir, por analogia com outros períodos históricos, que a mobilidade social estaria mais intensa. Sendo assim, o consumo de bens duráveis e semi-duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, não é adequado para demonstrar que teria surgido uma nova classe média. Ele ainda sustenta que o aumento do consumo foi circunstancial porque o crescimento do acesso ao crédito não parece sustentável diante do aumento desproporcional da inadimplência, que se aproxima rapidamente do número alarmante de 10%.

Uma coisa é preciso reconhecer: a disparidade de renda entre os assalariados – as diferenças entre o salário médio do trabalho manual, o salário médio dos trabalhadores em função de rotina, e o salário médio dos assalariados com nível superior – veio diminuindo nos últimos quinze anos no Brasil. No entanto, isso não nos permite concluir que diminuiu a desigualdade social entre capital e trabalho, nem afirmar que a mobilidade social relativa é maior que no período histórico anterior a 1980.

---

<sup>8</sup> A chamada “classe C” é um segmento da população brasileira que tem renda mensal entre R\$ 1.115 e R\$ 4.807, em valores de fevereiro de 2010. Para Arcary, o processo de elevação da renda dessa classe precisa ser mediado pelo aumento da inflação do período e, repousa, em primeiro lugar, na diminuição do desemprego que veio com o aumento da capacidade produtiva (Arcary, 2012, p. 42).

A explicação para a redução das desigualdades entre os assalariados, sugere Arcary, parece estar na diminuição do desemprego entre 2004/2008, e nos programas de distribuição de renda como, por exemplo, a valorização do salário mínimo, a cobertura mais universal da aposentadoria do INSS, e o Bolsa Família.

A mobilidade social absoluta, à exceção de fenômenos regionais muito localizados como no oeste do Paraná e de São Paulo, ou na fronteira agrícola do Mato Grosso, por exemplo, se perdeu com a estagnação econômica de longa duração da econômica brasileira. A ampliação dos benefícios da assistência social permitiu a redução da miséria, mas a oferta de empregos, mesmo durante o último ciclo de expansão, não aumentou o salário médio, nem reduziu a rotatividade da mão de obra. A mobilidade relativa através da educação ficou mais difícil porque o salário em ocupações de nível superior mantém o ritmo de queda lenta. Não está surgindo uma pujante nova classe média. O que está ocorrendo é a proletarização da classe média assalariada (Arcary, 2012, p. 59).

Para este autor, a desigualdade social não diminuiu, e aumentou a rigidez social. Citando estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ele nos informa que 1% dos brasileiros (1,9 milhão de pessoas) detém uma renda equivalente a da parcela formada pelos 50% mais pobres (96,5 milhões de pessoas). Isso quer dizer que, depois de oito anos de governo Lula, 1% da população, os verdadeiramente muito ricos, possuem uma renda igual à metade do povo brasileiro.

Por fim, Arcary argumenta que a tendência histórica de lenta, porém persistente decadência econômica do capitalismo brasileiro, não parece ter sido revertida pelo crescimento econômico entre 2004/2008. A oscilação do PIB de 2009 sob o impacto da crise mundial, por exemplo, voltou a ser negativa: menos 0,2%. Aconteceu uma recuperação em 2010, porém, se manteve a média que vigorou entre 2004/2008. A estagnação de longa duração se expressou na manutenção de um PIB per capita congelado ao longo de três décadas. Essa é a informação econômico-social mais relevante.

## Considerações finais

Procurou-se nesse trabalho conhecer e problematizar os elementos de continuidade entre os governos de Cardoso e Lula. Fizemos uma leitura da bibliografia citada, procurando pensar sobre o primeiro momento da nossa hipótese, que diz respeito à manutenção e aprofundamento da hegemonia neoliberal durante o governo Lula.

Sampaio Jr. e Carcanholo nos ajudaram a refletir sobre o processo de aprofundamento da reprimarização do setor produtivo da economia e a diminuição da participação da indústria, principalmente da indústria de transformação, na composição do PIB brasileiro. Eles destacam que o governo Lula procurou estabelecer um consenso em torno do projeto, ao incorporar setores do grande capital produtivo no interior do modelo, o que nos oferece elementos para pensarmos sobre o segundo momento da nossa hipótese, que diz respeito à “ascensão da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder”.

Através da reflexão de Fontes, procuramos discutir sobre o processo de transnacionalização e internacionalização da burguesia brasileira. Cabe destacar que esse processo não surge durante o governo Lula, mas que o mesmo conformou uma política de Estado via Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) de financiamento, através de uma linha de crédito específica, da expansão da atuação de empresas brasileiras nos países da América Latina e do continente africano, além de países da Europa. Atuação essa que se baseia na extração de recursos naturais de outras nações e na exploração da força de trabalho barata dos trabalhadores desses países.

Filgueiras e Gonçalves nos ajudaram a entender o contexto internacional favorável entre 2003-2006, o que possibilitou crescimento da economia brasileira e os investimentos realizados pelo governo Lula, tanto em termos de política social como no que diz respeito a ações mais estratégicas. Eles ainda destacam a continuidade da política econômica ortodoxa, herdada do governo Cardoso e a manutenção da vulnerabilidade externa comparada.

O debate sobre mobilidade social apresentado por Arcary nos permitiu problematizar sobre o discurso político interno do governo sobre a existência de uma nova classe média, o que teria sido possível via aumento do consumo e da renda.

## REFERÊNCIAS

- ARCARY, V. Existe uma nova classe média no Brasil? In: **Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.
- BOITO JR., A. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 10-36, 2003.
- CARCANHOLO, R; SAMPAIO JR., P. A. Identificación y análisis de los principales cambios realizados por los nuevos gobiernos. Brasil. In: **Los gobiernos progresistas en debate**. Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Buenos Aires, Argentina, 2006.
- FILGUEIRAS, L; GONÇALVES, R. Contexto internacional. In: **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- \_\_\_\_\_. Inserção internacional e vulnerabilidade externa. In: **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FONTES, V. O Brasil capital-imperialista. In: **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: EPSJV-UFRJ, 2010.
- LIMA, M. C. **A crise financeira de setembro de 2008 é também uma crise paradigma**. Universidade Federal de São Carlos, 2009. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/184/150>>. Acesso em: maio 2013.
- OLIVEIRA, F. O ornitorrinco. In: **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- \_\_\_\_\_. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R; RIZEK, C. (Orgs.) **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.



\_\_\_\_\_. O momento Lênin. Relatório final do projeto Fapesp "O pensamento nas rupturas da política". **Novos Estudos**, São Paulo, n. 75, 2006.

\_\_\_\_\_. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F; RIZEK, C. S. (Orgs.). **Política numa era de indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAMPAIO JR., P. A. **Brasil**: as esperanças no vingaram. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar//ar/libros/osal/osal18/AC18Sampaio.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2013.



# AS PROPOSTAS DA UNASUL PARA A CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS RELATIVAS A INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

Érika Capella Fernandes<sup>1</sup>

## Centro Internacional de Solução de Disputas Relativas a Investimentos

A relação entre investidor e Estado receptor de investimento tende a ser naturalmente antagônica, uma vez que os interesses das partes são diversos. Enquanto o investidor busca prioritariamente o lucro, o Estado almeja a obtenção de crescimento econômico e desenvolvimento. Em litígios eventualmente surgidos entre as partes, o investidor utiliza como “escudo de proteção” a defesa de sua propriedade privada, enquanto, para o Estado, o “escudo de proteção” é a soberania: “For investors, the protection shield is the right of property; for States, it is sovereignty to control its internal matters, including the economy and the business undertaken within its borders”. (García-Bolívar, 2009, p. 465).

---

<sup>1</sup> Mestranda em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), na linha de pesquisa “Direito, Mercado e Relações Internacionais”. Bolsista da Fapesp. E-mail: erika\_capella@hotmail.com.

Por muito tempo, conflitos surgidos entre investidores privados e Estados receptores de investimentos eram solucionados apenas por meio de dois mecanismos. A primeira opção era recorrer ao Poder Judiciário do Estado receptor do investimento. Contudo, tal meio implicava o risco da morosidade, além de pressões políticas indevidas sendo exercidas sobre os julgadores. Com efeito, a via judicial mostrou não ser o foro apropriado para resolver tais disputas. Um caso ocorrido no Brasil ilustra tal assertiva. O Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, instituição financeira fundada em 1911, de capital francês, teve suas ações expropriadas pelo governo de Minas Gerais em 1943. A indenização somente foi paga aos investidores estrangeiros três décadas após a expropriação, e a última decisão judicial de que se tem conhecimento deu-se em 2002, depois de quase sessenta anos<sup>2</sup>.

A segunda opção seria a proteção diplomática, pela qual o Estado do investidor encampava a disputa, acionando o Estado receptor do investimento perante mecanismos internacionais. Contudo, o instituto passou a ser utilizado de maneira abusiva por muitos Estados, o que levou os países latino-americanos a desenvolverem teorias contrárias à internacionalização da demanda, como a “Doutrina Calvo”, a qual defendia que os investidores estrangeiros não podem receber tratamento melhor do que o concedido para os investidores nacionais. Criou-se assim a chamada “Cláusula Calvo”, a qual, aposta em diversos contratos entre Estados e investidores estrangeiros, implicava na renúncia do investidor quanto ao direito de proteção diplomática.

Insatisfeitos, governos do hemisfério norte declararam a nulidade de tal cláusula. Ainda assim, a solução da proteção diplomática continuava mostrando-se inconveniente para muitos investidores, sendo necessário um mecanismo de proteção mais favorável aos investimentos internacionais. Embaixadas na necessidade de estabelecer

---

<sup>2</sup> A última decisão de que se tem conhecimento foi proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos “Embargos de divergência nos Embargos Declaratórios do terceiro Recurso Extraordinário 38644”. Relator: Ministro Néri da Silveira; Órgão Julgador: Tribunal Pleno; Data de julgamento: 18/03/2002.

um mecanismo de solução de controvérsias isento e fora do aparato governamental do Estado receptor de investimentos, as grandes empresas de países desenvolvidos e exportadores de capital mobilizaram seus Estados para a criação, em âmbito internacional, de um sistema neutro para a solução de controvérsias relativas a investimentos no exterior, em que o investidor tivesse legitimidade para, em nome próprio, acionar o Estado receptor. Surge assim o Centro Internacional de Solução de Disputas Relativas a Investimentos ou CISDI<sup>3</sup>, órgão ligado ao Banco Mundial, cujo papel refere-se à administração dos procedimentos de conciliação e arbitragem previstos na Convenção de Washington. Ao longo de sua história, sobretudo nas duas últimas décadas, o CISDI construiu uma reputação de órgão qualificado para a administração de procedimentos arbitrais.

De fato, o Centro não atua como um tribunal arbitral permanente, mas apenas uma instituição dotada de regras e estrutura que permitem o estabelecimento de procedimentos de mediação e arbitragem. Desde sua concepção, o CISDI tem a proposta de facilitar a conciliação e arbitragem, mas não tomaria para si essas atividades. Pode-se afirmar que o Centro possui natureza mais administrativa do que judicial (Schreuer, 2009, p. 10).

Inclusive, frise-se que essa característica já recebeu algumas críticas, uma vez que a existência de vários tribunais *ad hoc* seria responsável por desencadear decisões inconsistentes, sem que exista um sistema de precedentes. Inclusive, já houve propostas defendendo a criação de tribunais permanentes no âmbito do órgão, para que haja uma maior uniformidade em seus julgados (García-Bolívar, 2012, p.3).

Ressalte-se ainda que o CISDI também disponibiliza o chamado “mecanismo complementar”, que pode ser aplicado a certos proce-

---

<sup>3</sup> Também denominado ICSID (“International Centre for Settlement of Investment Disputes”) ou CIADI (“Centro Internacional de Arreglo de Diferencias Relativas a Inversiones”).

dimentos de conciliação e arbitragem entre Estados que ratificaram a Convenção de Washington e nacionais de Estados que não ratificaram a Convenção.

Interessa notar que, até então, o universo da arbitragem era dividido em apenas dois grupos: arbitragem entre dois Estados ou arbitragem entre duas pessoas de direito interno privado. No caso da arbitragem de investimentos, surge uma característica inovadora, pois é uma arbitragem híbrida, apta a dirimir controvérsias entre partes de naturezas distintas: um Estado e um investidor (Hernandes Neto, 2011, p. 26).

Ainda, segundo interessante abordagem proposta por Robert Keohane et al., são identificados no âmbito internacional dois modelos diferenciados de solução de controvérsias: o modelo interestatal, em que o Estado é o único sujeito de direito internacional e controla o acesso aos tribunais internacionais, e o modelo transnacional, em que as Cortes internacionais assumem a direção na definição de sua própria agenda (Keohane, 2000, p. 457).

No caso do CISDI, suas características parecem apontar para o modelo transnacional de solução de controvérsias. Por isso, a maior parte das objeções de alguns Estados à jurisdição do CISDI seria uma oposição a esse modelo transnacional, em que o Estado tem menor influência no processo decisório (Salles, 2011, p. 111).

Apesar das críticas dirigidas ao órgão, observa-se hoje o reconhecimento do CISDI no âmbito internacional. De fato, 158 países fazem parte do órgão, o que demonstra sua relevância, uma vez que são poucos os instrumentos internacionais com tal aceitação.

## América Latina e o CISDI

Em um primeiro momento, os países latino-americanos mostraram rejeição ao CISDI, posicionando-se contrariamente à assinatura da Convenção de Washington.

Na década de 1960, esses países manifestaram sua oposição ao projeto do Banco Mundial de criar um centro especializado em dirimir controvérsias referentes a investimentos, o que ficou conhecido como “El No de Tokyo”, pois essa posição ficou clara no Encontro Anual da Junta de Governadores do Banco Mundial em 1964, realizado em Tóquio.

Contudo, a partir da década de 1980, assiste-se a uma modificação radical nessa postura.

Durante os anos 80 e principalmente ao longo dos anos 90, os países da América Latina reavaliaram sua posição perante o CISDI. Esses países aos poucos se convenceram dos benefícios do liberalismo econômico, aderindo a instrumentos como a Convenção de Washington de 1965 e os tratados bilaterais de investimento (TBIs)(García-Bolívar, 2009), acordos concebidos para proteger a propriedade privada dos investidores e conferir a eles segurança jurídica em um cenário marcado por expropriações promovidas pelos Estados. Nesse sentido:

Si bien es cierto que durante las primeras etapas de conformación del CIADI, América Latina demostró cierta resistencia ante la ratificación, puede verse sin embargo, que durante la época de los noventa la mayoría de estos países ratificaron dicho Convenio. Este paso adicional se tomó con el propósito de atraer tanto capital extranjero, como a inversionistas (Moreno- Paredes, 2010, p. 190).

Dessa maneira, parecia que a América Latina finalmente apoiava o regime internacional de investimentos estrangeiros e que havia se convencido acerca da necessidade de criar um bom clima de investimentos e atrair capital estrangeiro, com vistas a estimular o crescimento econômico da região. Contudo, recentes eventos indicaram uma mudança no posicionamento desses países. A crise financeira ocorrida na Argentina e as várias nacionalizações promovidas por governos da América do Sul desencadearam um grande número de reclamações submetidas ao CISDI, principalmente advindas de investidores dos EUA e Europa.

Com o notável aumento no número de arbitragens submetidas ao Centro, alguns países passam a adotar novamente as medidas que relembram a ideologia imperante na Doutrina Calvo, com o estabelecimento de políticas hostis à arbitragem de investimentos.

Corroborando essa mudança na postura da América Latina, vários países da região denunciaram a Convenção de Washington: foi o caso da Bolívia, em 2007, do Equador, em 2009, e da Venezuela, em 2012. Ressalte-se ainda que México e Brasil, as principais economias da região, sequer ratificaram a Convenção.

Hoje, há uma série de críticas dirigidas ao CISDI, provenientes em grande parte dos países da América Latina, tais como: a falta de transparência nos painéis de arbitragem; a falta de consistência nas decisões proferidas pelos tribunais arbitrais; a ausência de uma via recursal; o viés pró-investidor presente nas decisões de arbitragens realizadas perante o órgão; a dificuldade dos tribunais arbitrais em levar em consideração situações de crises econômicas ao proferirem a decisão; o alto custo das arbitragens de investimento realizadas perante o CISDI.

A partir dessa crescente insatisfação, começam a surgir propostas de criação de um centro regional de solução de disputas para substituir a arbitragem do CISDI, especialmente no âmbito da União das Nações Sul-americanas.

## União das Nações Sul-americanas

Em 2004, os presidentes da América do Sul iniciaram negociações com vistas a criar a Comunidade Sul-americana de Nações (CSN), com o intuito de reunir as forças de dois blocos econômicos, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina de Nações (CAN), estimulando assim a integração regional dos países da América do Sul.

Em 2007, alterou-se o nome da organização para União das Nações Sul-americanas – Unasul. Contudo, sua criação formal deu-se



apenas em 2008, ano em quem foi aprovado o Tratado Constitutivo da Unasul, no Brasil.

Em março de 2011, após obter o número mínimo de ratificações necessárias, o tratado entrou em vigor. Integram a Unasul os doze países sul-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela. Por sua vez, Panamá e México são Estados observadores.

Interessa notar que se trata do primeiro tratado internacional negociado e assinado pela totalidade dos países sul-americanos (Cardona, 2008, p. 19).

A ideia central da Unasul resume-se na busca por atingir um processo de integração nos moldes daquele obtido por comunidades como a União Europeia. Almeja-se seguir o ideal europeu de integração solidária, eliminando assimetrias econômicas entre os países membros (Nogueira, 2008). A Unasul possui propósitos ambiciosos, como se pode aferir logo do preâmbulo de seu tratado constitutivo: “afirmando sua determinação de construir uma identidade e cidadania sul-americanas e desenvolver um espaço regional integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infraestrutura, para contribuir para o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe”.

Um dos propósitos da Unasul consiste justamente em alcançar uma identidade sul-americana, que nunca existiu realmente: “la identidad, comenzando por una idea de lo suramericano, con un carácter específico, no existe pues en el pasado, como en Europa, sino en el futuro” (Cardona, 2008, p. 21). Como objetivo geral, estabelece o tratado constitutivo da UNASUR:

A União de Nações Sul-americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-

estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados.

Verifica-se assim o amplo interesse da organização em matérias que envolvem energia, infraestrutura e comércio entre os países sul-americanos.

Ressalte-se, ainda, que a Unasul se estabelece em uma parte do mundo detentora de amplas reservas de recursos naturais, tais como minerais, água, terras cultiváveis e energia. Se amparada por uma infraestrutura de primeiro mundo e explorada por recursos humanos qualificados, pode tornar-se uma das áreas econômicas mais importantes no mundo globalizado (Nogueira, 2008).

Para isso, surgem alguns desafios, como a necessidade da organização harmonizar-se com as normas e procedimentos já existentes no Mercosul e CAN, além da necessidade de lidar com a restrição financeira dos países membros e a restrição de recursos humanos qualificados (Nogueira, 2008). Além disso, aponta-se que pode haver dificuldade para a organização obter consenso em suas decisões, diante de ausência de uma identidade comum no continente.

Frise-se que o próprio Tratado Constitutivo afirma que esse processo de construção da integração e da união sul-americanas é ambicioso em seus objetivos estratégicos, e por isso deverá ser flexível e gradual em sua implementação, assegurando que cada Estado assuma os compromissos segundo sua realidade.

## **O Centro de Mediação e Arbitragem da Unasul em matéria de investimentos**

Desde a celebração da III Cúpula da Unasul na Venezuela, os presidentes dos países membros começaram a expressar seu interesse em estabelecer um tribunal de arbitragem.

Especialmente países como a Bolívia, Equador e Venezuela demonstraram profundo interesse na criação de um centro de solução de controvérsias dentro da Unasul (Moreno-Paredes, 2010, p. 184).

Em 2009, o Ministro das Relações Exteriores do Equador, Fander Falconí, propôs expressamente que a Unasul criasse um Centro de Arbitragem.

Em dezembro de 2010, os Ministros das Relações Exteriores dos países membros da Unasul decidiram que o Equador lideraria um grupo de trabalho de solução de controvérsias relativas a investimentos estrangeiros, responsável por elaborar a proposta do centro de arbitragem.

Embora a proposta ainda não tenha sido aprovada pelos países membros da Unasul, sua análise sobrepõe na medida em que demonstra as intenções desses países e permite vislumbrar possíveis vantagens e desvantagens decorrentes da criação de um centro regional de arbitragem de investimentos. Em distintos trabalhos, Katia Fach Gomez (Fach Gómez, 2011) e Silvia Karina Fiezzoni (Fiezzoni, 2011) analisam documentos obtidos diretamente junto ao grupo de trabalho da Unasul e sintetizam as principais características da proposta de criação do centro de arbitragem sul-americano. Faz-se mister analisar as principais alterações apontadas pelas autoras, contrastando a proposta da Unasul com as características já existentes no CISDI.

## A proposta do grupo de trabalho da Unasul

A proposta da Unasul com relação à criação de um centro de arbitragem de investimentos possui três linhas gerais, em que se prevê: (i) o estabelecimento de um centro de assessoria legal em matéria de investimentos; (ii) a confecção de um código de conduta destinado aos árbitros e mediadores e (iii) a criação de regras específicas para o funcionamento do centro de solução de controvérsias da Unasul (Fach Gómez, 2011, p. 448).

Com relação ao último aspecto, há uma série de regras estabelecidas para regular as disputas submetidas ao Centro, com características inovadoras e diferenciadas do CISDI.

A diretoria do Centro seria composta por representantes dos Estados membros da Unasul, sendo que o Diretor Geral seria aquele do país que tem a presidência pro-tempore da Unasul. Haveria ainda a Secretaria do Centro, função a ser assumida pela Secretaria Geral da Unasul<sup>4</sup>.

Entre as principais regras propostas, tem-se que as políticas públicas, como educação, saúde e meio ambiente, não serão objeto da arbitragem, a menos que os Estados decidam de modo contrário. Tal regra tem um importante efeito ao excluir da jurisdição do Centro temas especialmente afetos à soberania dos países.

Na proposta elaborada, dispõe-se que o Centro facilitará a solução de controvérsias existentes tanto entre Estados membros da Unasul como entre um Estado e um investidor. Neste aspecto, nota-se uma característica diferenciada em relação ao CISDI, o qual é responsável por dirimir controvérsias que envolvem apenas um Estado receptor de investimentos e um investidor.

Contudo, no centro de arbitragem proposto pela Unasul, o Estado pode requerer o exaurimento das vias domésticas judiciais e administrativas antes de submeter a demanda ao Centro.

Segundo alerta Silvia Fiezzoni, essa possibilidade poderia tornar muito lenta a discussão da controvérsia, razão pela qual seria importante estabelecer um limite razoável de tempo para o término dos procedimentos domésticos, para que sejam conferidas maior certeza e segurança às partes (Fiezzoni, 2011, p. 140).

Outro aspecto interessante e inovador contido na proposta da Unasul consiste no estabelecimento de uma etapa de consultas pré-

---

<sup>4</sup> Cláusula 3ª do “Protocolo Constitutivo del Centro de Mediación y Arbitraje de la Unión de Naciones Suramericanas UNASUR en materia de inversiones”.

vias para que as partes tentem resolver sua disputa, nos moldes já existentes na OMC.

Com efeito, o sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio prevê uma fase inicial de consultas, em que o demandante solicita à parte demandada informações sobre suas práticas comerciais, requerendo que elas estejam de acordo com as práticas previstas nos acordos da OMC. A parte demandada tem um prazo para oferecer resposta. Somente se as consultas não solucionarem a disputa, passa-se à fase do estabelecimento de um painel. Com isso, é dada preferência a soluções mutuamente aceitas pelas partes, ao invés das soluções impostas pelos painéis. A solução de controvérsias pelas consultas, além de ser um meio mais satisfatório, representa uma medida mais econômica para as partes envolvidas.

Essa etapa pode ser muito interessante se transposta ao centro de arbitragem de investimentos da Unasul.

Contudo, existe a recomendação de que a fase de consultas seja obrigatória apenas nas disputas que envolvem dois Estados, e não naquelas envolvendo um Estado e um investidor, porque nesse caso as partes não estão em condição de igualdade para negociar sem o auxílio de um terceiro (Fiezzoni, 2011, p. 140).

Com relação à composição do tribunal arbitral, prevê-se que seja composto por três árbitros, sendo que cada parte deve apontar um árbitro e ambas designam o terceiro, que irá presidir o tribunal arbitral. Qualquer parte pode contestar a escolha de determinado árbitro, se houver dúvidas sobre sua imparcialidade. Não havendo acordo entre as partes, quem decide é o Diretor Geral do Centro.

Este processo de escolha e recusa dos árbitros é bastante interessante por responder a uma das principais críticas dirigidas ao CISDI, que consiste na falta de imparcialidade das decisões proferidas pelos árbitros. Nesse sentido, cabível a seguinte afirmação:

In relation to the requirements of independent judgment and the disqualification of the arbitrator, the Ecuador proposal responds to the observations made to ICSID and significantly improves the regulation in this issues, that is similar to International Chamber of Commerce and Stockholm Chamber of Commerce Arbitration (SCC) Rules but with a particular characteristic as the selection by lot (Fiezzoni, 2011, p. 141).

De fato, no CISDI, não havendo acordo entre as partes, o Presidente do Banco Mundial nomeia o árbitro, o que, aponta-se, compromete a imparcialidade dos procedimentos.

Uma vez que as partes decidam submeter a controvérsia ao centro de arbitragem da Unasul, estariam renunciando ao uso de qualquer outro fórum para resolver o mesmo assunto.

Interessa notar outra característica inovadora no centro proposto pela Unasul. O tribunal arbitral deve consolidar seus entendimentos no que tange às mesmas questões de fato ou direito. Em outros termos, busca-se criar um sistema de precedentes, conferindo maior uniformidade às decisões.

De fato, o CISDI já foi alvo de muitas críticas por não dispor de um sistema de precedentes. Argumenta-se que suas decisões seriam incongruentes, pois os tribunais arbitrais muitas vezes decidem em sentido contrário. Um exemplo disso seria a definição do termo “investimento estrangeiro”, que é compreendido de vários modos distintos pelos tribunais, o que faz com que os julgamentos se tornem imprevisíveis.

Outro aspecto contido na proposta da Unasul é a afirmação de que o procedimento de arbitragem deve ser público, para que haja transparência, exceto se envolver casos de defesa e segurança dos Estados.

Uma vez proferida a decisão pelo tribunal arbitral, além de ser possível pleitear sua anulação, prevê-se também a possibilidade de questionar a decisão diante de um tribunal de apelação, diferente do sistema do CISDI, criticado por não permitir a revisão das decisões proferidas pelos tribunais arbitrais.

Por fim, o único fundamento para que se negue reconhecimento e execução do laudo arbitral será quando, de acordo com as leis do Estado demandado, o objeto da disputa não puder ser submetido à arbitragem ou quando derrogar políticas públicas. Essa regra também difere do CISDI, em que os Estados não podem invocar as políticas públicas para evitar a execução do laudo arbitral.

## Comparação entre a proposta da Unasul e o CISDI

Entre as orientações que estão norteando o grupo de trabalho da Unasul responsável por criar o centro de arbitragem, vislumbram-se propostas interessantes, que respondem a muitas das críticas feitas ao CISDI pelos países da América Latina.

A etapa de consultas, nos moldes existentes na OMC, revela-se uma proposta interessante, por estimular a solução de disputas pelas próprias partes envolvidas, conferindo maior celeridade à solução da controvérsia. Contudo, não se pode perder de vista que o cenário envolvendo dois Estados que submetem um conflito à OMC não é o mesmo cenário de um litígio que envolve um Estado e um investidor privado.

No que tange ao processo de escolha e recusa dos árbitros, apresenta-se como mais oportuno do que aquele estabelecido no CISDI, pois reduziria as acusações de falta de imparcialidade do órgão julgador. Quanto à necessidade de exaurir as vias domésticas judiciais e administrativas antes de levar o litígio ao órgão responsável por realizar a arbitragem, aponta-se que isso pode demandar muito tempo, sendo conveniente estabelecer um limite razoável de tempo para esgotamento destas vias.

A questão envolvendo a criação de um sistema de precedentes revela-se muito necessária, com vistas a aumentar a consistência e uniformidade nas decisões proferidas pelos árbitros.

Também há avanços na medida em que se prevê um procedimento público e de natureza mais transparente, assim como o estabelecimento de um procedimento de apelação da decisão arbitral.

A possibilidade de invocar as políticas públicas para permitir o descumprimento do laudo deve ser vista com mais cautela, uma vez que não se pode perder de vista a segurança jurídica buscada pelo investidor estrangeiro.

Em suma, a proposta que aos poucos tem sido levantada pela Unasul mostra-se muito oportuna, principalmente por resolver várias críticas que a América Latina aponta ao CISDI.

É natural que o tribunal arbitral da Unasul em matéria de investimentos não venha a substituir o CISDI, mas seria útil nas causas envolvendo os países sul-americanos, como no caso ocorrido quando a Bolívia decidiu nacionalizar o setor de hidrocarbonetos do país, o que viria a prejudicar a Petrobrás, empresa brasileira. Neste caso, a segurança do investimento da Petrobrás quando da exploração de hidrocarbonetos na Bolívia baseou-se em um TBI existente entre Holanda (onde se localizava a filial da Petrobrás) e Bolívia, ambos participantes da Convenção de Washington. Diante disso, a Petrobrás poderia utilizar o CISDI caso as partes não houvessem chegado a um acordo. No caso, se existisse um centro de arbitragem da Unasul, Brasil e Bolívia também poderiam recorrer a ele para resolver a controvérsia.

Outro ponto que merece destaque diz respeito ao fato de que o Brasil não ratificou a Convenção de Washington de 1965 e também não ratificou nenhum tratado bilateral de investimentos, portanto a sua inclusão na Unasul e a vontade de todos os países membros dessa organização em criarem o centro de arbitragem representa um passo importante (Fiezzoni, 2012, p. 6).

Questão controversa que pode ser levantada diz respeito, a saber, se outros países que não sejam membros da Unasul aceitarão essa perspectiva regional do centro, que claramente difere do sistema atual de arbitragem de investimentos.



Outro ponto importante que merece ser considerado pelo grupo de trabalho da Unasul consiste no fato de que haverá ineficácia das decisões arbitrais caso estejam sempre sujeitas à soberania dos países:

Esto podría presentar cierta inseguridad jurídica para aquellos inversionistas que deban someterse al arbitraje de la UNASUR como medio de resolución de sus conflictos, si las decisiones que emanen de este centro posiblemente no cuenten con fuerza vinculante, sino que su efectivo cumplimiento quedare a la libertad de soberanía de cada nación (Moreno-Paredes, 2010, p. 189).

Não se pode ignorar o fato de que mecanismos como a Convenção de Washington de 1965, o CISDI e os tratados bilaterais de investimentos surgiram como forma de conferir maior segurança jurídica aos investidores:

[...] cuando se busca obtener capital extranjero dentro de un país, los inversionistas, ante el riesgo de poner sobre la mesa su capital, necesitan que se les otorguen ciertas seguridades y compromisos, de manera de que en un futuro cercano, o probablemente intermedio, no se vean a la deriva, o perjudicados por el Estado en el que ellos han invertido. [...] Estos inversionistas necesitan más que el mero capricho de establecer otro centro alternativo de resolución de conflictos. Lo que los inversionistas quisieran ver, en su lugar, es que dichos mecanismos funcionen mejor o igual a aquellos ya establecidos. De otra manera, sería muy difícil confiar e invertir en tales naciones si, ante un eventual conflicto, los inversionistas se vieran en todas las de perder (Moreno-Paredes, 2010, p. 194).

Destarte, o interesse dos países membros da Unasul em criar um órgão regional responsável pela arbitragem de investimentos e que posua características diferentes do CISDI deve ser conciliado com o interesse dos investidores em participar de um órgão que também proteja seus interesses, garantindo-lhes segurança jurídica diante de um possível descumprimento do acordo firmado com um Estado. Não se pode permitir que as críticas dirigidas ao CISDI, no sentido de ser um órgão

“pró-investidor” migrem para o extremo oposto, fazendo com que o centro da Unasul seja apenas “pró-Estado” e prejudicial aos investidores.

## Considerações finais

No decorrer do presente trabalho, buscamos situar o surgimento do CISDI, órgão responsável por administrar procedimentos de conciliação e arbitragem envolvendo investidores e Estados receptores de investimentos, bem como analisar a crescente hostilidade de países latino-americanos em relação a esse Centro. Inclusive, essa posição da América Latina desencadeou a proposta da criação de um centro de arbitragem regional no âmbito da Unasul.

Buscamos estudar as principais características que o grupo de trabalho da Unasul pretende conferir ao novo centro de arbitragem, comparando-as com as características já existentes no CISDI.

Se, por um lado, a proposta da Unasul possui uma série de aspectos positivos, por resolver os principais pontos criticados no CISDI, não se pode perder de vista que os mecanismos de solução de controvérsias devem fornecer segurança jurídica aos investidores estrangeiros. Não se pode admitir que a simples alegação de soberania dos Estados sirva de justificativa para o descumprimento das decisões arbitrais proferidas pelos tribunais, sob pena de o novo centro de solução de controvérsias tornar-se ineficaz, fugindo aos objetivos que estão norteando a sua criação.

## REFERÊNCIAS

CARDONA, Diego. El ABC de UNASUR: Doce Preguntas y Respuestas, **Revista de la Integración** - la Construcción de la Integración Suramericana, 19-30, 2008.

FACH GÓMEZ, Katia. Are there “regional” approaches to international dispute resolution? Proceedings of the Annual Meeting – **American Society of International Law**, 105, 447-449, 2011.

FIEZZONI, Silvia Karina. The Challenge of UNASUR Member Countries to Replace ICISD Arbitration. **Beijing Law Review**, 2, 134-144, 2011.

FIEZZONI, Silvia Karina. Centro de Arbitraje de UNASUR: Las Principales Características de la Propuesta de Ecuador. **Investment Treaty News**, 2, 6-7, 2012.

GARCÍA-BOLÍVAR, Omar E. Sovereignty vs. Investment Protections: Back to Calvo? ICSID Review – **Foreign Investment Law Journal**, 24, 464-488, 2009.

GARCÍA-BOLÍVAR, Omar E. **Has the time arrived for permanent investment tribunals?** Acesso em 11 de julho de 2013. Extraído de: [http://works.bepress.com/omar\\_garcia\\_bolivar/15/](http://works.bepress.com/omar_garcia_bolivar/15/).

HERNANDES NETO, Antonio Marcos. **Arbitragem em investimento estrangeiro e o ICSID**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil, 2011.

KEOHANE, Robert O.; MORAVCSIK, Andrew; SALUGHTER, Anne-Marie. Legalized dispute resolution: interstate and transnational. **International Organization**, 54, 457-488, 2000.

MORENO-PAREDES, Euyelit Adriana. El Arbitraje de Inversiones en América del Sur: Propuesta de Creación de un Centro Alternativo de Arbitraje Dentro de la Estructura Internacional de la Unión de Naciones Suramericanas. **Inter-American Law Review**, 42, 175-195, 2010.

NOGUEIRA, Uziel. Unión Suramericana de Naciones: Desafíos y Oportunidades. **Comunidad Andina**, 2008. Acesso em 14 de julho de 2013. Extraído de: <http://www.comunidadandina.org/prensa/articulos/mercosurABC-6-08.htm>.

SALLES, Ana Luiza Becker; VELOSO, Paulo Potiara de Alcântara. Jurisdições internacionais sobre investimentos: o ICSID. **Direito Internacional: Anais do 9º Congresso Brasileiro de Direito Internacional**, 104-113, 2011.

SCHREUER, Christoph H. et al. **The ICSID Convention** - a commentary. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

## Outros lançamentos de 2016

*Trabalho e gênese do ser social na  
"Ontologia" de György Lukács*  
Ronaldo Vielmi Fortes

*Precarização e trabalho decente  
nas cadeias produtivas globais*  
Caroline da Graça Jacques

*A escola e a exploração  
do trabalho infantil  
na fumicultura catarinense*  
Soraya Franzoni Conde

*Política de Memória Histórica  
no Brasil: um estudo  
de sociologia política*  
Juliana de Jesus Grigoli

*Karl Korsch: crítico marxista  
do marxismo*  
José Carlos Mendonça

*Capital, trabalho e educação*  
Paulo Sergio Tumolo

**Patricio Altamirano Arancibia**  
Sociólogo da Universidad ARCIS.  
E-mail: patricioaltamiranoarancibia@  
gmail.com

**Rafael Mandagaran Gallo**  
Graduado em Relações  
Internacionais, mestre e doutorando  
do Programa de Pós-graduação em  
Sociologia Política da UFSC.  
E-mail: rafmandgallo@gmail.com

**Guillermo Alfredo Johnson**  
Mestre e doutor em Sociologia  
Política pela UFSC.  
E-mail: guijohnson@uol.com.br

**Jaime Preciado Coronado**  
Mestre e doutor em Estudos Latino-  
americanos, chefe do Departamento  
de Estudios Políticos da Universidad  
de Guadalajara (México).  
E-mail: japreco@hotmail.com

**Ary Cesar Minella**  
Professor titular do Departamento  
de Sociologia e Ciência Política e  
do Programa de Pós-graduação em  
Sociologia Política da UFSC.  
E-mail: minella.ary@gmail.com

A coletânea contida neste volume representa uma amostra da vitalidade do pensamento social crítico latino-americano num contexto que se delineia adverso às históricas lutas pela igualdade substantiva. Retomar o fio histórico da arquitetura de poder em nível global, modelar os conceitos basilares e desvelar a trama do poder inserindo a América Latina nesse cenário permite enfatizar a atualidade e a pertinência do pensamento crítico. A incansável luta dos oprimidos e explorados por condições sociais dignas de convivência assume uma diversidade de formas, para as quais a compreensão histórica da contemporaneidade torna-se o chão da projeção de um futuro cada vez menos materialmente desigual e hierárquico.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-64093-29-4



9 788564 093294

